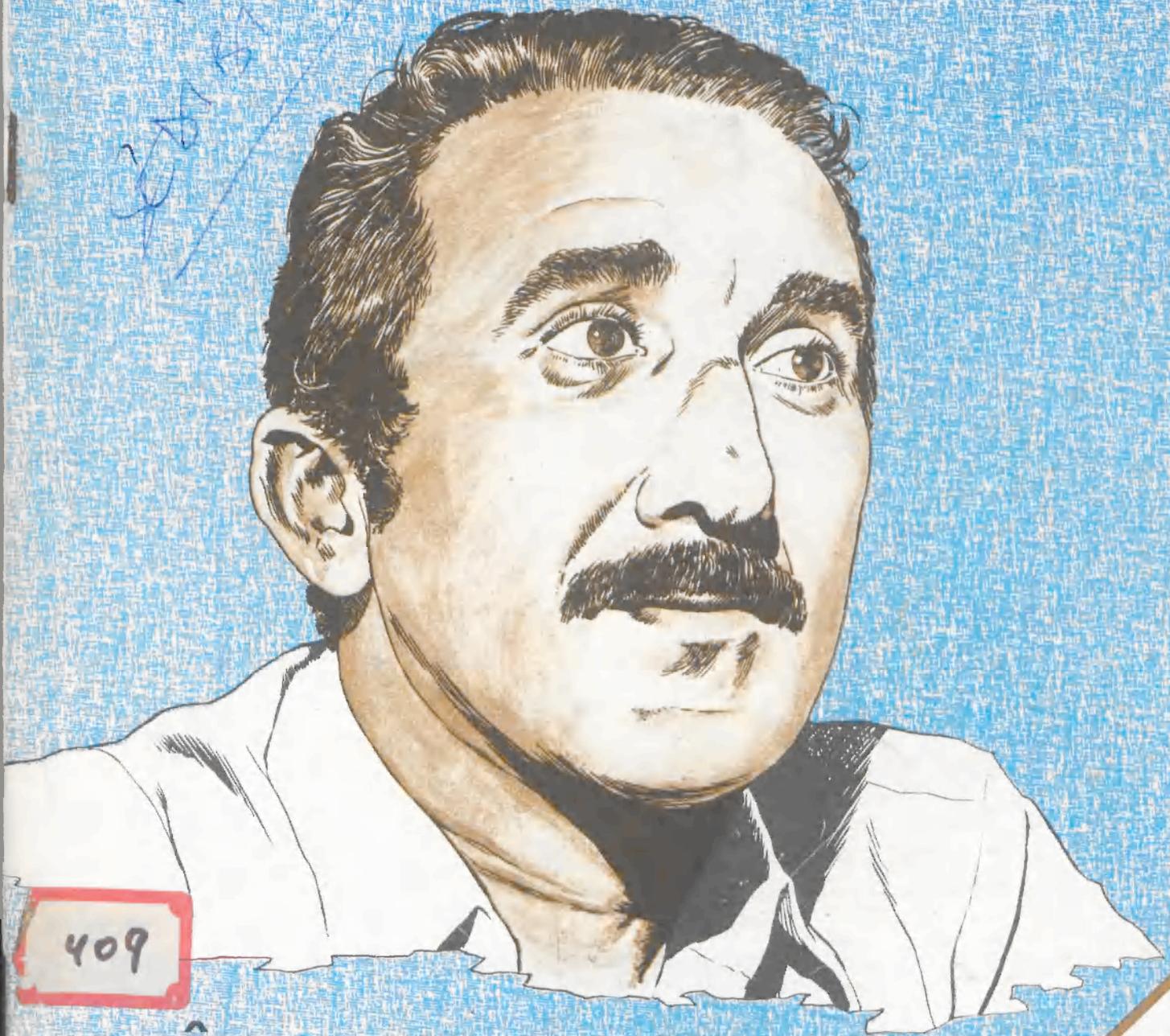


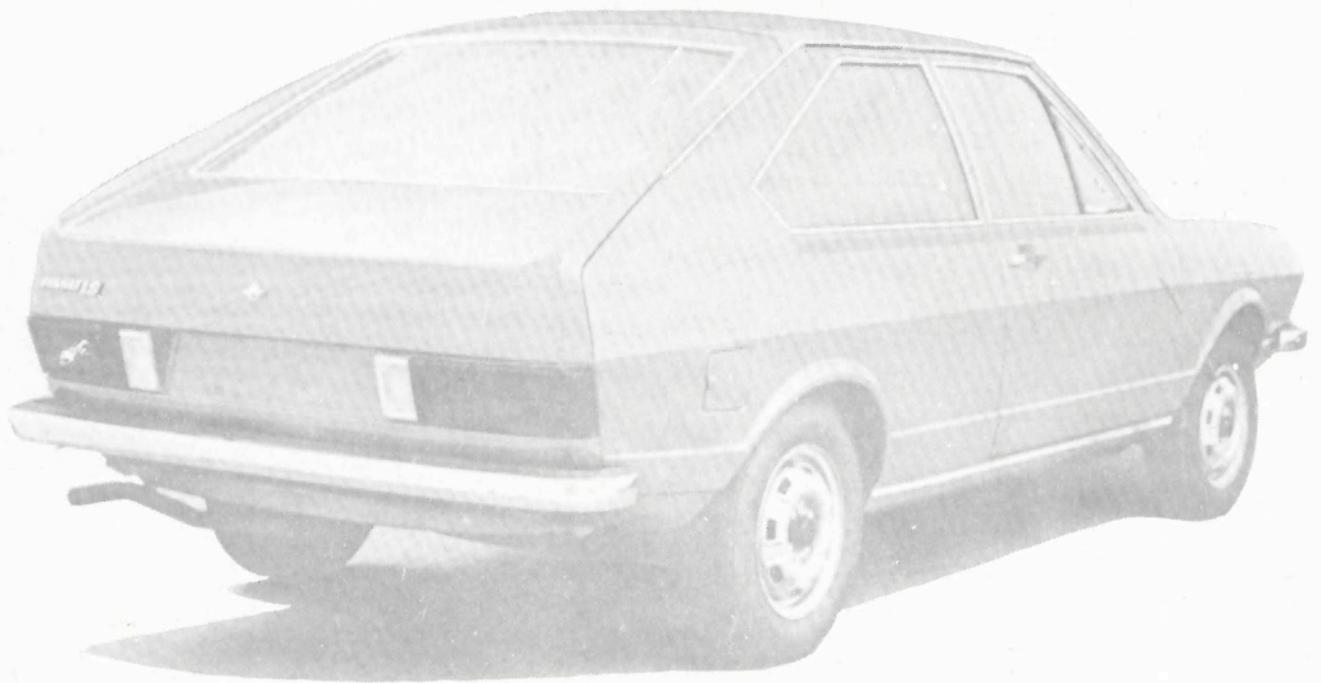
RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL PARA HOMENS DE NEGÓCIOS
ANO IX — N° 89 — Abril/78 — Cr\$ 25,00



**ANTÔNIO MELO ACUSA
BNH DE FAZER O JOGO
DAS MULTINACIONAIS**

**Medicina -
uma profissão
em crise**



Passat. Tudo o que você espera de um carro para o nosso tempo.

Revendedores autorizados:

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159



DIST. DE AUTOMÓVEIS
SERIDÔ S/A
Av. Salgado Filho, 1669

Diretores-Editores

Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente-Administrativo

Maurício Fernandes

Redatores

Rogério Cadengue
José Arl
Hélio Cavalcanti
Edilson Braga
Marcílio Farias
Orlando Rodrigues
Carlos Morais
Luciano Herbert

Fotografias

João Garcia de Lucena

Diagramação

Fernando Fernandes

Fotocomposição e Montagem

Antônio Barbalho
Fortunato Gonçalves
João da Cruz Bezerra

Consultores

Alcir Veras da Silva, Alvarado Furtado, Dom Antônio Costa, Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Diógenes da Cunha Lima, Domingos Gomes de Lima, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Jayme Santa Rosa, Joanielson de Paula Rego, João Frederico Abbott Galvão Jr., João Wilson Mendes Melo, Jômar Alecrim, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, Manoel Leão Filho, Marco Antônio Rocha, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Paulo Gonçalves, Severino Ramos de Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão.

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA. — CGC N° 08286320/0001-61 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone 231-3576. Composição e impressão: EDITORA RN/ECONÔMICO LTDA. CGC N° 08423279/0001-28 — Insc. Est. 20012932-5 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687 — Natal-RN — Telefone: 231-1873. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 25,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 200,00. Preço de número atrasado: Cr\$ 30,00.

Reportagens

ME

Antônio Melo acusa BNH de fazer o jogo das multinacionais _____	8
Medicina — uma profissão em crise _____	14
O que se faz para que o potiguar viva mais? _____	18
Imposto de Renda recolhe 40 mil declarações _____	24
Cr\$ 82 milhões para desenvolver o artesanato _____	28
MAISA — o milagre da irrigação _____	34
A poupança recupera o seu prestígio _____	39
A partir de 1978, o fim dos projetos-caveira. _____	47
Bacia leiteira readquire o equilíbrio _____	50
As exportações continuam sendo apenas uma esperança _____	60

Secções

Homens & Empresas _____	4
Página do Editor _____	7
Agenda do Empresário _____	38

Artigo

Os incentivos fiscais e o desenvolvimento do Nordeste (João Frederico Abbott Galvão Jr.) _____	53
--	----

homens & empresas

COSERN DÁ LUCRO DE Cr\$ 28,5 MILHÕES

A **Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte — COSERN**, acaba de publicar o seu balanço referente ao exercício de 1977, no qual apresenta o expressivo lucro de Cr\$ 28,5 milhões. Este resultado cresce de importância na hora em que se observa que a empresa vem realizando vultosos investimentos na ampliação e melhoria do sistema de transmissão de energia em todo o Estado.



Haroldo Azevedo

BARATEAMENTO DA CONSTRUÇÃO

O engenheiro **Haroldo Azevedo**, diretor da **Construtora A. Azevedo Ltda.** (ex-Construtora Seridó), esteve presente ao Seminário sobre o Barateamento da Construção promovido pelo BNH, em Salvador. Afirmando que o simpósio apresentou muita coisa de prático para os construtores, explicou **Haroldo** que ele teve apenas uma falha lamentável: alijou o processo tradicional de construção de casas, dando ênfase à construção pré-fabricada, que nada tem de barato.

A. AZEVEDO TEM OBRAS ATÉ O MÊS DE SETEMBRO

Até setembro, a **Construtora A. Azevedo Ltda.** já tem todo o seu cronograma de trabalho elaborado, visando atender às muitas obras que lhe estão confiadas, especialmente pelo poder público. Para elevar a capacidade de concorrência da empresa, o seu capital social está sendo agora elevado para Cr\$ 20,5 milhões. Nas últimas semanas, **A. Azevedo** ganhou várias licitações, entre as quais uma para construção de escolas para o **PREMEN**, no valor de Cr\$ 10.900.000,00, e outra para pavimentação de ruas de Natal, no valor de Cr\$ 4,5 milhões.

USINA ESTIVAS PERTO DO MILHÃO

A produção de açúcar da **Usina Estivas S/A** na safra 77/78 ficou em 957 mil sacos, não tendo sido superada a marca do milhão em decorrência da estiagem neste começo de ano. Esta produção representa um aumento superior a 200 mil sacos, comparada com a da última safra.

BDRN ELEVA CAPITAL PARA Cr\$ 96 MILHÕES

O **Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BDRN**, realizará Assembléia Geral em maio próximo para aumentar o seu capital social de Cr\$ 49,7 milhões para Cr\$ 95 milhões. Com esta medida, o **Banco** elevará substancialmente a sua capacidade de aplicação de recursos, que é da ordem de Cr\$ 600 milhões e que passará para quase Cr\$ 1,5 Bilhão.



Roberto Moura

NAVONA VEÍCULOS FAZ DESFILE FIAT

A concessionária **FIAT** para Natal, **Navona Veículos S/A**, a partir de abril passa a ter a sua cota mensal de 60 carros, com o que a cidade passa a ter os carros da linha **FIAT** pelos preços da tabela. **Roberto Moura**, diretor da **Navona**, fala com entusiasmo dos negócios que a empresa está encetando, graças à boa receptividade que o carro conquistou em todo o país, chegando mesmo a ser eleito pela revista **Auto-Esporte** como o “**Carro do Ano**”.



Luiz Carlos Abbott Galvão

LUIZ CARLOS ABBOTT GALVÃO ESTÁ NA FIERN

O empresário **Luiz Carlos Abbott Galvão** assumiu, a convite do presidente da **Federação das Indústrias do RN, Expedito Amorim**, a direção de dois importantes órgãos ligados à **FIERN**: o **CAMPI** (Centro de Assistência à Média e Pequena Indústria) e o **IEL** (Instituto Euvaldo Lodi).

CETRECON PODE SAIR

Ao que parece, agora o Governo do Estado dá os últimos passos no sentido de tornar realidade o **CETRECON — Centro de Treinamento de Confeções**, idealizado logo nos primeiros meses da atual administração. Foi publicado no Diário Oficial decreto que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, um terreno de 40 mil metros quadrados, situado próximo à Cidade da Esperança, onde o **CETRECON** será edificado. A finalidade do órgão será dar treinamento a operários do setor de confeções.

JOSSAN PROJETA NOVA EXPANSÃO

A **Indústria Jossan S/A** deu entrada no **BDRN** com um projeto de expansão das suas linhas de produção de arames, pregos, grampos e telas para uso agrícola. Atualmente, a **Jossan** produz 800 toneladas por mês desses produtos. Por outro lado, **Abelário Rocha**, diretor da empresa, esteve em Brasília este mês encaminhando junto ao **CONSIDER** o projeto da **Siderúrgica Jossan S/A — SIDERNOR**, que será uma das maiores indústrias do RN.

homens & empresas

LAVOISIER MAIA GOVERNARÁ O RN

Recaiu sobre o médico **Lavoisier Maia**, atual secretário da Saúde do Estado, a indicação para substituir no próximo ano o governador **Tarcísio Maia**. Ele já anunciou a sua disposição de manter a mesma linha do atual governo, embora ainda não tenha traçado o seu programa de prioridades. Vê-se como um bom sintoma a preocupação que estaria existindo da parte de **Lavoisier** em escolher para vice-governador um empresário, pela ajuda que este elemento poderia dar no campo da economia.



Ney Lopes de Souza

NEY LOPES FALA AOS ADVOGADOS DO BRASIL

O advogado **Ney Lopes de Souza**, atendendo convite do presidente da **Ordem dos Advogados do Brasil**, **Raimundo Faoro**, falará na VII Conferência Nacional da OAB, dias 7 a 12 de maio, em Curitiba, sobre "As Limitações Constitucionais do Direito Econômico". **Ney Lopes** mantém, sobre este assunto, uma coluna permanente nesta revista, há vários anos.

MOSSORÓ TERÁ SUPERMERCADO

O grupo **Mini-Preço**, que mantém cinco supermercados em Natal, parte para a interiorização. É plano da sua diretoria implantar nos próximos meses uma grande loja de auto-serviço em Mossoró, segunda cidade do Rio Grande do Norte.

BASE NAVAL COMPRA TERRAS DE R. FREIRE

Segundo informações não oficiais, o **Ministério da Marinha** adquiriu todas as terras pertencentes à firma **R. Freire**, na margem esquerda do Rio Potengi, onde atualmente funcionam algumas salinas. O objetivo da compra dessa grande área seria, exatamente, assegurar condições para a expansão a médio prazo das unidades da Marinha nesta cidade. O valor do negócio não foi informado.

AIRTON E ZILDAMIR REELEITOS NO CDL

Airton Costa, diretor da **RECOMA-PE**, e **Zildamir Soares de Maria**, diretor do grupo de lojas **A Sertaneja**, foram reeleitos por aclamação para mais um mandato à frente do **Clube de Diretores Lojistas de Natal**, o primeiro como presidente e o segundo como vice. **Iberê Ferreira de Souza**, diretor do grupo **J. Olímpio**, chegou a ter o seu nome lançado, mas de última hora retirou a candidatura.

1978 — UM ANO BOM PARA AUTOMÓVEIS

Ao contrário de 1977, quando se verificou uma quase que estagnação no setor, em 1978 se registra um aumento extraordinário no volume de negócios das revendedoras de automóveis de Natal. **Adauto Medeiros**, diretor da **Natal Veículos e Peças S/A** (concessionário Chevrolet), por exemplo, apresenta-se muito otimista. E justifica esse otimismo informando que a sua empresa pagou de ICM, em março último, a soma de Cr\$ 1.096.000,00.

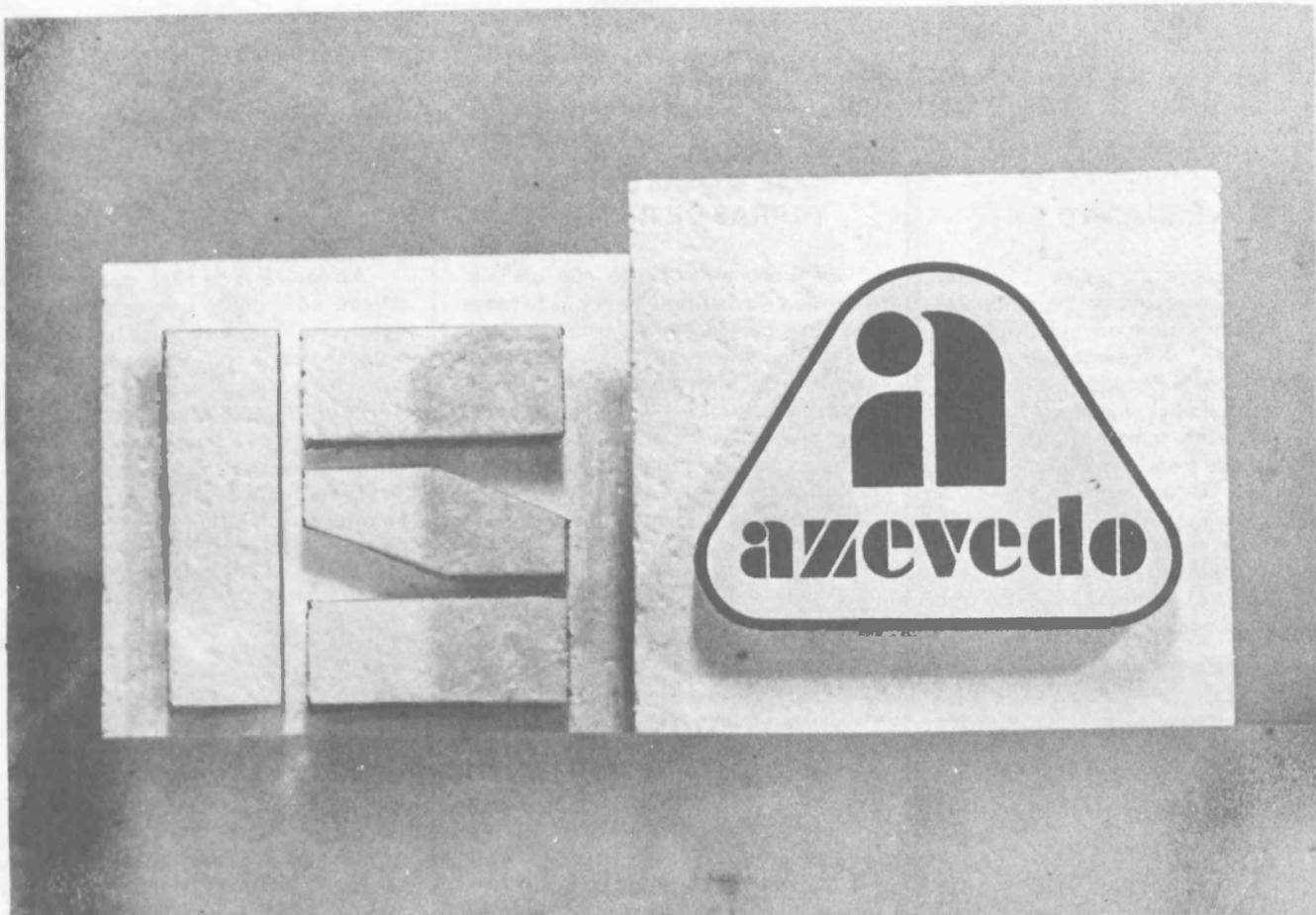
PRODUÇÃO DE SAL SERÁ DE 2,2 MILHÕES DE TONELADAS

As empresas salineiras do Estado alcançarão na presente safra a produção de 2,2 milhões de toneladas, o que corresponde a quase 80 por cento da produção nacional. Entre as maiores produtoras estão as salinas **Henrique Lage**, **CIRNE** e **SOSAL**.



ECOCIL INAUGURA EDIFÍCIO RIOMAR

A **ECOCIL** — **Empresa de Construções Civas Ltda.** inaugurou o mais bonito prédio de apartamentos de Natal, o **Edifício Riomar**, com 18 andares, situado na avenida Deodoro. Na foto acima, um flagrante da solenidade de inauguração, quando o diretor do grupo **Banorte**, **Nelson da Mata**, usava da palavra. Como se noticiou, foi a **Banorte**, repassando recursos do **BNH**, que financiou a obra. Na foto aparecem ainda **Fernando Bezerra**, diretor-presidente da **ECOCIL**, o prefeito **Vauban Bezerra**, o arcebispo **Dom Nivaldo Monte**, **Jorge Ivan Cascudo Rodrigues**, do grupo **Banorte**, além de dirigentes do **BNH**. Todos os 70 apartamentos do **Riomar** já estavam vendidos na ocasião.



Estamos fazendo uma grande mudança que, na verdade, nada vai mudar...

Estamos mudando de nome e de marca, mas, continuamos o mesmo grupo empresarial potiguar, tão norterio-grandense quanto a região cujo nome escolhemos para nos designar.

- Por que mudar?

Entendemos que um nome e uma marca devem servir basicamente para identificar e individualizar o que eles representam.

Através de pesquisas, constatamos que nosso antigo nome não caracterizava o nosso grupo.

Isso gerava confusões. Muitas vezes fomos distinguidos com méritos de outros. Ou envolvidos com os seus problemas.

Por isso, mudamos.



construtora a. azevedo ltda.

sucessora da Construtora Seridó Ltda.

Empresas coligadas:

Cerâmica A. Azevedo Ltda. (sucessora da Cerâmica Seridó Ltda.)

Imobiliária A. Azevedo Ltda. (sucessora da Seridó Empreendimentos Imobiliários Ltda.)

Natal - Av. Tavares de Lira, 104 - Ribeira - fones 222-1489, 222-7912 e 222-4635. Telex: 081-1870

Recife - Rua Pe. Bernardino Pessoa, 248 - fones (081) 326-8831 e 326-2879. Telex: 081-1589



O governo e a mudança dos costumes

A sociedade norte-riograndense acumula defeitos estruturais que enquanto não forem corrigidos sujeitarão o Estado à permanente convivência com o subdesenvolvimento sócio-econômico. Entre os defeitos mais graves está o da falta de educação do homem para o trabalho, para a criatividade e para a produtividade. Este problema começa no lar, prossegue na escola e se consolida no convívio dos jovens com o mundo adulto. As pessoas estão de tal forma desorientadas para o trabalho e descrentes da sua capacidade de realização que se contentam com o subemprego, com o desempenho mediocre de serviços rotineiros e mal remunerados, e não se preocupam com o aperfeiçoamento profissional, não imaginam formas de multiplicar os efeitos positivos das suas tarefas e, acima de tudo, não demonstram interesse em assumir responsabilidades pelo resultado do que fazem ou deixam de fazer.

A suprema ambição, o grande sonho da maioria das pessoas, inclusive das que compõem a chamada classe "a", é obter uma fonte de renda, mesmo que modesta, mas que não signifique uma ocupação plena, um compromisso de participação, uma missão que só possa ser executada com o emprego do esforço. Esse fenômeno atinge com intensidade maior as populações urbanas do Rio Grande do Norte, especialmente de Natal, viciadas pela mazela do serviço público que em geral é pouco exigente, apadrinhador e até relapso, apesar da luta de alguns dirigentes que procuram mudar essas característi-

cas. As más qualidades do serviço público, que é o maior empregador em nosso meio, são transmitidas sem retoques para os que com ele convivem, direta e indiretamente. E, como um percentual bastante ponderável da população economicamente ativa é formado de funcionários públicos, grande parte do povo está contaminada pelo descaso, pelo "laissez faire", pela preguiça física e mental. E um povo condicionado a viver pela lei do menor esforço termina sendo incapaz de criar riquezas e de melhorar o seu padrão de vida. O paternalismo estatal termina sendo o único caminho, a última alternativa, para que a desordem e a miséria não se agravem.

Não é por acaso que os empreendimentos empresariais são tão escassos no Rio Grande do Norte, e que tão poucos desses empreendimentos alcançam a estabilidade e o progresso. Não é por acaso que a iniciativa privada encontra na contratação de mão-de-obra um dos mais difíceis obstáculos na sua trajetória. E se falarmos na contratação de mão-de-obra especializada, depararemos-nos com um verdadeiro caos.

Sem exagero, podemos considerar a falta de educação para o trabalho e para a produção como o defeito estrutural mais nocivo e o que mais prende a nossa gente à pobreza. Num Estado onde tudo está por fazer, onde os recursos naturais são abundantes, não tem sentido a ociosidade, o desemprego, a fome e as tantas doenças provocadas pela miséria. Por que, então, não se transformar num grande programa de governo a mudança dos maus hábitos e dos maus costumes?

ANTÔNIO MELO ACUSA BNH DE FAZER O JOGO DAS MULTINACIONAIS

Ameaçados pela possível entrada das multinacionais no ramo da construção civil, empreiteiros e ceramistas brasileiros começam a pressentir as sérias dificuldades que se abaterão sobre o setor. No Rio Grande do Norte, o líder da indústria de cerâmica, Antônio Ferreira de Melo Neto, responsabiliza o BNH pela onda de intranquilidade e mostra que o processo convencional de construção é o mais vantajoso dentro do contexto sócio-econômico do país, ao contrário das construções pré-fabricadas que se pensa em adotar.

O fantasma de uma política de barateamento dos custos da indústria da construção civil — que partiria da utilização no Brasil dos padrões adotados na Europa e nos Estados Unidos, dando-se prioridade ao desenvolvimento de projetos de casas pré-fabricadas — está hoje amedrontando o empresariado nacional do setor, pelos efeitos trágicos que essa política poderá desencadear no país.

Sem falar na reação dos dirigentes de grandes firmas construtoras (que já se manifestaram contrários, acusando mesmo a possível existência de um complô para facilitar a penetração das multinacionais neste que é um dos poucos ramos industriais com alto índice de nacionalização), outra reação violenta contra a abertura do mercado brasileiro para as casas pré-fabricadas surge da parte dos industriais ceramistas que, a rigor, seriam os mais prejudicados na questão. Assim, considerando melhor prevenir do que remediar, eles estão encetando, país a fora, uma ampla campanha de alerta, mostrando os males que adviriam de uma atitude irresponsável ou apressada de algum tecnocrata mais afoito.

O RN NA CAMPANHA — O en-

genheiro Antônio Ferreira de Melo Neto, dirigente da Cerâmica Santo Cristo Ltda., encabeça no Rio Grande do Norte a campanha dos ceramistas contra a adoção, pelo Banco Nacional de Habitação, do sistema de casas pré-fabricadas, idéia já lançada e até defendida sem maiores ardores por técnicos vinculados ao órgão que comanda a política habitacional, alguns deles até com grande força de decisão. Que a idéia encontra receptividade, isto é indiscutível, até porque o próprio BNH acaba de promover um conclave acerca de barateamento de construções, na Bahia, onde o tema predominante foi o uso de premoldados de cimento, de madeira, de metais e de fibras sintéticas na construção de casas, servindo todos esses materiais como sucedâneos do tijolo, da telha, do mosaico e de outros produtos tradicionais.

Como ponto de partida, para que o movimento não venha a ficar restrito à atuação de pessoas ou firmas de modo isolado, Antônio Melo explica que está unindo a classe dos ceramistas do RN para a fundação de uma Associação, que mais tarde se transformará em Sindicato Patronal, entidade que defenderá com maior objetividade e representatividade os seus interesses.

No Rio Grande do Norte existem atualmente, legalmente constituídas, 28 indústrias oleiras que proporcionam empregos permanentes a pelo menos 5 mil operários. Estas empresas fabricam, por mês, uma média de 17 milhões de peças (tijolos e telhas), havendo épocas do ano em que uma grande parcela dessa produção é exportada para os Estados de Pernambuco, da Bahia e outros. Na maior parte do tempo, porém, em virtude da ampliação dos programas do BNH no Rio Grande do Norte, por intermédio da COHAB-RN e do INOCOOP-RN, toda a produção tem sido consumida aqui mesmo.

UM DURO GOLPE — Apontando o BNH como o criador de toda esta onda contra os processos convencionais de construção civil, ao querer baratear os custos das unidades habitacionais a partir da mudança na tecnologia hoje empregada, afirma Antônio Melo que o que existe mesmo é muito interesse inconcessável por trás de tudo, envolvendo grandes grupos econômicos multinacionais que planejam dominar o mercado brasileiro, para o que contariam com a provável conivência do próprio BNH.

Diz o diretor da Cerâmica Santo

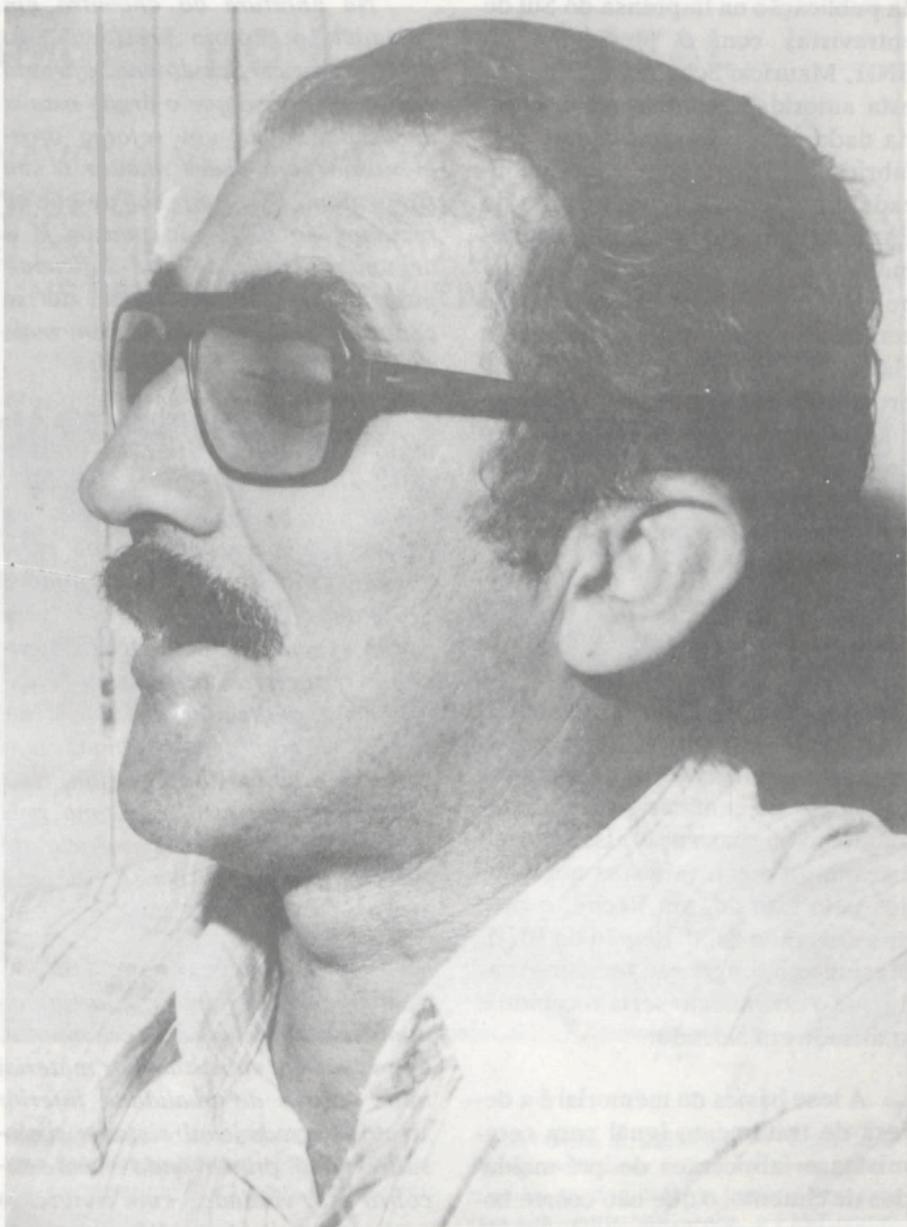
Cristo que se o governo pretendesse partir de fato para baratear o custo da produção de casas populares bastava, como medida inicial, isentar a indústria cerâmica do I. P. I. e do I. C. M., privilégio que já é dado aos pré-moldados de cimento em alguns Estados.

Aplicar tecnologia importada, naturalmente mediante o pagamento de *royalties* e mediante entrega de, pelo menos, uma parte do mercado a empresas estrangeiras com *know how*, significa para Antônio Melo destruir toda uma estrutura montada e que funciona muito bem, proporcionando milhões de empregos no país, sem nenhuma dependência externa, gerando riquezas que ficam aqui mesmo, beneficiando o povo e o poder público. Com o detalhe de que esta estrutura, representada pelas indústrias brasileiras da área da construção civil, é elogiada internacionalmente pelo seu excelente desempenho, a ponto de muitas construtoras brasileiras já estarem atuando no exterior.

ENCONTRO DE SALVADOR —

Em Natal, por ocasião de um encontro de todos os gerentes das sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo (agentes do BNH), com atuação na região nordestina, ocorrido em fins de março último, líderes da indústria da construção civil e da indústria ceramista ensaiaram seus primeiros protestos contra as teses das casas pré-fabricadas. Os protestos daqui se somaram aos de industriais pernambucanos que, juntos, resultaram num documento-denúncia levado para um encontro a seguir promovido pelo BNH em Salvador. A finalidade do documento seria mostrar que, por trás da alegada necessidade de barateamento, o que se pretendia fazer era marginalizar a empresa nacional. O documento-denúncia não chegou a ser lido no conclave baiano, por não ter sido concedida uma oportunidade aos ceramistas de fazerem uso da palavra.

Mas, os empresários que ali estiveram, segundo revela Antônio



Antônio Ferreira de Melo Neto:

“O governo que nos estimulou, agora nos ameaça de fechamento, ao pensar em substituir os métodos tradicionais da construção civil”.

Melo, nada viram ou ouviram acerca de barateamento de construção. Foram montadas várias casas de solo-cimento, de placas mineralizadas, de madeira, de blocos de concreto modulados, de fibrocimento, isonor, gesso e outros materiais, todas elas sendo apresentadas como opções ou alternativas para os futuros programas habitacionais financiados pelo governo. No entanto, praticamente nenhum dos protótipos de casa custa menos de Cr\$ 3.500,00, por metro

quadrado, enquanto que o nosso sistema convencional de construção pode proporcionar custos até inferiores a Cr\$ 2.000,00, com a vantagem de gerar mais empregos e ocupar mão-de-obra por mais tempo, fato que não pode ser relegado, diante da conjuntura sócio-econômica do país.

PREOCUPAÇÕES. — O diretor da Cerâmica Santo Cristo declara que as preocupações entre os ceramistas se tornaram maiores a partir

da publicação na imprensa do Sul de entrevistas com o presidente do BNH, Maurício Schulmann, em que esta autoridade confirmava que seria dado ênfase às construções pré-fabricadas. Logo a seguir, era publicada uma portaria do Ministério da Fazenda isentando do I. P. I. os pré-moldados de cimento, artigos que já hoje concorrem com os produtos de cerâmica. Esses fatos levaram a classe a se arregimentar, tendo sido promovido em Recife, no período de 2 a 4 de março último, um encontro dos ceramistas para aprovação de um memorial a ser encaminhado ao BNH, exatamente durante a reunião de Salvador.

Para decepção dos ceramistas, porém, o seu memorial não pôde ser incluído no temário das discussões, sob alegação de que se esgotara o prazo para apresentação de assuntos ao debate no seminário sobre barateamento da construção. Isso causou estranheza aos ceramistas nordestinos pelo fato de, em Recife, o próprio delegado da 3ª Região do BNH, presente ao congresso, ter assegurado que o documento seria recebido e analisado em Salvador.

A tese básica do memorial é a defesa de tratamento igual para ceramistas e fabricantes de pré-moldados de cimento, o que não ocorre hoje porque estes têm isenção de I. P. I., chegam a ter isenção de ICM em vários Estados e ainda são beneficiados com tarifas especiais de consumo de energia elétrica, e por conta disso levam uma grande vantagem de custos, o que às vezes torna impraticável o exercício do poder de concorrência pelos ceramistas.

POR QUÊ PRESSA? — Ficando constatado o custo mais alto das casas pré-fabricadas (pelo menos, dos modelos que foram expostos em Salvador), parece restar ainda ao BNH um último argumento: as casas pré-fabricadas são construídas com maior rapidez. Contra a possível defesa dessa tese, Antônio Melo apresenta o seguinte argumento:

“Na abertura do encontro em Salvador, o próprio presidente do BNH, Maurício Schulmann, afirmou em seu discurso que o órgão estava necessitando de um reforço orçamentário para poder manter o seu ritmo atual. Esta confissão de que os recursos do BNH são poucos já é argumento mais do que suficiente para negar a necessidade de se construir casas populares com mais rapidez do que se faz agora”.

Por outro lado, lembra ainda Antônio Melo que *“coube ao próprio Governo Federal, recentemente, apelar para que a indústria cerâmica elevasse a sua produção, sob pena de não vir a atender os arrojados programas habitacionais que vêm sendo executados pelo BNH. Atendendo o apelo, os ceramistas investiram na ampliação das suas fábricas, adquiriram máquinas modernas, multiplicando, enfim, sua capacidade operacional. Como prêmio, estão agora na iminência de enfrentar a maior crise da sua história”.*

E enfatiza o líder empresarial:

“O governo que nos estimulou agora nos ameaça de fechamento, ao pensar em substituir por material mais caro e de qualidade inferior o nosso tradicional sistema tijolo-sobre-tijolo, promovendo — para encobrir essa verdade — um congresso com slogan de efeito: “Barateamento da Construção Civil”. Esse congresso na verdade foi apenas uma exposição de casas pré-fabricadas com tecnologia estrangeira, em detrimento de nossa indústria de construção que, conforme as declarações do próprio governo, é a que mais emprego oferece à mão-de-obra não especializada”.

CRÍTICA AO BNH — Antônio Melo lamenta o esvaziamento e as atitudes tomadas pelo BNH nos últimos tempos. Ele observa que o BNH, criado no governo do Presidente Castello Branco, nascia como a grande esperança de milhões de brasileiros sem casa, como um organismo capaz de proporcionar

a oportunidade da casa própria para todos. E enfatiza:

“Quando da sua criação, o BNH tinha o objetivo de utilizar o dinheiro dos operários brasileiros para, com firmas brasileiras dando milhões de empregos aos próprios operários, construir casas mais baratas para a população de baixa e média renda, permitindo o aumento da circulação do dinheiro no país. O que hoje se sente é o desejo de usar o dinheiro do operário brasileiro em benefício de grupos estrangeiros, levando daqui o dinheiro do operário, desempregando esta classe e, conseqüentemente, criando um novo drama social”.

Os ceramistas dizem que foram pegados de surpresa pela idéia do BNH de adotar o sistema de casas pré-fabricadas. Mas ressaltam que o fato está lhes possibilitando uma união maior e uma decisão de levar a luta até o fim. Como não apenas o pré-fabricado pode vir a representar a ameaça de uma crise maior para a indústria cerâmica, mas a própria redução de obras financiadas pelo BNH já é uma realidade também inquietante para o setor, os ceramistas cuidam de se organizar em cooperativas estaduais, com o objetivo de tornar mais fácil a comercialização dos seus produtos, ao mesmo tempo em que formam associações e sindicatos. Melhor organizados, acha Antônio Melo que será mais fácil enfrentar também as eventuais crises *“domésticas”*, como os atrasos de pagamento dos clientes que executam obras para certos órgãos governamentais.

Por fim, o dirigente da Cerâmica Santo Cristo lança um apelo a que toda a classe política, os empresários, os órgãos de classe e a imprensa participem da luta contra a entrada das multinacionais na construção civil, e pede ao governo do RN que siga o exemplo de Pernambuco:

“Lá, estarecido com a ameaça da crise, o governador Moura Cavalcanti foi taxativo, garantindo que, enquanto estivesse no poder, a COHAB-PE não faria casas pré-fabricadas”.

O FIAT TAMBÉM CONQUISTA NATAL

NAVONA VEÍCULOS JÁ RECEBE COTAS DE FÁBRICA E ACELERA A CONSTRUÇÃO DAS SUAS INSTALAÇÕES DEFINITIVAS

O nome de uma praça de Roma está servindo como razão social para uma firma que, instalada há pouco tempo e com um artigo comercial novo, vem crescendo de uma maneira rápida e importante para o Estado. Trata-se da **NAVONA VEÍCULOS S/A**, firma pertencente ao grupo liderado pelo Senador **Jessé Pinto Freire**, que é a revendedora para Natal da linha de automóveis **FIAT**.

Na verdade, a escolha do nome foi uma homenagem às belezas da Itália e à excelência do veículo fabricado em Betim, Minas Gerais, mas de origem italiana. Atualmente, a firma ainda se encontra em instalações provisórias, com o posto de vendas funcionando na rua Ulisses Caldas e as oficinas na rua General Glicério, 240, Ribeira. Mas, de acordo com o diretor Roberto Moura, dentro de aproximadamente 45 dias, as oficinas já estarão na nova sede em construção, localizada às margens da BR-101, logo após o viaduto.

JUNTO COM O FIAT — A história de **NAVONA VEÍCULOS S/A** começa com a própria história da **FIAT** no Brasil. A formação da nova empresa liderada por **Jessé Pinto Freire** aconteceu em junho do ano passado, quando tomava conhecimento de que havia sido a firma escolhida para representar o novo carro produzido no Brasil. Passada a fase de instalação, a **NAVONA** começaria a fase de comercialização em novembro de 77, quando os primeiros carros **FIAT** começaram a circular pelas ruas de Natal. Evidentemente que as condições de comercialização não eram as melhores, até mesmo porque a nova revenda ainda não tinha uma quota estabelecida.

A primeira grande investida em termos de assistência aos usuários da linha **FIAT** foi o investimento da ordem de Cr\$ 1 milhão só em equipamentos necessários à prestação de serviços técnicos autorizados, afora o pedido inicial de peças de reposição, de maneira a evitar a falta de peças para os novos veículos.

Mas, segundo Roberto Moura, a grande largada da **FIAT** no Rio Grande do Norte, e particularmente da **NAVONA VEÍCULOS**, será agora. Primeiro, por conta das quotas estabelecidas pela



fábrica; segundo, pela construção de uma loja em Natal com todos os requisitos necessários a um bom atendimento dos clientes.

No primeiro aspecto, ou seja, o das quotas de veículos, a **NAVONA** vai ficar recebendo cerca 60 automóveis mensais, número que vai permitir à revenda uma política de comercialização agressiva e com preços e condições excelentes. Basta notar que, apesar do último aumento, os preços da revenda autorizada estão mais baixos que os cobrados em outras lojas, meses atrás. Além disto, a garantia de que terá carros para entregar, vai fazer a empresa investir maciçamente no trabalho de promoção e atendimento.

Quanto à nova loja, será uma das maiores construções para vendas automobilísticas em Natal, com 5 mil e 500 metros quadrados de área útil e mil e 800 metros de área coberta, oferecendo em sua primeira fase cerca de 50 empregos. Atualmente, muito embora funcionando em instalações provisórias, a **NAVONA** já emprega mais de 20 funcionários, sem falar do quadro de vendedores.

VITÓRIA E DESFILE — Considerado o grande carro do momento em todo o mundo, sendo bastante tomar como prova a sua venda na Europa, o **FIAT** começa a ocupar um lugar de destaque também no Brasil. Com pouco mais de um ano de lançado e uma produção que se aproxima de 300 carros/dia, a **FIAT AUTOMÓVEIS S/A** tem sua produção toda vendida, não existindo carros em seus pátios. Sua aceitação e suas características fizeram com que a revista "Auto-Esporte" o escolhesse como o "CARRO DO ANO", fato que foi comemorado em todo o Brasil. Aqui em Natal, aproveitando a escolha e fazendo quase que um lançamento oficial da loja, os dirigentes da **NAVONA** fizeram um desfile com alguns modelos, transformando o acontecimento em festa da cidade.

Motivos havia para festejar: primeiro, a aceitação do carro; segundo, seu grande desempenho, pois é um veículo de manutenção simples, ótimo preço e altamente econômico — o único carro nacional a fazer 16 quilômetros com um litro de gasolina.



guararapes

CONFECÇÕES GUARARAPES S.A.

SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO - GEMEC/RCA - 200-76/97 - CGC 08.402.943/0031-52

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Temos a satisfação de submeter a V. Saa. o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações do Resultado, dos Lucros Acumulados e das Origens e Aplicações de Recursos, relativos ao exercício de 1977.

As Vendas líquidas de Cr\$ 980,1 milhões representaram um acréscimo de 60,7% sobre 1976.

O lucro líquido, após a provisão para imposto de renda, cresceu em 71,1%, atingindo Cr\$ 250,4 milhões.

A lucratividade sobre vendas no exercício passado, foi de 24,0%. Em 1977, esta margem situou-se em 25,5%.

Os lucros por ação corresponderam a 64,6% sobre o Capital atual de Cr\$ 387,2 milhões, e a 77,6% sobre o Capital médio de período.

Conforme proposta a ser encaminhada à Assembléia Geral, a distribuição dos lucros será constituída de bonificação de 60% em ações ordinárias, calculada sobre o montante de ações possuídas por cada acionista, e de dividendos de 7%, ou seja, Cr\$ 0,07 por ação, cumprindo-se o dispositivo estatutário do dividendo obrigatório.

O Capital Social integralizado deverá atingir Cr\$ 619,6 milhões que, somados a Reservas no montante de Cr\$ 116,1 milhões, totalizam recursos da ordem de Cr\$ 735,7 milhões.

Em atenção ao disposto na nova Lei das Sociedades Anônimas, procedemos à adaptação dos estatutos da Empresa, criando o Conselho de Administração, tornando de caráter não permanente o Conselho Fiscal e fixando dividendos mínimos e obrigatórios. Destacamos o bom desempenho, no exercício, das sociedades controladas pela Empresa - Lojas Seta S.A. e CIC - Centro Industrial de Confecções Ltda., que tiveram efetiva participação na mercadização de nossos produtos.

Em 1977, as quatro unidades industriais da Empresa, localizadas em Natal (RN), São Paulo (SP), Fortaleza (CE) e Mossoró (RN), realizaram as metas prefixadas que estabeleceram incremento de 60% do faturamento com aumento da produção e obtenção de melhores índices de produtividade e de qualidade.

A comercialização dos nossos artigos foi processada normalmente, consolidando cada vez mais a aceitação de que desfrutam no mercado consumidor. Essa firme presença no mercado vem sendo reforçada, ultimamente, com uma linha diversificada para atendimento da crescente demanda de moda jovem do País, dando à Empresa confiança para investir em novos planos de expansão.

No 1º Semestre de 1978, estará totalmente concluída a ampliação de 26.800 m² da Fábrica São Paulo, possibilitando o crescimento do Setor de Malharia e o lançamento de novos produtos, já em fase de estudos.

Em continuidade à política de desenvolvimento da Empresa, será iniciada em Natal (RN), em terreno anexo à nossa Matriz, a construção de um novo prédio com área de 24.200 m², destinada a nova unidade de confecção de camisas.

A Fábrica de Fortaleza promoverá, no novo exercício, um aumento de 20% em sua produção de calças, com maior aproveitamento de sua capacidade instalada.

É com confiança justificada, pois, que a Empresa encara o futuro.

Ao final, agradecemos a valiosa participação de todos os nossos colaboradores, a cuja dedicação e eficiência GUARARAPES consagra o seu desenvolvimento.

Natal, 15 de fevereiro de 1978.
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL (Notas 1, 2 e 3) (Expresso em milhares de cruzeiros)

Ativo	31 de dezembro		Passivo	31 de dezembro	
	1977	1976 (Reclassificado)		1977	1976 (Reclassificado)
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixas e bancos	39 177	31 263	Fornecedores	43 911	26 807
Títulos vinculados ao mercado aberto	96 614	41 000	Instituições financeiras	50 831	32 850
	135 791	72 263	Impostos a recolher	38 036	15 831
Contas a receber de clientes	392 440	235 634	Imposto sobre a renda	17 212	13 416
Menos:			Encargos sociais	9 420	5 791
Duplicatas descontadas	75 779	60 370	Credores diversos	12 408	7 960
Provisão para devedores duvidosos	7 848	4 713	Total do passivo circulante	171 818	102 655
	308 813	170 551	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos compulsórios	1 102	4 012	Credores diversos	3	11
Depósitos vinculados	4 709	1 258	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Depósitos de incentivos fiscais - redução ICM	15 007	4 086	Capital social subscrito e integralizado - ações ordinárias de Cr\$ 1 cada (Nota 5)	387 281	258 187
Outras contas a receber	9 317	4 301	Reservas de capital		
Estoques (Nota 4)	196 204	144 863	Correção monetária do imobilizado	73 089	11 842
Total do ativo circulante	670 943	401 334	Manutenção do capital de giro	95 297	78 613
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Redução do imposto sobre a renda	19 425	6 657
Depósitos vinculados	124	207	Reinvestimentos		
PERMANENTE			Decreto 53.304/64	6 718	6 716
Investimentos			Redução ICM	9 394	7 754
Participações em empresas controladas	15 279	8 669	Incentivos fiscais (FINOR)	4 360	7 429
Participações em outras empresas	282	201	Artigo 23 - Lei 5.508	16 482	—
Depósitos para investimentos	5 510	3 798	Outras reservas	6 873	397
Cauções, marcas e patentes	80	15	Reservas de lucros		
	21 151	12 683	Reserva legal	26 677	19 710
Imobilizado			Lucros acumulados	117 320	51 175
Imóveis	115 115	65 420		752 914	448 480
Máquinas e instalações	111 679	64 783		934 735	551 146
Móveis, utensílios e veículos	18 208	10 410	COMPENSAÇÃO		
	245 002	140 613	Caução da diretoria	—	900
Menos Depreciações acumuladas	52 432	21 873	Títulos em cobrança	97 193	52 083
	192 570	118 740	Locação de terceiros	2 192	3.116
Obras em andamento	49 605	16 889	Seguros contratados	221 800	94 040
	242 175	135 620		320 985	150 139

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977 E DE 1976

NOTA 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

- Os principais procedimentos contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras anexas, estão a seguir sumariados:
- Apresentação das demonstrações financeiras** — Antecipando-se as exigências de Lei 6404 (Sociedades por Ações), conforme referido na Nota 3, a companhia adotou a nova forma de apresentação e agrupamento das contas. Assim sendo, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 1976 foram reclassificadas para fins de comparabilidade. Os direitos realizáveis e os passivos exigíveis até 360 dias estão classificados como circulantes.
 - Títulos vinculados ao mercado aberto** — Demonstrados ao custo de aplicação mais rendimentos auferidos.
 - Provisão para devedores duvidosos** — Constituída dentro do limite máximo admitido como despesa dedutível pela legislação do imposto sobre a renda.
 - Depósitos de incentivos fiscais** — Nos termos do Decreto 6052/73 - RN a companhia goza, até o exercício de 1978, da redução de 48% do imposto sobre circulação de mercadorias. O montante equivalente à redução é depositado em conta bancária vinculada e considerado como receita diferida, sendo posteriormente transferido, quando das liberações, para as contas de resultado e procedida a apropriação dos lucros para constituição de reserva específica para aumento de capital. Essa receita está demonstrada como parte do lucro operacional.
 - Estoques** — Demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o custo de reposição ou o valor de realização.
 - Investimentos** — Participações em empresas controladas e outras empresas demonstradas ao custo de aquisição, mais bonificações recebidas. Depósitos para investimentos demonstrados ao custo.
 - Imobilizado** — Demonstrado ao custo de compra ou construção, mais correção monetária baseada em normas e coeficientes oficiais que refletem a correção dos valores monetários até o ano corrente. O produto da correção monetária (1977 - Cr\$ 26.206 mil - 1976 - Cr\$ 11.842 mil) é levado às reservas de capital. A depreciação sobre o custo e correção monetária é computada pelo método linear e absorvida no custo da produção ou diretamente nos resultados.
 - Manutenção do capital de giro** — Constituída mediante fórmula e índices oficiais e tratada como apropriação dos

Encargos diferidos	342	1.302
	263.668	149.805
	934.735	551.146

Menos: Despesas no ativo	320.985	150.139
	934.735	551.146

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Notas 1, 2 e 3)
(Expressa em milhares de cruzeiros)

	31 de dezembro 1977	1978
		(Reclassificado)
VENDAS	1.018.135	633.129
Menos imposto sobre produtos industrializados	38.016	23.319
VENDAS LIQUIDAS	980.119	609.810
Custo dos produtos vendidos	506.399	308.420
LUCRO BRUTO	473.720	301.390
RECEITAS DE INCENTIVOS FISCAIS		
Incentivo de exportação	3.908	6.171
Redução do imposto sobre circulação de mercadorias	9.394	7.754
	487.022	315.315
DESPESAS COM VENDAS		
Comissões	35.422	24.689
Imposto sobre circulação de mercadorias (inclui provisão para ICM nos estoques)	61.130	48.573
Provisão para devedores duvidosos	3.261	2.825
Frete e carretos	10.356	5.849
Propaganda e publicidade	228	1.293
Descontos sobre vendas	30.185	23.549
Outras despesas	23.683	17.484
	164.265	124.262
GASTOS GERAIS		
Despesas financeiras (menos receitas financeiras)	9.943	6.285
Despesas administrativas	35.777	19.856
Honorários da diretoria	7.034	4.095
Impostos e taxas diversas	1.388	550
	54.142	30.796
DEPRECIACÃO (menos Cr\$ 10.046 mil absorvidos no custo de produção - em 1976 Cr\$ 5.002 mil)	1.983	1.088
LUCRO OPERACIONAL	266.632	159.169
RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	975	578
LUCRO LIQUIDO ANTES DO IMPOSTO SOBRE A RENDA	267.607	159.747
PROVISÃO PARA IMPOSTO SOBRE A RENDA	17.212	13.416
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	250.395	146.331
LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL	Cr\$ 0,65	0,56

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS
(Notas 1, 2 e 3)
(Expressa em milhares de cruzeiros)

	31 de dezembro 1977	1978
No início do exercício	51.175	37.139
Lucro líquido do exercício	250.395	146.331
	301.570	183.470
APROPRIAÇÕES		
Dos lucros dos exercícios anteriores	21.193	20.290
Aumento de capital		
Dividendos distribuídos (1977 - Cr\$ 0,06 e 1978 - Cr\$ 0,06 por ação do capital)	15.492	10.327
Dos lucros do exercício		
Reservas		
Legal	6.967	4.057
Manutenção do capital de giro	95.298	78.813
Redução do imposto sobre a renda	19.485	6.657
Reinvestimento - redução ICM	9.394	7.754
Reinvestimento - Lei 5.508	16.482	4.420
Outras reservas		177
	184.250	132.295
No fim do exercício	117.320	51.175

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS (Notas 1, 2 e 3)
(Expressa em milhares de cruzeiros)

	31 de dezembro 1977	1978
		(Reclassificado)
ORIGEM DOS RECURSOS		
Lucro líquido do exercício	250.395	146.331
Encargo que não representa desembolso de numerário		
Depreciação	12.029	6.090
Decréscimo de realizável a longo prazo	262.424	152.421
Decréscimo (acréscimo) de encargos diferidos	83	823
	960	(425)
Total dos recursos	263.467	152.819
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Aquisição de imobilizado	45.495	40.620
Dividendos distribuídos	15.492	10.327
Acréscimo de investimentos	2.026	1.767
Decréscimo do exigível a longo prazo	8	12
Total das aplicações	63.021	52.726
Excedente de recursos obtidos sobre recursos aplicados representando acréscimo do capital de giro	200.446	100.093
ATIVO CIRCULANTE MENOS PASSIVO CIRCULANTE		
No fim do exercício	499.125	298.679
No início do exercício	298.679	198.586
	200.446	100.093

resultados.

Nos termos da Lei 4239/63 a companhia goza até 1978, inclusive, da redução de 50% do imposto sobre a renda, devendo, todavia, constituir uma reserva pelo valor equivalente ao da redução e utilizá-la em aumento de capital. As transações não contempladas pela redução estão sujeitas à tributação normal. Está sendo pleiteada a prorrogação do prazo da redução acima mencionada, por mais 4 anos. A provisão para o imposto sobre a renda é reconhecida como encargo do exercício, reduzida pelo valor correspondente ao incentivo fiscal facultado pela Lei 5508, o qual é apropriado dos resultados para conta específica de reserva de capital.

NOTA 2 - MUDANÇA DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

Com base na opção do Decreto-Lei 1598, foi contabilizada a correção monetária especial do imobilizado aos preços vigentes em 31 de dezembro de 1977, conforme índices oficiais. O aumento líquido de Cr\$ 46.883 mil após compensar variações cambiais de Cr\$ 1.926 mil, foi levado a uma conta específica de reserva de capital.

NOTA 3 - RESULTADOS FUTUROS

A partir do exercício social de 1978, as demonstrações financeiras deverão refletir os princípios estabelecidos pela Lei 6404 (Sociedades por Ações) e Decreto-Lei 1598 (Imposto sobre a Renda), os quais ocasionarão reflexos nos resultados daquele exercício e dos futuros, devido principalmente à contabilização dos efeitos da inflação sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido contábil antes da apuração dos resultados do exercício.

NOTA 4 - ESTOQUES

	1977	1978
	Cr\$ 000)	(Cr\$ 000)
Produtos acabados	43.236	27.187
Produtos em elaboração	40.626	25.881
Matérias primas	72.738	68.252
Matérias diversas	36.640	25.184
Estoques em poder de terceiros	7.220	5.534
Materiais em trânsito e outros estoques	10.418	4.650
	210.878	156.688
Provisão para ICM nos estoques	(14.674)	(11.825)
	196.204	144.863

Estoques no valor de aproximadamente Cr\$ 96.000 mil (em 1976 Cr\$ 33.000 mil) acham-se apenhados em garantia de empréstimos obtidos.

NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL

No decorrer dos exercícios de 1977 e 1976 o capital foi aumentado com os seguintes recursos:

	1977	1976
	(Cr\$ 000)	(Cr\$ 000)
Lucros acumulados	21.193	20.290
Reservas		
Manutenção do capital de giro	78.613	39.320
Correção monetária do imobilizado	11.842	11.811
Redução do imposto sobre a renda	6.657	3.680
Reinvestimento - redução ICM	7.754	9.003
Reinvestimento - incentivos fiscais - FINOR	3.009	1.861
Outras	26	97
	129.094	86.062

Natal, 15 de fevereiro de 1978.

NEVALDO ROCHA
Presidente

HELIO DE ALBUQUERQUE ARAGÃO
Vice-Presidente

BENEDITO CLAYTON VERAS ALCANTARA
Vice-Presidente

NILSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

PAULO FERREIRA MACHADO
Diretor Financeiro

FRANCISCO NÉLIO FERREIRA DO MONTE
Diretor Comercial

RAIMUNDO NONATO DA COSTA
Diretor Administrativo

NILZA PONTES MONTENEGRO
Técnica Contabilidade - CRC-873/RN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Submetidos à nossa manifestação, em cumprimento à disposição estatutária, o relatório e as contas da Diretoria referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1977. Os documentos examinados, não apenas atendem a exigências de ordem legal, como espelham resultados reais. Por isso, somos pela sua aprovação.

Natal, 17 de fevereiro de 1978

NEVALDO ROCHA
Presidente

NELSON ROCHA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

LUPERCIO SILVA DE MENEZES
Conselheiro

Ilmos. Srs. Diretores
Confecções Guararapes S/A

Examinamos os balanços patrimoniais de Confecções Guararapes S/A em 31 de Dezembro de 1977 e de 1976, as correspondentes demonstrações do resultado, de lucros acumulados e de origem e aplicação de recursos dos exercícios findos nessas mesmas datas. Efetuamos nossos exames consoante padrões reconhecidos de auditoria e de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil para as companhias de capital aberto, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira de Confecções Guararapes S/A em 31 de Dezembro de 1977 e de 1976, do resultado das operações, dos lucros acumulados e da origem e aplicação de recursos desses exercícios, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados. Esses princípios contábeis foram aplicados de maneira consistente, com exceção da mudança descrita na Nota 2 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 1978

Contador Responsável
CARLOS DE SOUZA CARVALHO
CRC - RS 9314 "S" SP 101
CRC - RS 9314 "S" RN
DEMEC - RAI - 72/016 FJ

PRICE WATERHOUSE
Auditores Independentes
RCR - SP 160 - "S" RN
DEMEC - RAI - 72/016 FJ

OLHABART

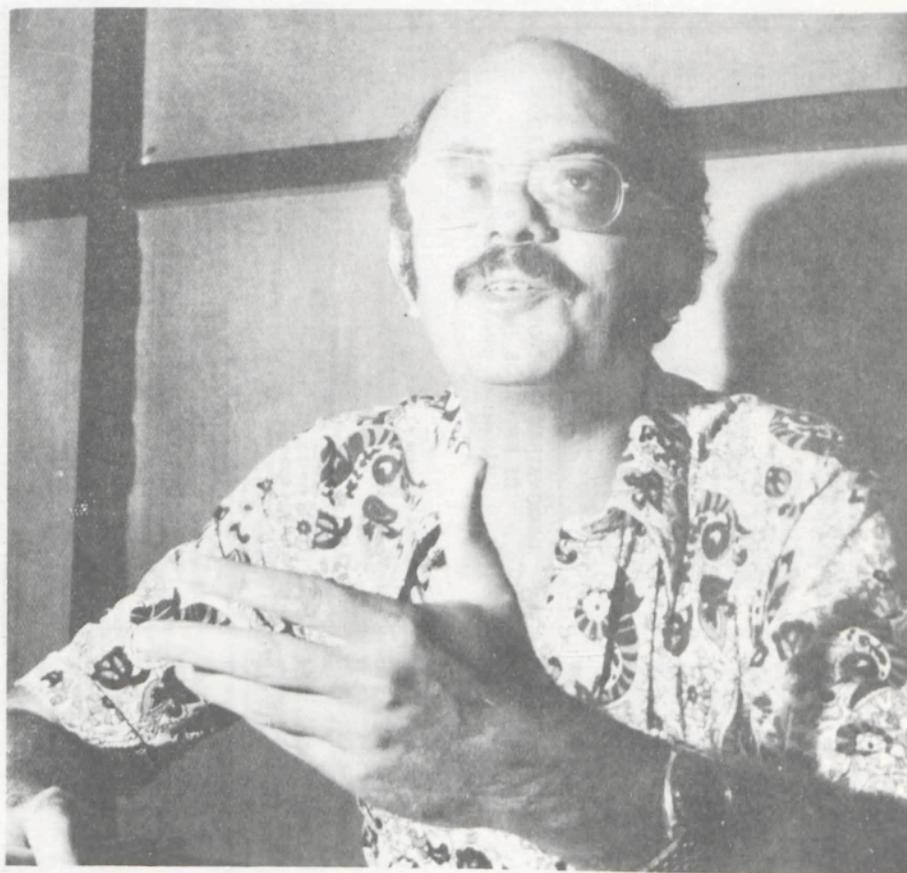
MEDICINA — UMA PROFISSÃO EM CRISE

Os médicos, que já formaram uma classe economicamente privilegiada, começam a sofrer os efeitos restritivos da política de saúde adotada no país. Tendo hoje o INPS como maior e quase único empregador, os médicos deixaram praticamente de ser profissionais liberais, à falta de clientela particular. Queixando-se dos baixos salários e da má imagem que se construiu para a medicina, líderes da classe comentam os seus problemas e apontam soluções para melhorar a qualidade da assistência médica.

A desorganização e as limitações do mercado de trabalho para a classe médica, principalmente nas capitais brasileiras, vêm provocando o aviltamento dos salários e até o desemprego, situação que atinge especialmente os médicos novos que, por isso mesmo, se referem ao assunto com insatisfação generalizada.

A rigor, o INPS é hoje a única alternativa de emprego e de renda para os médicos, não só em Natal, mas em todas as grandes cidades brasileiras. Com o seu poder aquisitivo reduzido a cada mês pela inflação, o povo já não recorre aos consultórios particulares, comportamento que contribuiu para o fim da Medicina como profissão liberal. O INPS eleva, a cada ano, o seu contingente de contribuintes-beneficiários, prevendo-se que a partir de agora, com a nova unificação da previdência, o mercado de trabalho para os médicos se restrinja ainda mais pelo desaparecimento do IPASE, do FUNRURAL, da LBA e de alguns outros órgãos oficiais ou para-estatais que também prestavam assistência médica em alguns setores.

RUMO AO INTERIOR — Como o número de médicos cresce em progressão geométrica, enquanto as oportunidades de trabalho aparecem em progressão apenas aritmética, cada vez mais se avoluma o desoon-



Maurilton Luiz de Moraes:

“O médico, que fazia parte da classe dominante — socialmente falando — passou para a classe dominada”.

tentamento entre os que exercem a Medicina. Segundo o presidente da Associação de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte, psiquiatra Maurilton Moraes, uma boa parte dos médicos novos tem de tomar a decisão de seguir para cidades do interior, onde há possibilidade de sa-

lários regulares. Porém, no interior a Medicina é exercida sem recursos técnicos e sem o mínimo de meios materiais, a ponto de poder representar para o médico um sério perigo de estagnação profissional. Para a maioria, ir para o interior significa alguns anos perdidos na profissão,

pois fora a experiência de trabalhar sem os meios adequados, nada se ganha em termos de especialização. Longe de outros colegas com quem possam debater casos clínicos, sem contar com laboratórios para analisar adequadamente o estado geral dos seus pacientes e diagnosticar com segurança as doenças, os médicos do interior findam por se tornarem frustrados e medíocres, ou então renunciam a tudo para começar de novo a vida profissional numa cidade grande.

A aversão ao interior é tão acentuada que há vários meses o secretário da Saúde do Estado, Lavoisier Maia Sobrinho, manda publicar editais pela imprensa oferecendo salário inicial de Cr\$ 15 mil para médicos de diversas especialidades que pretendam trabalhar em pequenas comunidades, e até hoje não apareceu candidato.

É o próprio secretário da Saúde quem declara:

“Nós sempre enfrentamos esta grande dificuldade que é encontrar médicos para trabalhar no interior. Porém, a situação agora está se agravando. Temos publicado por várias vezes, em todos os jornais de Natal, editais convocando médicos para servir em algumas cidades do interior do Estado. Até o momento, nenhum se apresentou para aceitar o emprego que assegura como salário inicial a importância de Cr\$ 15 mil, dando entretanto condições para que os médicos ainda possam clinicar por conta própria ou ter outras atividades, pois a Secretaria da Saúde só lhes toma um mínimo de quatro ou um máximo de seis horas, por dia. Como se pode notar, as condições que oferecemos são bem razoáveis”.

A VIDA NA CAPITAL — Como quase único empregador de médicos em Natal, o INPS hoje não acena praticamente com nenhuma possibilidade de absorver mais mão-de-obra nesse campo, pelo menos a curto e médio prazo. Este órgão só admite novos empregados mediante concurso público e o último realizado



Lavoisier Maia:

“Nós sempre tivemos muita dificuldade em encontrar médicos para trabalhar no interior”.

não chegou a assegurar trabalho para mais do que uns dez por cento dos que a ele se submeteram. Pagando salários que variam de Cr\$ 7 mil a Cr\$ 15 mil, de acordo com o tipo de contrato (mais ou menos horas diárias), o INPS não é considerado pelos médicos um mal empregador, até porque ele ainda paga honorários por serviços que sejam prestados fora das obrigações contratuais, como cirurgias, ao mesmo tempo que — em face da grande demanda de beneficiários à procura de assistência médica — o órgão encaminha um bom número de pacientes para os consultórios particulares, embora pague apenas Cr\$ 52,00 por uma consulta.

Na verdade, trabalhar no INPS é quase que um privilégio para os médicos. Os que não têm vínculo empregatício e apenas são credenciados pelo instituto para atender segurados no próprio consultório, vivem em permanente estado de sobressalto, pois se num mês o INPS lhes encaminha cem ou cento e cinquenta pacientes, no mês seguinte

pode mandar apenas a metade, reduzindo assim — abruptamente — a receita do médico. A mesma coisa acontece na área de cirurgias, quando em certos períodos o órgão simplesmente impede ou restringe as possibilidades dos médicos operarem.

Outros empregadores de médicos na capital são a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Secretaria da Saúde do Estado, o Serviço Social da Indústria — SESI (que mantém um serviço de atendimento ambulatorial para industriários, em convênio com o INPS), além de um reduzido número de clínicas e hospitais particulares. Em breve, com a inauguração do serviço ambulatorial do IPE — Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais — surgirão mais oportunidades de trabalho.

Como, geralmente, os salários são considerados baixos pela classe, os médicos procuram manter vários empregos ao mesmo tempo, sendo muito comum, por exemplo, um médico trabalhar para a UFRN, o INPS



O povo sofre nas filas do INPS

e ainda dar plantões em hospitais, manter consultório particular, etc. A esse respeito, se pronuncia o presidente da Associação de Medicina e Cirurgia, Maurilton Morais:

“Muitos alegam que a profissão de médico é privilegiada, porque oferece condições para que o profissional tenha, ao mesmo tempo, vários empregos. Todavia, isto não é o que desejam os médicos. Nós preferiríamos ter apenas um emprego, desde que bem remunerado. E só o INPS, atualmente, poderia oferecer isto”.

OS SALÁRIOS — A maior parte das pessoas imagina os médicos como profissionais muito bem remunerados, se bem que poucas saibam, realmente, quais são os níveis de salário dessa classe. A Secretaria da Saúde do Estado, por três horas diárias, paga a um médico Cr\$ 4 mil, embora ofereça aos que desejam ir para o interior a possibilidade de ganharem até Cr\$ 15 mil. Já o INPS paga, conforme o tipo de contrato, de Cr\$ 7 mil a Cr\$ 15 mil. A Universidade paga a um médico que, além de ensinar faz atendimento ambulatorial, um salário que varia de Cr\$ 5 mil a Cr\$ 14 mil, também conforme o tipo de contrato. O SESI oferece remuneração em torno de Cr\$ 4 mil, para quatro horas de trabalho/dia.

As clínicas e hospitais particulares, porém, pagam bem abaixo desses níveis, havendo reclamações de que algumas dessas instituições chegam a pagar apenas Cr\$ 2 mil para que um médico atenda 15 ou 20 pacientes por dia.

Para complementar suas necessidades, a maioria dos médicos aceita credenciamentos, passando a prestar serviços sem vínculo empregatício a várias entidades, havendo as que pagam bem, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, e as que pagam quantias tão irrisórias por uma consulta que a maioria dos médicos às repele. Ainda existem instituições públicas de assistência médica que pagam por uma consulta, em consultório particular, a irrisória quantia de Cr\$ 40,00, e ainda assim com atraso.

Salvo os pouquíssimos casos de médicos renomados e com muitos anos de profissão, que chegam a ter rendimentos superiores a Cr\$ 100 mil, por mês, o que se sabe é que a maioria absoluta da classe deve ficar com salários na faixa de Cr\$ 15 mil a Cr\$ 25 mil. Com um detalhe importante: enquanto nas demais profissões de nível superior se trabalha 8 horas por dia, a quase totalidade dos médicos trabalha de 10 a 12 horas.

O QUE FALAM DOS MÉDICOS — Já houve época em que a moda era desmoralizar os advogados. Hoje, a moda é desmoralizar a Medicina. A imprensa registra com estardalhaço qualquer falha dos serviços médicos e hospitalares, enquanto os programas humorísticos da televisão cuidam de mostrar o médico como um profissional inescrupuloso. Sensível a essas mensagens dos meios de comunicação, o povo também faz uma imagem defeituosa dos médicos, para o que contribui a má qualidade do serviço de assistência médica oferecido pelo INPS, isto depois do contribuinte vencer filas e filas.

Um médico do INPS é obrigado a atender de 14 a 20 pacientes num expediente, ou seja, uns cinco por hora, não tendo, pois, condições de se aprofundar no exame dos pacientes que necessitam de maiores cuidados. Além disso, os consultórios do INPS não estão bem aparelhados, existindo tanta precariedade nesse setor que a única solução é encaminhar os pacientes para consultórios particulares, embora esta medida seja condenada pela administração do órgão, que vê nela uma forma de beneficiamento ilícito para os médicos.

Como qualquer profissão, entre os médicos existem bons e maus profissionais. E muita coisa do que

se fala contra os médicos tem razão de ser. Embora, sem nenhuma dúvida, a maior parte deles seja composta de pessoas competentes e responsáveis, que trabalham muito para fazerem jus a um bom salário.

Maurilton Morais tem a seguinte observação acerca disso:

“Acredito que a maioria do que se vem falando contra a Medicina é verdade. Devem existir maus médicos, como existem maus pedreiros, carpinteiros, alfaites, engenheiros, etc. Entretanto, o médico quando se forma já vai imbuído do sentido do juramento hipocrático que não corresponde às normas de valor do mundo competitivo de hoje. Pouco a pouco, ele vai perdendo o estímulo e chega a um vazio existencial, a uma frustração terrível por não poder realizar tudo o que sonhou. Daí, pode surgir o desleixo, o descaso, aquela situação do deixa-estar-para-ver-como-é-que-fica. Todavia, posso assegurar que a maioria dos médicos continua, masoquisticamente, a pensar no bem comum, daí a alta incidência de enfartes do miocárdio entre nós. O fato é que estamos angustiados e não podemos, nem queremos, fugir à ética”.

EXPLORAÇÃO DA CLASSE —

Outro assunto aque vem tendo relevância acentuada atualmente é a chamada “exploração do médico pelo médico”. Nos últimos anos, têm surgido em todas as capitais inúmeras clínicas particulares, formadas por médicos que se unem para em conjunto prestarem um melhor serviço, diminuir custos de manutenção de consultórios individuais, etc. O êxito desses empreendimentos tem sido notável. A prova é que quase todas essas clínicas aumentam, de ano para ano, o número dos seus atendimentos, a ponto de serem forçadas a convidar outros médicos para delas participarem, ou simplesmente a contratarem por salários baixos os médicos recém-formados, solução esta que tem sido a mais comum. No final, um ou alguns medalhões, donos das clínicas, terminam ganhando muito às custas



Gley Fernandes Gurjão:

“A exploração do médico pelo médico é uma maneira vil de ferir o código de ética”.

dos médicos assalariados. Este assunto vem despertando polêmicas e descontentamento dentro da classe médica de todo país.

O presidente da UNIMED (Cooperativa dos Médicos do Rio Grande do Norte) Gley Nogueira Fernandes, vê a “exploração do médico pelo médico” como uma maneira vil de ferir profundamente o código de ética. E se volta com mais empenho contra as empresas que atuam vendendo serviços médicos. Diz ele:

“Essas entidades, legalmente estruturadas como empresas mercantis, têm envolvido os médicos, através de capitalistas que os contratam a preço irrisório, tornando-se milionários às custas do povo e da própria classe médica”.

Maurilton Morais também tem sua opinião firmada sobre o assunto:

“Infelizmente, sempre existiu e existirão os que enriquecem às custas dos outros, em qualquer profissão; e agora chegou a vez desse fato acontecer também na profissão médica”.

Para ele, o problema poderá ser resolvido com a constituição da Cooperativa dos Médicos — o que por sinal já ocorreu em Natal. Se houver união e uma boa liderança, o cooperativismo poderá significar um golpe nas entidades que hoje exploram o trabalho avulso dos médi-

cos.

CRIAÇÃO DO SINDICATO — A idéia da criação de um sindicato para os médicos ganhou corpo em Natal, depois da movimentação iniciada no Sul em defesa da classe. Entusiasta da idéia, o psiquiatra Maurilton Morais afirma:

“Quatorze anos de mutismo separam a situação de uma classe que tinha um status e que o perdeu. O médico, que fazia parte da classe dominante — socialmente falando — passou para a classe dominada. De liberal, passou a empregado, no mesmo nível de outras classes menores e até populares. Porém, quando o médico sofrer um pouco mais; quando aprender que sindicato não é sinônimo de comunismo; quando perder o medo e resolver lutar pelos seus direitos; quando se conscientizar mais, politicamente, aí os tempos mudarão. E a confiança no sindicato será total. É verdade que, na história, o individualismo sempre superou o coletivismo. Mas, quando todos se sentirem ameaçados na individualidade, as buscas para as soluções passarão a ser coletivas. Felizmente, a tendência à abertura política no Brasil e o apoio que o Governo Federal vem dando aos sindicatos, através do Ministério do Trabalho, facilitarão muito um rápido crescimento de um sindicato dos médicos”.

O QUE SE FAZ PARA QUE O POTIGUAR VIVA MAIS?

A execução de uma política de saúde pública voltada para a prevenção das doenças e o aceleração das obras de saneamento básico e abastecimento d'água das cidades do Rio Grande do Norte são as formas indicadas para melhorar as condições de saúde da população do Estado, diminuir a mortalidade infantil e aumentar a média de vida das pessoas. Os órgãos que cuidam desses dois setores informam o que estão fazendo.

Natal é uma cidade que cresceu de forma quase que desordenada, praticamente duplicando a sua população nos últimos anos. Este crescimento trouxe em seu bojo alguns problemas de difícil solução para os que administram a cidade. Um deles é exatamente o criado pela falta de estrutura nos serviços básicos, principalmente no que se refere à instalação de água e esgotos.

Qual seria a real situação de Natal, como também do Rio Grande do Norte, no aspecto de saneamento básico? Como estes problemas poderiam interferir no aspecto de saúde pública? O que se está fazendo e o que se poderia fazer para melhorar as condições sanitárias e o tempo de vida dos potiguares? São perguntas que técnicos ligados às áreas de saneamento, saúde pública e construção responderam para RN-ECOMÔNICO, mostrando que a situação se não é boa, pelo menos é melhor do que a maioria pensa.

MORTALIDADE INFANTIL — Num Estado onde a mortalidade infantil atinge, segundo algumas estatísticas, a taxas de cerca de 130 mortos em cada 1.000 nascidos, a falta de saneamento básico (água, esgoto, coleta de lixo, etc) pode ser enquadrada entre as causas principais, já que as doenças provocadas pela ausência destes serviços, aliadas à falta de maior educação e de



Humberto Fasanaro:

“Fazer o tratamento d'água nas cidades é uma medida mais importante do que distribuir remédio”.

melhores condições sócio-culturais do povo, são as responsáveis pelo maior número de óbitos.

Na verdade, a Secretaria de Saúde vem tentando através de programas especiais a diminuição deste quadro, lutando para conseguir mudar esta imagem. É, não resta a menor dúvida, uma luta das mais difíceis, principalmente se for levado em consideração a falta de verbas e

de ter-se que utilizar estas minguadas verbas na estruturação de condições básicas, para que se possa efetuar um bom trabalho.

Um exemplo de medida importante é a que torna obrigatória a vacinação infantil. Pela vacinação se vai eliminar muitas das doenças que hoje são responsabilizadas pela alta mortalidade. No entanto, como diz o sanitarista e coordenador geral da

Secretaria de Saúde no Estado, Humberto Fasanaro, "é coisa para formar uma outra geração, um trabalho para o futuro". Muito mais prático é o que se está fazendo em diversas cidades, Ceará Mirim pode ser o exemplo, onde se estão instalando privadas nas residências, e água tratada para consumo da população, evitando-se, desta maneira, a contínua propagação de doenças infecto-contagiosas.

Segundo o médico Humberto Fasanaro, não adianta construir hospitais, levar equipes médicas, etc, se não se põe em prática uma maneira de melhorar as condições de higiene da população. Para ele, a política mais importante é esta de se fazer um trabalho preventivo, à base de vacinações e criação de infra-estrutura. Chega mesmo a dizer que a instalação de água tratada em uma cidade é mais importante que qualquer remédio.

No entanto, afirma o sanitarieta, "o Brasil vive hoje uma fase em que não pode se dedicar somente à prevenção, tendo que fazer ao mesmo tempo um tratamento curativo, daí ficarem as coisas mais difíceis".

NÚMEROS DISCUTÍVEIS — Para analisar a real situação da saúde pública no Estado, a Secretaria da Saúde encontra um sem número de problemas, como, por exemplo, o da falta de dados concretos, principalmente no interior. Para a médica Sandra Celeste Tavares da Silveira, que há um ano atua na Subcoordenação de Epidemiologia do órgão, problemas como a falta de registros de nascimentos e, o que é muito mais grave, de registros de óbitos, dificultam o trabalho e impedem a formação de estatísticas seguras na Secretaria da Saúde. Diz Sandra que é muito comum no Estado os pais não registrarem o óbito de filhos para continuarem percebendo o adicional do Salário-Família.

De qualquer forma, com os números levantados em Natal, ela tem condições de afirmar que as principais causadoras de mortes na população, principalmente na infantil,



Sandra Celeste:

"O índice de mortalidade infantil em Natal baixou de 169,6 para 76,2 nos últimos anos".

são doenças como as enterites e demais infecções intestinais, quase sempre provocadas pela falta de condições higiênicas, pelo consumo de águas contaminadas e pela inexistência de esgotos na maioria das casas.

Mostrando as estatísticas apuradas em Natal, a médica afirma que as enterites mataram, no ano de 1977, 648 pessoas. Este número, que poderia parecer alto, já é bem menor do que os anotados em anos anteriores, graças a uma atuação maior da Secretaria da Saúde, ao aumento do número de casas servidas pela rede de distribuição d'água notadamente nos bairros mais pobres, e aos trabalhos paralelos de mais algumas entidades envolvidas com o problema de saúde e educação sanitária. Basta observar que, em 1969, as enterites haviam matado 1.118 pessoas, na sua grande maioria crianças. Com relação à taxa geral de mortalidade infantil, houve em Natal uma sensível diminuição dos índices: enquanto em 1969, de

cada mil crianças nascidas, 169,6 morriam antes de atingir o primeiro ano de vida, em 1977 este percentual havia baixado para 76,2.

DÉCADA DA ÁGUA — Enquanto a Secretaria de Saúde traça programas de vacinações, campanhas de educação sanitária, instalação de serviços d'água e privadas, outra entidade luta em outro front para resolver o mesmo problema. Trata-se da CAERN — Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte — que é a responsável pela instalação e exploração do serviço de águas e esgotos no Estado. De acordo com o presidente da CAERN, engenheiro Raimundo Rands Barros, o trabalho da Companhia é, na maioria das vezes, incompreendido e criticado pela população. No entanto, o que acontece, diz Rands, é que durante muito tempo não houve a planificação necessária para se oferecer um serviço ideal para a cidade de Natal e para o Estado.

O presidente da CAERN reco-

nhece as dificuldades de abastecimento regular de Natal e as deficiências, principalmente quando mostra que Natal tem apenas cerca de 20 a 30 por cento de suas residências ligadas ao sistema de esgotos e 80 por cento ligadas à rede de água. Sabe, por exemplo que existem alguns bolsões onde não chega água da CAERN (bairros da Cidade Nova, Peixe-Boi, etc) mas explica que existem enormes dificuldades técnicas a serem vencidas para que a instalação do serviço chegue até aquelas localidades. Isto, de imediato. No entanto, está nos planos da Companhia também chegar a estes locais.

Quanto à área saneada (água e esgotos) disse Rands que, por incrível que possa parecer, ainda existem prédios dentro destas áreas (bairros da Ribeira, Tirol, Petrópolis, Cidade Alta e parte do Alecrim), que ainda não estão ligados às redes de esgotos. Reconheceu o presidente da CAERN que a instalação de esgotos é importante, mas que se tem de



Raimundo Rands Barros:

“Abastecimento d’água é um trabalho prioritário. O problema de esgotos é importante, mas vem depois”.

eleger prioridades. E a principal prioridade é o serviço d’água, “pois — disse Rands — estamos na década da água”.

Analisando a situação de Natal e

a falta de uma estação de tratamento dos esgotos, já que a existente está desativada, disse Rands Barros que isso não chega a constituir problema sério, pois os níveis de despejo no

Corcel II LDO, questão de opção

O Corcel LDO é o clássico da linha do Corcel II. Um carro com luxo e conforto para as pessoas realmente exigentes. Nele tudo é personalizado: o painel tem aplicações em madeira e combina com a cor do estofamento, que já vem em tecido e vinil. Todo o interior é entonado com a cor externa. O LDO tem todas as inovações do Corcel II, mas é um carro para quem quer um modelo próprio, diferente. Corcel II LDO questão de opção em DUAUTO VEÍCULOS.



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

Potengi são insuficientes para causar poluição. Explicou ainda que os esgotos de Natal estão planejados e com capacidade para suportar o aumento de despejo, mesmo que a ele se liguem novas residências e até mesmo novos edifícios.

PLANASA — Sobre o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA — disse Rands que o mesmo está permitindo a expansão geral dos sistemas de abastecimento d'água das cidades do interior do Estado, já chegando a 40 as comunidades beneficiadas com serviço de água e esgoto. Explicou Rands que a obtenção de recursos do PLANASA exige uma contrapartida do Governo do Estado e que, muitas vezes, isto chega a provocar algum atraso nas obras programadas, pois o Estado nem sempre dispõe de verbas para cumprir sua parte. Apesar disto tudo, acredita o dirigente da CAERN que dentro de poucos anos quase todas as cidades do Estado estarão beneficiadas com sistemas de água e esgoto.

NATAL — Voltando a falar sobre Natal, onde existem 52 mil ligações d'água, disse Rands Barros que o maior problema aqui foi o crescimento muito rápido, sem que se previssem as necessidades de expansão das redes de abastecimento d'água. *"Além disso — disse — o consumo d'água aqui é dos maiores, superando as médias que os técnicos estabelecem para consumo diário. Por conta de tudo isto é que a Companhia tem de partir para a captação de água de superfície, quando anteriormente só utilizava água de subsolo. O primeiro passo será o projeto da adutora de Extremoz e posteriormente da lagoa do Jiquí, projetos estes que, quando estiverem implantados, vão garantir água para o natalense até o ano de 1990. No entanto, para que novo colapso não aconteça, é preciso que a partir de 1985 se comece a pensar em novas fórmulas e sistemas"*.

Sobre as vantagens e desvanta-



Um método de abastecimento d'água que ainda demorará a ser erradicado no Rio Grande do Norte.

gens na construção de tantos prédios de apartamentos em Natal, disse o presidente da CAERN que isso não altera o dispositivo da Companhia, pois o trabalho é praticamente o mesmo. Apenas destacou que os edifícios estão se localizando em áreas já saneadas, o que torna mais fácil sua ligação à rede de esgotos. Já sobre a possibilidade de infiltração das águas com contaminação bacteriana através das fossas, garantiu o engenheiro-santário que esse fenômeno é quase impossível, pois existe uma distância que é obedecida e que garante a não passagem destas bactérias para os lençóis que abastecem a cidade.

ESPIGÕES MELHOR — Enquanto técnicos da Secretaria de Saúde e da CAERN concordam num mesmo ponto de vista, que a água é o fator mais importante e que para a

cidade a construção de conjuntos não causa problemas, o projetista Luciano Toscano vê em Natal mais vantagem na construção de prédios de apartamentos, onde, segundo ele, as condições de higiene são bem maiores.

Luciano Toscano, que faz parte do Escritório Técnico da ECOCIL, empresa que acaba de construir e entregar aos moradores o edifício Morada Riomar, defende sua posição mostrando que um edifício de apartamentos resume a área da cidade e concentra os serviços básicos. Explica ele que fica muito mais barato se instalar e se ligar um só prédio à rede de esgotos e de água, do que algumas dezenas de casas. Acha Luciano que, sob todos os aspectos, é mais vantajoso e salutar para Natal se construírem apartamentos, principalmente se localizados na área já saneada da cidade.

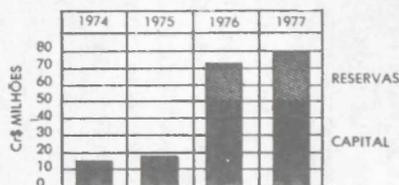
RELATÓRIO DA DIRETORIA EXERCÍCIO DE 1977

1 — CAPITAL E RESERVAS

- 1.1. — O Passivo Não Exigível elevou-se para Cr\$ 80.381 milhões e Reservas e Fundos de Cr\$ 30.381 milhões, dos quais cerca de Cr\$ 20 milhões consideradas reservas livres.

ANOS	1974	1975	1976	1977
Cr\$	1.000	1.000	1.000	1.000
CAPITAL	10.000	10.000	50.000	50.000
RESERVAS	5.777	9.397	23.387	30.381
	15.777	19.397	73.387	80.381

CAPITAL E RESERVAS



2 — DEPÓSITOS

- 2.1. — A elevação verificada em 1977 no volume total dos depósitos (de Cr\$ 232 milhões para Cr\$ 337 milhões) significou aumento nominal de Cr\$ 105 milhões.
- 2.2. — Com taxa de crescimento menos acentuada no exercício, os depósitos do público já atingiram o montante de Cr\$ 104 milhões, revelando incremento anual médio, a partir de 31 de dezembro de 1974, de cerca de 50%. No decorrer do exercício foram abertas 8.163 contas de depósitos.
- 2.3. — Demonstrando a identificação entre o Banco e o setor governamental, destaca-se o desempenho dos depósitos de entidades públicas, cujos saldos, em 31.12.77, apresentaram evolução de 63% relativamente ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS

Cr\$ MILHÕES	1974	1975	1976	1977
	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
350				
300				
250				
200				
150				
100				
50				
0				

3 — APLICAÇÕES

- 3.1. — Sem que se quebrasse a linha de atuação adotada desde o início da atual Administração, de manter encabe técnico em nível suficiente à dispensa de utilização do desconto de liquidez, elevamos substancialmente as nossas aplicações.
- 3.2. — Com crescimento de cerca de 62% no período, os empréstimos atingiram Cr\$ 872.247 milhões no final do exercício.

- 3.3. — Para esse desempenho, tem-se esforçado a Diretoria no sentido de — como reforço à elevação dos recursos gerados na própria empresa (capital e reservas + depósitos) — incrementar os repasses oficiais para linhas específicas de crédito, cuja participação nas aplicações globais do Banco atingiu, em 31.12.77, a expressiva quantia de Cr\$ 596.013 milhões.
- 3.4. — No desenvolvimento da nossa ação financiadora cuidadosa atenção foi dedicada à comercialização de produtos do Estado, destacando-se, o algodão, o sal, a castanha de caju, entre outros.
- 3.5. — Sob a forma de empréstimos por antecipação de receitas, prestou o Banco assistência creditícia especial a Prefeituras do Estado, inclusive da Capital, financiando também Órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado, no valor aproximado de Cr\$ 100 milhões.
- 3.6. — Paralelamente as operações normais de amparo à produção e de agilização do comércio, contribuiu o BANDERN para desafogar o fluxo de caixa de empresas locais carentes de capital de giro, mediante utilização da linha específica de crédito para pagamento de ICM.
- 3.7. — Em consonância com programa governamental, participou o Banco das seguintes Exposições promovidas pelo Secretário de Agricultura do Estado:
— VII Exposição de Animais e Produtos Derivados de Caiaçá (RN).
— XV Exposição de Animais de Mossoró (RN).
— XVII Exposição de Animais e Máquinas Agrícolas de Eduardo Gomes (RN).
Nessas Feiras, foram contratadas 166 operações, no valor de Cr\$ 6.155.105,00, destinadas à aquisição de animais, máquinas torrageiras, arame farpado e implementos diversos, a prazo médio e juros subsidiados.
- 3.8. — Vale registrar, finalmente, que o volume de créditos considerados de difícil liquidação representou, em 31.12.77, apenas 0,82% do valor global emprestado.

4 — AVAIS E FINANÇAS

- 4.1. — Foram concedidas e/ou prorrogadas 218 cartas de fiança, no valor total de Cr\$ 37.684.440,51, ensejando receita adicional de Cr\$ 690.256,69. Foram beneficiadas empresas construtoras, de passagens e turismo, de prestação de serviços, de comércio e indústria e sociedade de economia mista.

5 — RESULTADOS

- 5.1. — Apresentando um resultado operacional de Cr\$ 28.823 milhões, superior em Cr\$ 5.694 milhões ao do ano anterior, o lucro líquido final, face ao novo conceito atribuído a essa rubrica pela nova Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404, de 15.12.76), situou-se em Cr\$ 7.592 milhões.

6 — RECURSOS

- 6.1. — Para manutenção das suas atividades tradicionais, bem como para viabilizar novos empreendimentos de interesse da economia estadual, conseguiu o Banco mobilizar substanciais recursos provenientes de repasses oficiais, que sobrepujaram em cerca de 84% a posição obtida em 31.12.76.
- 6.2. — As novas operações ativas, no final do exercício, estavam respaldadas nas seguintes fontes de recursos:
I — Próprios + Depósitos Cr\$ 277.334.824,99
II — De outras Fontes:
(F.A.E., FINAME, FUNDECE, FUNAGRI, BACEM e outros, inclusive REINVEST/REGIR, RECON e FUNDHAP, do BNH) Cr\$ 596.013.063,39
- 6.3. — Sob a forma de repasses e no condição de Agente Financeiro do BNH e Órgão Gestor do F.A.E. — Fundo de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, aplicou o BANDERN.

- 7.3. — Aos órgãos responsáveis pela assistência social ao funcionalismo (SAMES - Serviço de Assistência Médica e Social e Clube Bandern Cultural e Desportivo) concedeu o Banco dotações específicas para dinamização das suas atividades, de modo a fortalecer cada vez mais as relações empregado/empresa.

8 — ESTRUTURA FÍSICA

- 8.1. — Inúmeras foram as medidas destinadas à melhoria da estrutura do Banco, merecendo destaque:
I — Abertura da filial no Rio de Janeiro, em prédio próprio, inaugurado em 07.03.77.
II — Abertura da filial em Brasília, também em prédio próprio do Banco, inaugurado em 09.03.77.
III — Abertura da filial em Eduardo Gomes, inaugurada em 29.04.77.
IV — Abertura de um Posto de Serviço na COSERN - Cia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte, para recebimento de taxas de luz dos usuários e atendimento dos seus empregados, em funcionamento desde 08.08.77.
V — Abertura de um Posto de Serviço em Mossoró, para pagamento ao funcionalismo estadual, em funcionamento desde 18.07.77.
VI — Dando início à utilização das telecomunicações em nossos serviços, foram instalados terminais de telex na Direção Geral e nas agências de Brasília e Mossoró, sistema que faz parte da Rede Nacional da Embratel.

9 — ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES

- 9.1. — Durante o ano de 1977, foram em número de 66 as Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria e do Conselho Fiscal, a saber:

ASSEMBLÉIAS GERAIS:	ORDINÁRIAS	01
	EXTRAORDINÁRIAS	04 05
REUNIÕES DA DIRETORIA:	ORDINÁRIAS	51
	EXTRAORDINÁRIAS	04 55
REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL		06
	T O T A L	66

- 9.2. — Em consequência das decisões adotadas no Colegiado e de soluções nas alçadas dos Diretores, foram expedidas 09 Resoluções e 218 Portarias.

10 — METAS PARA 1978

- 10.1. — Abertura de filial em São Paulo/SP.
Abertura de filiais no interior do Estado, nas cidades de Canguaretama, Carúbios, São José de Campestre, São Tomé e Tangará.
- 10.3. — Abertura de filial em Natal (RN), na sede das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Norte-CEASA/RN.
- 10.4. — Abertura de um Posto Especial de Prestação de Serviços na Secretaria de Finanças da Prefeitura de Natal.
- 11.5. — Ampliação da rede de telex, para interligação com as agências do Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.
- 11.6. — Elevação das aplicações globais para Cr\$ 1 bilhão.

11 — CONCLUSÃO

- 11.1. — Aos clientes em geral, que nos distinguiram com a sua preferência, às classes produtoras, responsáveis maiores pela expansão das nossas atividades e ao funcionalismo da Casa, cujo elevado índice de dedicação permitiu os resultados alcançados, a nossa gratidão.
- 11.2. — Sensibilizemo-nos, também, a honra de apresentar ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, e a pessoas do Excepcioníssimo Senhor Dr. Tarício de Vasconcelos Maia, o nosso reconhecimento pela confiança depositada na Administração do Banco, bem como a toda a equipe governamental, especialmente ao Excmº Sr. Se-

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES		
ANO	APLICAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO	INCREMENTO SOBRE O ANO ANTERIOR
1974	Cr\$ 135.633.255,76	Cr\$ 18.484.402,81
1975	173.692.910,82	38.059.655,06
1976	539.274.136,49	365.581.225,67
1977	873.347.888,38	334.073.751,89

- 7.1. — Nada obstante a intensificação geral das atividades do Banco, resultou no exercício de 1977, do balanço entre as admissões e afastamentos acréscimo de apenas 11% nos recursos humanos disponíveis, constituindo-se o quadro de pessoal em atividade, em 31.12.77, de 381 servidores.
- 7.2. — Na busca do aperfeiçoamento qualitativo do pessoal, foram promovidos 10 cursos de capacitação profissional, durante o ano, com participação de funcionários da Direção Geral e de 9 das nossas agências.

JOSÉ DANTAS DE ARAÚJO
Diretor Presidente.

JOSÉ VALE DE MELO
Dir. de Operações

IVANALDO ROSADO FERNANDES
Diretor-Administrativo

BALANÇO GERAL - POSIÇÕES EM 31.12.77 e 31.12.76

ATIVO		PASSIVO	
	31/12/77	31/12/76	
DISPONÍVEL	111.565.755	46.604.042	NÃO EXIGÍVEL
Caixa e Depósitos no Banco do Brasil	50.942.422	36.604.042	Capital
Títulos Federais de Curto Prazo	60.623.333	10.000.000	Fundo de Provisão
REALIZÁVEL	1.027.436.752	747.089.438	Reserva para Manutenção do Capital de Giro Próprio
Empréstimos	867.520.860	539.274.136	Reservas Legais
A produção	482.412.254	310.296.490	Reservas Especiais
Ao Comércio	50.172.808	52.930.704	Fundo de Indenização Trabalhista
Outros	340.762.826	176.046.942	EXIGÍVEL
Créditos em Liquidação (Nota 01)	7.172.972	6.017.965	Depósitos
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(13.000.000)	(6.017.965)	Depósitos à Vista e a Curto Prazo
Outros Créditos	144.961.288	198.239.595	Depósitos a Médio Prazo
Compensação a Liquidar	—	—	Outros Exigibilidades
Banco Central - Recolhimentos	21.835.979	15.749.761	Compensação a Liquidar
Correspondentes no País	7.407.769	7.497.433	Cobranças e Ordens de Pagamento
Departamentos no País	101.503.299	156.863.505	Correspondentes no País
Outras Contas	14.214.241	18.128.896	Departamentos no País
Valores e Bens	14.954.604	9.575.707	Outras Contas
Títulos à Ordem do Banco Central	6.759.527	4.851.360	Obrigações Especiais
Títulos Federais	6.623	6.623	Redescontos e Empréstimos no B. Central
Outros Valores e Bens	8.188.454	4.717.724	Obrigações por Refinanciamentos e Repasses Oficiais
IMOBILIZADO	17.015.014	10.174.957	Outras Contas
Imóveis de Uso, Móveis, Equipamentos e Almoxxorilado	19.229.366	11.466.676	RESULTADO PENDENTE
Depreciações Acumuladas	(2.224.352)	(1.291.719)	Rendas e Lucros em Suspensão (Nota 02)
RESULTADO PENDENTE	7.720.652	3.328.699	Rendas de Exercícios Futuros
Despesas de Exercícios Futuros	7.720.652	3.328.699	Lucros e Perdas
TOTAL DO ATIVO	1.163.738.173	807.197.136	TOTAL PASSIVO
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	6.332.619.249	2.144.373.746	CONTAS DE COMPENSAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.
Diretores do
Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A.
Natal-RN

Examinamos o balanço geral do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A., levantado em 31 de dezembro de 1977 e a demonstração da conta de lucros e perdas correspondente ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o balanço geral e a demonstração da conta de lucros e perdas, acima referidas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. em 31 de dezembro de 1977 e o resultado de suas operações correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos para instituições financeiras e com os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior, exceto quanto a mudança mencionada na nota 2.a).

Recife, 22 de fevereiro de 1978

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA.
CRC-SP-5528-S-PE-GEMEC-RAI-73/058-PJ

Sérgio Brilhante de Albuquerque
Contador CRC-RJ-018.064-2-S-PE AI/PF 1.223
GEMEC-RAI - 73/058-B-FJ

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE/77	EXERCÍCIO DE 1977	EXERCÍCIO DE 1976
01 — RECEITAS (02 a 04)	57.802.416	143.432.074	81.932.196
02 — Rendas Operacionais	43.361.210	119.722.193	57.625.898
03 — Outras Rendas	2.107.799	2.993.993	1.089.77
04 — Lucros Diversos	12.333.407	20.715.888	23.216.521
05 — DESPESAS (06 a 10)	43.412.961	114.608.135	57.302.508
06 — Despesas Operacionais	9.414.529	54.591.960	20.595.811
07 — Despesas Administrativas	29.408.155	51.381.547	29.734.582
08 — Depreciação do Imobilizado	495.294	953.306	497.743
09 — Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 03)	3.955.426	7.274.052	1.048.444
10 — Perdas Diversas	139.557	407.270	5.425.928
11 — RESULTADO OPERACIONAL (01 - 05)	14.389.455	28.823.939	24.629.688
12 — Manutenção do Capital de Giro Próprio	—	4.361.662	5.734.211
13 — RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (11 - 12)	14.389.455	24.462.277	18.895.477
14 — Provisão para o Imposto de Renda	3.649.743	6.374.743	1.500.000
15 — RESULTADO APÓS O IMPOSTO DE RENDA (13 - 14)	10.739.712	18.087.534	17.395.477
16 — Participação aos funcionários	4.630.000	9.648.100	6.300.963
17 — Participação dos Administradores	231.263	447.213	380.335
18 — Gratificações aos Clubes dos Funcionários	200.000	400.000	400.000
19 — LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (15 - 16 - 17 - 18)	5.678.449	7.592.221	10.314.179
20 — Reserva Legal	283.922	597.694	1.231.482
21 — Fundo de Provisão (Constituição menos reversão do saldo não utilizado)	—	—	1.413.308
22 — Dividendos	2.000.000	3.600.000	3.300.000
23 — Saldo à Disposição da Assembléia Geral	3.394.527	3.394.527	4.369.389

Natal (RN), 09 de janeiro de 1978.

José Dantas de Araújo
Diretor Presidente

José Vale de Melo
Diretor de Operações

Ivanaldo Rosado Fernandes
Diretor Administrativo

José Reis de Oliveira
Chefe da Divisão de Contabilidade
Téc. Contab. CRC - 1181/RN

NOTAS: (01) — Créditos de Liquidação Duvidosa (Circular nº 319 do Banco Central)
(02) — Rendas e Lucros em Suspensão - receitas de recebimentos incertos
(03) — Diferença entre a provisão efetuada e o valor revertido da provisão anterior

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, em reunião desta data, às 14 horas, no edifício sede da entidade, examinou o balanço geral do mesmo Banco, em 30 de dezembro de 1977, inclusive a demonstração de resultados e o relatório da Diretoria, datado de 10 de março corrente, bem assim o Parecer dos Auditores Boucinhas, Campos & Claro S/C Ltda. Tendo encontrado o relatório da Diretoria e as contas na devida ordem, é o Conselho Fiscal de parecer favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral que para esse fim for convocada.

NATAL(RN), 20 de março de 1978

OTTO DE BRITO GUERRA

SOLON RUFINO ARANHA

HUMBERTO NESI

IMPOSTO DE RENDA RECOLHE

40 MIL DECLARAÇÕES

Cerca de 40 mil pessoas apresentam à Receita Federal as suas declarações de rendimento no atual exercício, referente ao ano-base de 1977. Espera-se que este ano o Imposto de Renda arrecade no RN, somente de pessoas físicas, em torno de Cr\$ 40 milhões. O Delegado da Receita, João José de Figueiredo, analisa objetivamente toda a movimentação do setor, explicando as mudanças e todo o mecanismo atual, bem como o trabalho de apoio da rede bancária.

Concluído o prazo estipulado pela Receita Federal para entrega das declarações do Imposto de Renda, Pessoa Física, ficou comprovado que o movimento deste ano superou o do ano anterior e por esta razão espera-se uma arrecadação bem maior do que a registrada em 1977. Poucos foram os problemas surgidos e poucas as dúvidas dos contribuintes que procuraram a Delegacia da Receita para orientação.

PREVISÃO — O regimento interno impede ao Delegado da Receita Federal fornecer informações acerca do movimento de arrecadação de tributos dentro do exercício fiscal. Por esta razão, não é possível no mesmo ano a obtenção de números precisos. Entretanto, com base no ano anterior, quando a arrecadação global do Imposto de Renda no RN foi em torno de Cr\$ 249 milhões, contribuindo as pessoas físicas com Cr\$ 23 milhões deste total, é de se esperar um aumento da ordem de 30%, acreditando-se assim numa arrecadação em torno dos Cr\$ 320 milhões, sendo que o Imposto de Renda Pessoa Física poderá atingir Cr\$ 40 milhões.

Os números fornecidos em torno do recebimento verificado no ano passado, pelo Delegado da Receita Federal, João José de Figueiredo, mostram que aconteceram 33



João José de Figueiredo explica o que vem depois da declaração

mil e 600 declarações de rendimentos, sendo 3 mil com impostos a pagar, 16.600 com impostos à restituir e 14 mil pessoas isentas do imposto, mas obrigadas a declarar. Baseado neste recebimento do ano anterior, apenas pode-se prever, pelo movimento registrado nos órgãos recebedores, que este ano teremos um total de entrega girando em torno de 40 mil.

BANCOS AUTORIZADOS — *“Todos os estabelecimentos da rede bancária de nossa capital estão autorizados a receber as declarações do Imposto de Renda”.* É o que declara o Delegado da Receita, que acrescenta: *“Todavia, os maiores movimentos de recebimento são registrados nos bancos da rede particular, por conta do grande interesse existente por parte destes estabelecimentos de crédito em que os declarantes lhes entreguem a administração das parcelas a serem investidas no Fundo 157”.*

Aliás, esse interesse da rede particular bancária se justifica, pois eles são beneficiados pelo Governo, de quem recebem uma taxa de administração sobre o valor do montante que está sendo administrado por cada banco. Esta taxa varia em torno de 2 a 3 por cento.

A propósito do Fundo 157, o Delegado da Receita, João José de Figueiredo ainda esclarece que *“o ressarcimento começa a ser efetuado a partir de cinco anos da aplicação, quando poderão ser ressarcidos 40 por cento do total aplicado, e no ano seguinte, isto é, no sexto ano, poderá ser ressarcido o restante”.*

A uma pergunta formulada pelo RN-ECONÔMICO com relação ao porquê dos bancos particulares oferecerem vantagens aos contribuintes do Imposto de Renda, adiantando

até 50 por cento do que eles tiverem para receber, o Delegado da Receita dá a sua explicação:

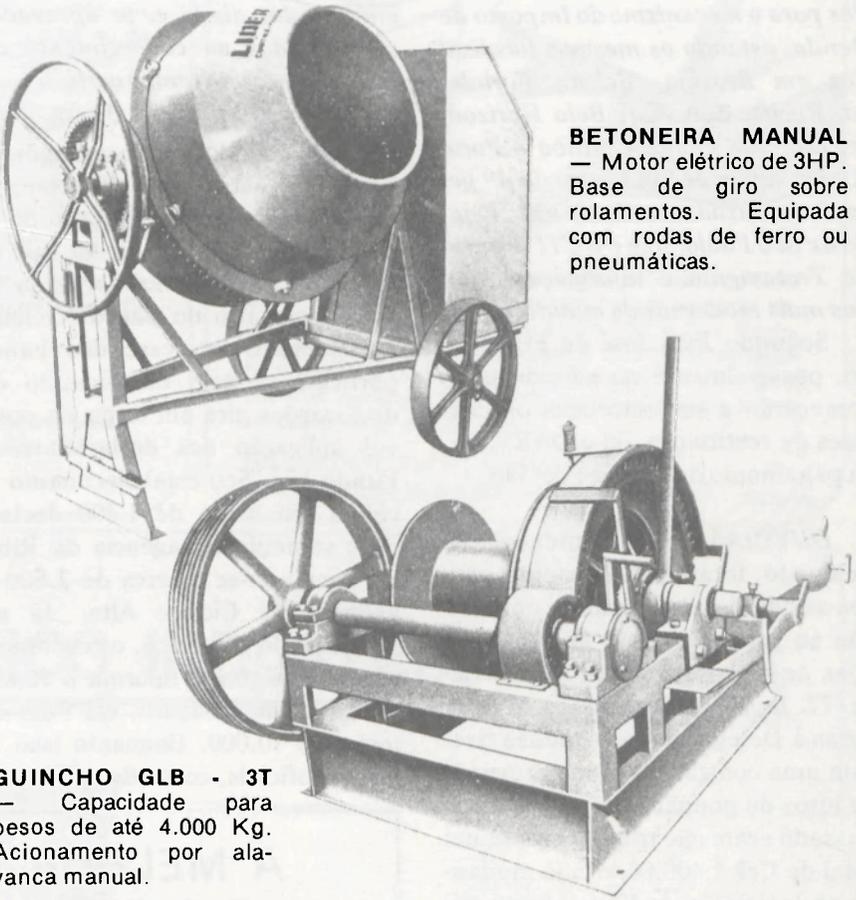
"Não existe, no termo exato, o chamado adiantamento para os contribuintes, o que os bancos fazem é simplesmente um empréstimo pessoal ao cliente, empréstimo este com todas as garantias para o banco, que exige avalistas, cobra juros normais e tem a certeza do ressarcimento do empréstimo pelo que o cliente tem à receber do Imposto de Renda. Além disso tudo, o cliente que entrega sua declaração em determinado banco, recebe seu cheque de devolução naquele banco e é óbvio, não se furta a aplicar aí o seu 157, o que vem representar mais uma maneira de receita para o estabelecimento bancário, daí a grande disputa entre os bancos particulares para conseguir cada vez mais receber as declarações do Imposto de Renda".

"Com relação aos bancos oficiais — afirma o delegado — o interesse não é o mesmo, uma vez que eles não administram o Fundo 157, e logicamente não lucrarão nada com o recebimento das declarações e somente o fazem por força da obrigação legal".

PENALIDADES — Quem não entregou a sua declaração no prazo previsto poderá sofrer as penalidades previstas na legislação do Imposto de Renda, que são as seguintes: 1) quem conseguiu entregar até 10 dias após o prazo estabelecido a sua declaração, terá apenas que pagar uma multa de um por cento sobre o imposto declarado; 2) os que não cumpriram este prazo e continuam entregando suas declarações, sofrerão como punição o pagamento da multa de um por cento sobre o imposto, por mês ou fração de mês, além de perderem o direito ao parcelamento do pagamento.

"Vale ressaltar que se a fiscalização verificar alguma omissão de débitos ou outras irregularidades na declaração, o contribuinte poderá sofrer como punição multa de 50 a 225 por cento" — explica o delegado João José de Figueredo.

DISTRIBUIDORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL.



BETONEIRA MANUAL
— Motor elétrico de 3HP. Base de giro sobre rolamentos. Equipada com rodas de ferro ou pneumáticas.

GUINCHO GLB - 3T
— Capacidade para pesos de até 4.000 Kg. Acionamento por alavanca manual.

QUEIROZ OLIVEIRA
MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Av. Rio Branco 185 - Tel PABX 222-2056
Natal - Rio Grande do Norte -
Rua Felipe Camarão, 257 Fone: - 321-206
Mossoró Rio Grande do Norte —

MECANISMO — As declarações de Imposto de Renda recebidas pela Delegacia da Receita em Natal, sofrem um processo de apuração de dados que se inicia em Recife e termina em Campinas-S. Paulo. O próprio delegado da Receita é quem explica este mecanismo:

"Após o recebimento das decla-

rações em Natal, nós as enviamos para Recife, onde uma banca examinadora faz o que chamamos de "Revisão Visual" das declarações, com vários funcionários examinando, cada um se encarregando de um detalhe: um examina o número de dependentes, outro o total a pagar, e assim por diante. Ainda no Recife,

ocorre a transcrição, para fita de computador, das informações das declarações. Daí, pelo sistema de teleprocessamento, as informações são enviadas para o Centro de Computação de Campinas, para ser processada a emissão de cheques de devolução ou da DARF, (imposto devido à pagar)''.

Esclarece ainda o delegado da Receita que "existem 10 centros de computação de 3ª geração empregados para o mecanismo do Imposto de Renda, estando os mesmos localizados em Brasília, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além de um centro de 4ª geração localizado em Campinas, Estado de São Paulo, que é o CTI (Centro de Tratamento e Informação), um dos mais modernos do mundo''.

Segundo João José de Figueiredo, possivelmente no mês de julho começarão a ser entregues os cheques de restituição, ou o DARF, para pagamento do imposto devido.

DÚVIDAS — No entender do delegado, foram relativamente poucas as dúvidas do natalense em relação ao preenchimento das declarações de Imposto de Renda, ano-base/77. Das consultas sempre formuladas à Delegacia, duas apenas tiveram uma constância a toda prova: 1) os juros de poupança, que até o ano passado eram não tributáveis até um total de Cr\$ 4.400,00, e cuja mudança na legislação do IR os tornou tributáveis a partir de qualquer valor em poupança; 2) a outra dúvida diz respeito a como declarar imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação, item que sofreu alteração e não há, pelo menos até o momento, nenhuma possibilidade de em 1978 voltar a existir abatimento dos juros pagos no SFH, uma vez que estes juros pagos estão contidos nos "juros de dívidas pessoais" que ficaram limitados a Cr\$ 10.000,00.

MUDANÇAS — Indagado sobre possíveis mudanças previstas para o Imposto de Renda ano-base/78, exercício de 1979, o delegado da Receita afirma que "efetivamente,

já existem mudanças programadas. Mas, até o momento só podemos informar aquela que diz respeito à poupança. No exercício de 1977 só foi permitida a dedução de 4 por cento do saldo médio da poupança, até 400 UPC; todavia, a partir do próximo exercício, além dos 4 por cento de abatimento até 400 UPC, será permitido também o abatimento de 2 por cento sobre o que passar das 400 UPC. Outras mudanças estão em estudos ainda e, se aprovadas, serão dadas ao conhecimento dos contribuintes no tempo certo''.

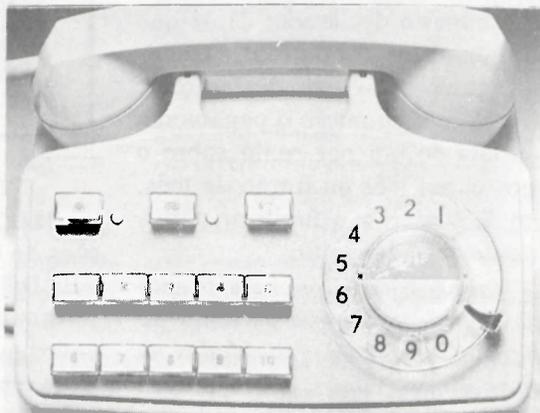
RECEBIMENTO — Dados não oficiais, colhidos junto as agências bancárias natalenses, dão conta de que há estimativas em torno do recebimento de cerca de 40 mil declarações. Para Carlos Jorge da Silva, funcionário do Banco Nacional, realmente o interesse dos bancos particulares pelo recebimento das declarações gira em torno da possível aplicação dos declarantes, no Fundo 157. Seu estabelecimento recebeu em torno de 1.200 declarações somente na agência da Ribeira, somando-se a cerca de 2.800 na agência da Cidade Alta. Já nas agências do Bradesco, o recebimento total, segundo informa o funcionário Ronaldo Moura, vai ficar em torno de 10.000. Enquanto isso, os bancos oficiais, como Banco do Bra-

sil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica, receberam pouco em relação aos bancos particulares. Para Hélio Pires, do BNB, realmente o recebimento é pouco em relação aos bancos particulares porque o estabelecimento oficial não administra o Fundo 157 e não realiza campanha de publicidade para recebimento de declarações. Assim, com precisão, não se tem o montante exato das declarações recebidas, ainda mais porque a maioria dos bancos vão encaminhando aos poucos as declarações recebidas à Receita Federal, e efetivamente não existe um controle exato dessa entrega.

O RN NO IR — A contribuição do Rio Grande do Norte, no global nacional da arrecadação do Imposto de Renda, é realmente ínfima. Os dados oficiais divulgados pela Delegacia, com relação ao recebimento efetuado em 1977, indica que o RN, em conjunto com Paraíba, Pernambuco e Alagoas, totalizaram 3,29% do imposto pago no País; dando as devidas proporções, como Pernambuco tem sua contribuição muito maior para o IR (em torno de 75% do total do Nordeste) e levando em consideração as arrecadações de Alagoas e Paraíba, verifica-se que o nosso Estado contribui com apenas 0,75%, para o total da arrecadação do IR do Brasil.

A MELHOR MANEIRA DE SE COMUNICAR INTERNA E EXTERNAMENTE.

O grupo executivo GTE é um sistema que chegou para revolucionar a comunicação interna e externa de casas ou apartamentos, de maneira fácil, rápida e econômica. Possui capacidade para 2 linhas externas e mais 10 ramais. Pense nesta moderna solução e procure César S/A. Você vai preencher um item muito importante em sua vida: a comunicação.



CÉSAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

RN/ECONÔMICO

RN/ECONÔMICO



RN/TURISMO

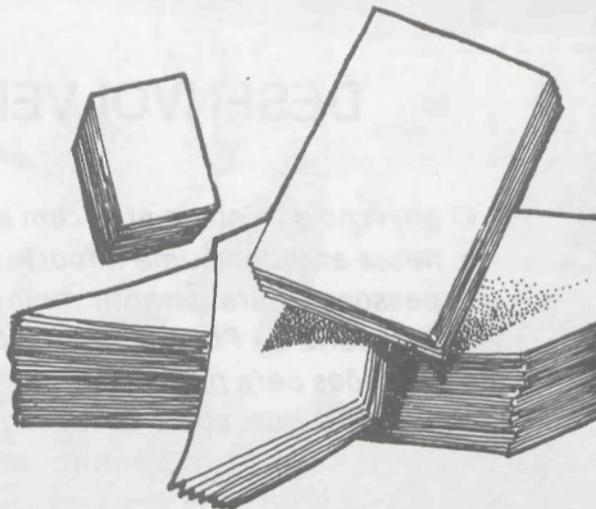
Oito anos de circulação ininterrupta ajudam a consolidar a nossa tradição no mercado editorial do Rio Grande do Norte.

RN-ECONÔMICO e RN-TURISMO são duas publicações pioneiras e únicas no Estado, atingindo um público específico, caracterizado por um alto nível de renda.

Por isso mesmo se constituem em veículos ideais para a divulgação da sua empresa. Quando for anunciar, programe estas revistas e confira os resultados.

RN-ECONÔMICO — Empresa Jornalística Ltda.
Rua Floriano Peixoto, 559 — 1º andar — Fone:
222-0806 — Natal — RN.

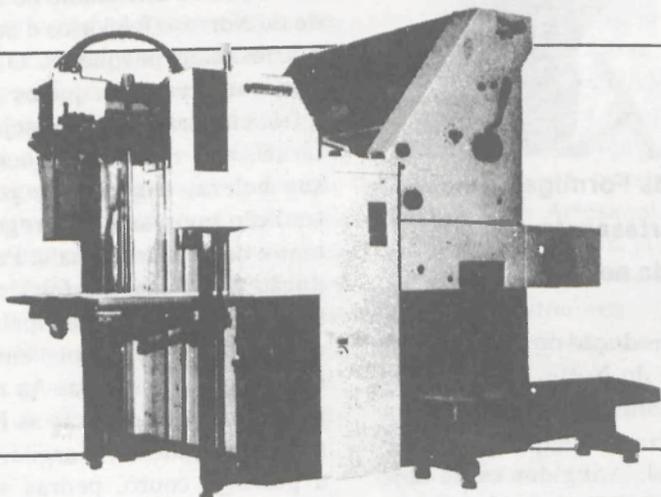
RN-DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.



O industrial gráfico, as repartições públicas, os colégios, o comércio, quando necessitavam comprar papéis finos eram obrigados a recorrer a São Paulo, Rio, Recife. Agora, Natal possui uma firma especializada nesse ramo, com estoque e variedades para atender qualquer pedido. E possui papel em resma pelo melhor preço da praça.

RN-DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.
Rua Frei Miguelinho, 42 — Fone: 222-0283 — Ribeira

RN-ECONÔMICO INDÚSTRIA GRÁFICA



Quem procura qualidade, prazo e preço já sabe que a Gráfica RN-ECONÔMICO oferece vantagens que nenhuma pode oferecer. Além do mais moderno equipamento off-set, ela também dispõe de uma completa seção de tipografia, realizando desde cartazes coloridos, livros e jornais, até simples cartões de visita. Consulte sempre a Gráfica RN-ECONÔMICO.

Rua Dr. José Gonçalves, 687
Fones: 231-1873 e 231-3576
Natal-RN

Dez anos na frente!

Cr\$ 82 MILHÕES PARA DESENVOLVER O ARTESANATO

O governo do Estado olha com atenção para o artesanato potiguar, vendo nessa atividade uma importante alternativa para ocupar milhares de pessoas e para garantir melhoria de renda para a população rural. A Secretaria de Planejamento do Estado deverá investir este ano Cr\$ 82 milhões para projetar o funcionamento de dezenas de cooperativas artesanais, bem como para montar uma estrutura de comercialização que venha a permitir um grande dinamismo ao setor.

Nos últimos quinze anos, a partir de um trabalho iniciado pelo então bispo de Natal Dom Eugênio Salles que criou aqui uma cooperativa reunindo artesãos, o artesanato do Rio Grande do Norte vem obtendo um razoável desempenho em termos econômicos, financeiros e sociais, a ponto de hoje representar oportunidade de trabalho para cerca de 8 mil pessoas nas mais diversas regiões do Estado.

O governo atual, preocupado com a frágil estrutura gerencial e organizacional das entidades que coordenam e controlam o trabalho artesanal, e visando promover algum tipo de expansão do mercado e valorização dos produtos, resolveu agora criar um programa cuja meta maior é ativar este setor da economia e aumentar a renda familiar no Estado. Em princípio, esse programa já identificou como problemas básicos a impedir maior desenvolvimento da atividade, a aguda escassez de recursos financeiros e a falta de estímulo à criatividade e à inovação.

O QUE É O PROART.— Segundo o secretário do Planejamento, Marcos César Formiga Ramos, o Programa Artesanal (PROART) é um projeto integrado que se propõe, mediante um esquema cooperativista, a incrementar, comercializar e



**Marcos Formiga Ramos
diz que artesanato aumentará
a renda no meio rural.**

garantir a produção de artesanato do Rio Grande do Norte, além de promover a melhoria de vida da população de baixa renda que atua no setor artesanal. Atingidos esses objetivos, o PROART ajudará a fixar o homem à terra e a desenvolver as características associativas das comunidades interioranas.

Inicialmente, o programa atuará em duas linhas: artesanato folclórico e artesanato pesqueiro. A esse respeito, declara o secretário:

“O incremento e a expansão do artesanato têm por base a formação de recursos humanos qualificados para o ofício, a estruturação de canais de comercialização fundamentados e de cooperativas, e ainda o aprimoramento do artesanato tradicional pela introdução de novas técnicas de produção”.

NOSSOS TIPOS — O coordenador da unidade técnica do PROART, Genil Cabral, afirma que existem dois tipos de artesanato no Rio Grande do Norte: o folclórico e artístico, e o artesanato pesqueiro. O primeiro tipo compreende aqueles produtos que, embora também sejam utilitários, são mais reconhecidos pela sua beleza, engenho de confecção, tradição popular e emprego de formas e modelos regionais. Para a produção do artesanato folclórico e artístico se utiliza principalmente a mão-de-obra feminina em pequenos grupos ou isolada. As matérias-primas mais usadas são as fibras vegetais, a madeira, a argila, o barro, a palha, o couro, pedras semi-preciosas, etc. Esse tipo de artesanato é encontrado em praticamente todos os pontos do Estado e é responsável por significativa parcela da renda familiar de quantos a ele se dedicam.

O chamado artesanato pesqueiro compreende não somente as ativi-



O artesanato do Rio Grande do Norte tem feito sucesso no Sul do país e na Europa.

dades de pesca, captura e apanha de produtos do mar, mas também todas as atividades de fabricação de insumos para a pesca e de beneficiamento do produto capturado.

PROJETO ESPECÍFICO — Genil Cabral informa que para o artesanato pesqueiro foi elaborado um projeto específico: o Projeto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal do Rio Grande do Norte — PROPESCA, que segue a mesma concepção cooperativista, tendo sua estrutura firmada em uma cooperativa de pesca artesanal sediada em Natal, cujos associados poderão ser pessoas físicas e jurídicas, diretamente ou através dos quatro núcleos de produção instalados nas regiões mais piscosas do Estado.

COOPERATIVAS — Segundo o coordenador da unidade técnica do PROART, a agregação dos artesãos no Estado será feita através da reunião deles em sete cooperativas singulares, vinculadas a uma cooperativa central, a quem caberá a missão de comercializar a marca "Artesana-

to Potiguar" para o Brasil e para o exterior. As cooperativas singulares estarão sediadas nos municípios hoje considerados polos de regiões artesanais: Umarizal, Açú, Mossoró, Natal, Touros, São José de Campestre e Caicó.

Até o momento, já estão constituídas: a Cooperativa Artesanal do Médio Oeste — COAMO, com sede em Umarizal; e a Cooperativa Artesanal do Vale do Açú — COVALE. A próxima a ser constituída será a Cooperativa Artesanal do Seridó — COASE. As demais, já estão em fase de organização, como a Cooperativa Artesanal Litorânea — COPRAIA, e a Cooperativa Artesanal de Mossoró — COAM.

Em julho próximo, o PROART iniciará uma pesquisa cadastral em todo o Estado, para levantamento da situação sócio-econômica do artesão potiguar, em convênio com o Projeto Rondon e com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Com relação ao artesanato pesqueiro, os quatro núcleos de produção ficam localizados em Macau (N-1), São Bento do Norte (N-2),

Maxaranguape (N-3) e Baía Formosa (N-4), cada um congregando os municípios de sua área de influência. A cooperativa será encarregada de comercializar a produção dos núcleos, conquistar mercados, comprar coletivamente os insumos de origem externa necessários à atividade pesqueira, além do exercício de outras funções normais de uma entidade com as suas características, como a manutenção de unidades de armazenagem e beneficiamento do pescado, abertura de lojas para venda direta ao consumidor, etc.

INVESTIMENTOS — Diz o secretário Marcos César Formiga Ramos que, de acordo com o projeto, o PROART deverá investir no segmento do artesanato folclórico e artístico a soma de Cr\$ 30 milhões no prazo de um ano, mediante financiamento do Governo do Estado, Ministério do Interior, Ministério do Trabalho, Ministério da Agricultura e Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Espera-se que até o término da implantação do programa o número

de artesãos ligados às cooperativas tenha aumentado para cerca de 14 mil, dos quais 4 mil serão capacitados no próprio decorrer da implantação do PROART, gerando ocupação direta adicional na forma de atividade autônoma permanente e estável ou como tarefa complementar da labuta diária da família. Ao mesmo tempo, a implantação desse programa significará uma injeção anual na economia do Estado de renda bruta superior a Cr\$ 120 milhões (a preços de hoje), sem levar em consideração os efeitos indiretos.

No segmento do artesanato pesqueiro estão previstos resultados ainda melhores, uma vez que o maior peso econômico da pesca potiguar reside exatamente no trabalho artesanal, responsável por cerca de 70% da renda gerada pelo setor.

As inversões do PROPESCA serão da ordem de Cr\$ 52 milhões num prazo de 12 meses, acreditando-se



Genil Cabral coordena o Programa Artesanal do governo

que ao fim deste período o Estado contará com aproximadamente 10 mil pescadores cooperativados.

ORGANIZAÇÃO — Em reunião realizada a 14 do corrente, as diretorias do PROART foram devidamente traçadas, ficando definida a sua estrutura organizacional nos seguintes termos: uma comissão estadual de artesanato, uma coordenação, quatro gerências (produção, marketing, treinamento e programação) e um grupo técnico de apoio. Ficou estabelecido também que todas as cooperativas terão abrangência regional. Outra providência adotada foi a transferência da Cooperativa do CRUTAC, de Natal para o município de São José de Campestre, ficando a Cooperativa Central como a única na capital do Estado, tendo como marca registrada "Artesanato Potiguar", marca que será etiquetada em todos os produtos do PROART.



Foi feito para você.



REVENDEDOR AUTORIZADO

Natal Veículos e Peças S/A

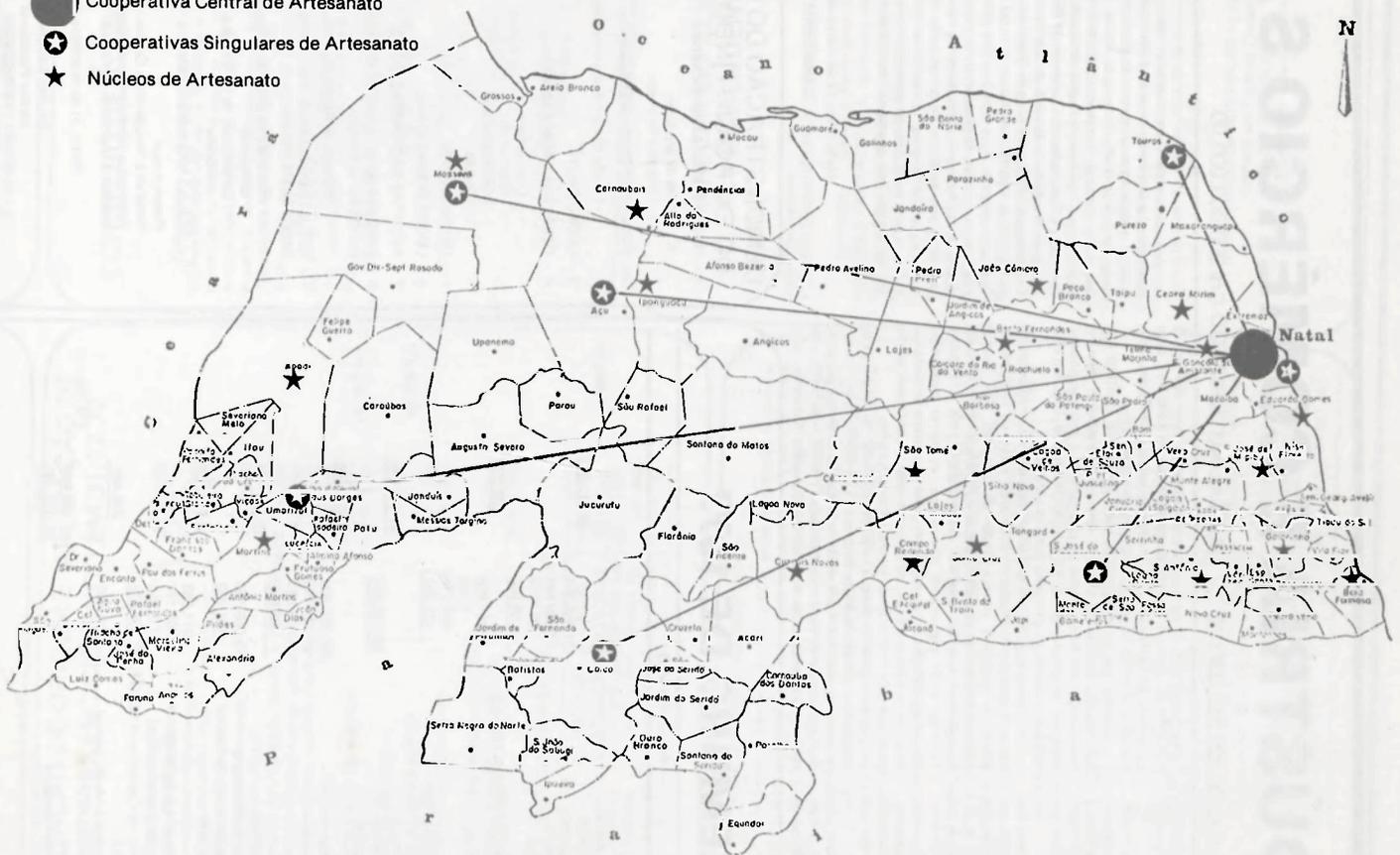
BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1226 e 222-0198 — Natal-RN

PROJETO

LEGENDA

- Cooperativa Central de Artesanato
- ⊛ Cooperativas Singulares de Artesanato
- ★ Núcleos de Artesanato

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



PERSPECTIVAS EXCELENTES

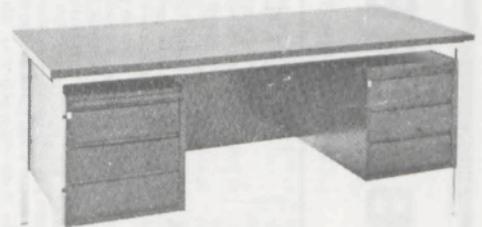
— Pelo que foi demonstrado na recente participação do artesanato potiguar na *Brasil-Export/77* (que contou com o apoio do INCRA/UFRN), o mercado está aberto inteiramente para os nossos produtos artesanais, bastando citar o grande volume de vendas e, acima de tudo, os inúmeros pedidos feitos por firmas nacionais e internacionais interessadas em vender os nossos produtos. Foram mantidos contatos com 18 firmas que demonstraram grande interesse pelo artesanato potiguar, procurando fazer grandes encomendas.

“Mais recentemente, em Fortaleza, num curto espaço de tempo — informa Genil Cabral — foi vendido tudo que foi exposto de artesanato potiguar, na IV EXANOR, numa demonstração da extraordinária aceitação. Esta é uma perspectiva que se abre para a economia do nosso Estado”.

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Mesa "ESTIL" Linha 90



Cadeira "ESTIL" Linha Diretor



Máquinas de escrever "REMINGTON"



RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.

MATRIZ: - Rua Dr. Barata, 242
 FILIAL: - Praça Augusto Severo, 91
 FONES: - 222-1467 - 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
 Pça. Vigário Antonio Joaquim, 99
 MOSSORÓ - RN - FONE: 321-1330



T. BARRETO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

Av. Salgado Filho, BR-101, Km 2 C.G.C. 08.320.244/0001-63 CAPITAL AUTORIZADO Cr\$ 200.000.000,00

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Atendendo ao que estabelecem as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à aprovação e deliberação dos Senhores Acionistas, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados Financeiros, bem como o Parecer do Auditor Independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1977.

Nesta oportunidade, desejamos tecer alguns comentários, julgados oportunos, quanto à gestão dos negócios durante o exercício findo.

Em que pesem todas as dificuldades comuns ao mercado nacional com um todo e, especialmente, as vividas pelo subsector

de confecções, os resultados obtidos foram, em nosso entender relativamente compensadores diante da problemática conjuntura econômica que atravessamos.

O faturamento bruto, embora tenha apresentado um crescimento nominal de, apenas, vinte e um por cento em relação ao do exercício anterior, resultou de um menor número de produtos vendidos, dentre uma clientela melhor selecionada, garantindo-nos um retorno bem mais satisfatório, o que nos tranquiliza em relação aos nossos créditos.

Fato digno de nota é a resolução da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 1977, aprovando um aumento de capital, com recursos dos acionistas, da ordem de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), acrescidos da integralização de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros) subscritos no exercício anterior, totalizando o montante de Cr\$ 15.800.000,00 (quinze milhões e oitocentos mil cruzeiros), aumento esse que visa minimizar as despesas financeiras, maximizar os resultados e acelerar o processo de capitalização própria, fortalecendo o Capital de Giro da Sociedade, demonstrando o esforço e a confiança do grupo empreendedor.

Contamos, ainda, neste exercício, com a ponderável participação de recursos incentivados, especialmente, com a subscrição de 10.065.000 ações por parte do Fundo de Investimento

no Nordeste (FINORI), bem como a incorporação da parcela de Cr\$ 1.242.610,00 oriunda da redução do ICM (Lei nº 3.922/71), tudo no sentido de melhorar os resultados da empresa, os quais, sem dúvida, comprovarão seus efeitos no próximo exercício.

Creemos que as perspectivas para o exercício de 1978 são animadoras, mesmo levando-se em consideração o sensível desaquecimento da economia do país durante o ano que passou, afetando, de alguma forma, a produção de bens de consumo com reflexos ponderáveis em nossa linha de produtos.

O crescente esforço desenvolvido pela empresa no sentido de treinar e aperfeiçoar o pessoal dos vários níveis de comando e, ainda, a contínua preocupação da redução dos custos operacionais através da racionalização e eficiência administrativas, faz-nos crer que os objetivos programados para o próximo exercício serão plenamente alcançados, ou talvez superados, graças aos esforços conjuntos, num clima de unidade empresarial, de todos os colaboradores, os quais têm sido e, continuam sendo, incansáveis no melhor desempenho de suas funções.

Na certeza de prosseguir, equilibradamente, no programa de expansão e consolidação de empresa, a Diretoria espera contar, no próximo exercício, com maior participação acionária por parte do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, bem como, com maior aporte de recursos próprios dos Senhores Acionistas, con-

forme vem se verificando nos anos anteriores.

Ao concluirmos este relatório, desejamos evidenciar todo apoio moral e financeiro recebidos em nossa jornada de trabalho, levando nossos agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Norte, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), à Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, à Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, à Federação do Comércio do Rio Grande do Norte, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., ao Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ao Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. (BDRN), ao Banco do Brasil S.A., ao Banco do Rio Grande do Norte S.A., à rede bancária particular, à nossa distinta clientela, aos nossos fornecedores, aos auxiliares e colaboradores de todos os níveis que, com maior ou menor parcela de responsabilidade nos ajudaram na consecução dos nossos objetivos; e ressaltar, enfaticamente, a confiança com que nos honraram todos os acionistas, para os quais continuamos ao inteiro dispor, a fim de prestar-lhes quaisquer informações, porventura, julgadas oportunas.

Natal (RN), 13 de março de 1978

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO		PASSIVO	
1 - ATIVO CIRCULANTE		5 - PASSIVO CIRCULANTE	
DISPONIBILIDADES	139.837.343	CREDORES DIVERSOS	47.066.701
Bens Numerários a Vista	10.477.272	Credores p/ Duplicatas	31.388.875
Bens Numerários em Bancos	1.165.785	Bancos c/ Empréstimos	13.889.501
Bens Numerários em Trânsito	8.029.105	Dividendos a pagar	807.396
CREDITOS REALIZÁVEIS	129.360.071	Contas a pagar	85.850
ESTOQUES	68.700.085	RESPONSABILIDADES TRANSITÓRIAS	895.079
Almoxarifado	12.014.370	INPS a recolher	261.838
Produtos em Elaboração	19.188.289	ICM a recolher	1.725
Produtos Elaborados	37.497.426	IPI a recolher	504.216
CRÉDITOS	60.659.986	Imposto de Renda na Fonte	127.300
Devedores p/ Duplicatas	85.874.883	6 - PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
- Títulos Descontados	27.151.054	CREDORES DIVERSOS	59.129.374
- Provisão p/ Risco de Crédito	2.576.246	Bancos c/ financiamentos	59.129.374
Devedores Diversos	3.614.786	7 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	120.655.019
BNB - Artigo 34/18 e FINOR	319.134	CAPITAL SOCIAL	100.091.186
Créditos diversos	578.483	Capital Autorizado	200.000.000
2 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	268.597	- Capital a subscrever	99.124.939
DIREITOS REALIZÁVEIS	268.597	Capital Subscrito	100.875.061
Depósitos Vinculados	167.647	- Capital a realizar	783.875
Obrigações da Eletrobrás	100.950	RESERVAS DE CAPITAL	15.722.401
3 - ATIVO PERMANENTE	86.745.154	Reservas de Correção Monetária	15.568.158
IMOBILIZADO	56.450.235	Reserva Volunt. p/ Aumento de Capital	154.243
Terenos	303.902	RESERVAS DE LUCROS	4.632.946
Obras Preliminares e Complementares	2.022.903	Reserva legal	1.311.583
Obras Cíveis	21.304.043	Reserva Compulsória - Lei 4.239/63	607.177
Instalações	6.885.604	Reserva p/ Manut. de Capital de Giro	657.810
Máquinas e Equipamentos Nacionais	7.108.177	Reserva p/ Aumento de Capital - Lei 3.922/71	2.056.376
Máquinas e Equipamentos Estrangeiros	446.382	OUTRAS RESERVAS	208.486
Veículos	517.053	Créditos de Acionistas p/ Aum. Capital	208.486
Móveis	1.621.850	8 - PASSIVO DE COMPENSAÇÃO	219.164.119
a Utensílios	986.576	Empenhos e Riscos	164.134.939
Imóveis	25.557.622	Valores em poder de Terceiros	55.029.180
Correção monetária	10.323.878		
- Fundo p/ Depreciação			
INVESTIMENTOS	401.477		
Ações e Participações	382.520		
Depósitos e Cauções	957		
Marcas e Patentes	18.000		
DIFERIDO	29.893.442		
Despesas de Implementação	29.893.442		
Empenhos e Riscos	164.134.939		
Valores em Poder de Terceiros	55.029.180		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.77

1 - RECEITA BRUTA OPERACIONAL	116.883.648
1.1. Venda de produtos	116.883.648
(-) Imposto Faturado	4.175.070
2 - RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	112.708.578
(-) Custo dos produtos vendidos	55.787.516
3 - LUCRO BRUTO	56.921.062
4 - DESPESAS OPERACIONAIS	46.260.444
(-) Com vendas	17.439.374
(-) Financeiras	16.951.079
(-) Administrativas	14.602.529
(-) Outras	267.462
5 - DEPRECIACÕES	2.109.541
6 - LUCRO OPERACIONAL	5.551.079
7 - RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	534.490
8 - RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	6.085.567
(-) Imposto de Renda pago no período	425.651
9 - RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA	5.659.916
(+) Reversão de provisão p/ devedores duvidosos	412.504
(-) Constituição de provisões p/ devedores duvidosos	2.576.246
10 - RESULTADO A DISTRIBUIR	3.496.171
Reserva legal	174.808
Reserva p/ Aumento de Capital - Lei 4.239/63	607.177
Reservas p/ Manutenção de Capital de Giro	667.810
Reserva p/ Aumento de Capital - Lei 3.922/71	2.056.376

Natal, 31 de dezembro de 1977

TELMO BARRETO
Diretor Presidente
CPF 002838864

MARINHO HERCULANO DE CARVALHO
Diretor Industrial
CPF 025622354

FERNANDO CYSNEIROS JÚNIOR JOSÉ MARQUES DE FARIAS
CPF 019839844 CPF 002017884

WANDA LUSTOSA DA CÂMARA BARRETO
Diretor Administrativo
CPF 02222784

Despesas de liquidat. -
 SERVIÇO DE COMERC. S/A S/A
 Empenhos e Riscos
 Valores em Poder de Terceiros
TOTAL DO ATIVO

164.134.939
 55.029.180

446.015.213

TOTAL DO PASSIVO

446.015.213

NATAL-RN, 31 DE DEZEMBRO DE 1977

FERNANDO CYSNEIROS JUNIOR JOSE MARQUES DE FARIAS
 Diretor Técnico Diretor Financeiro
 CPF 019239844 CPF 002017684

WANDA LUSTOSA DA CÂMARA BARRETO
 Diretor Administrativo
 CPF 002838784

TELMO BARRETO JÚNIOR ITAMAP ANDRADE SALES
 Diretor Comercial Tec. Cont. CRC-CE nº 2589 T RN
 CPF 071956054 CPF 010127703

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS

NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.542.430
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	3.496.171
Apropriações	
Dos Lucros dos exercícios anteriores	1.542.430
Aumento de Capital	1.079.701
Reserva Voluntária para Aumento de Capital	154.243
Outras Reservas	308.486
DOS LUCROS DO EXERCÍCIO	
Distribuição proposta à A.G.O.	3.496.171
Reserva legal	
Reserva para Aumento de Capital - Lei 4.239/63	174.808
Reserva para Manutenção de Capital de Giro	607.177
Reserva para Aumento de Capital - Lei 3.922/71	657.810
Reserva para Aumento de Capital - Lei 3.922/71	2.066.376

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS - EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.77

ORIGEM DOS RECURSOS	38.016.290		
Lucro líquido do Exercício	3.496.171		
Depreciações e Amortizações	2.109.541		
Manutenção Capital de giro próprio	657.810		
AUMENTO DE CAPITAL			
Recursos dos Acionistas	15.800.000		
Recursos do FINOR	10.065.000		
DECRÉSCIMO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	375.898		
Acréscimo Exigível a longo prazo	4.753.267		
Decréscimos de Investimentos Financeiros	97.006		
Outras reservas	661.597		
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	16.110.411		
ATIVO PERMANENTE			
Imobilizado	7.082.522		
Despesas de Implantação	9.027.969		
EXCEDENTE DE RECURSOS OBTIDOS, REPRESENTANDO ACRÉSCIMO DO CAPITAL DE GIRO	21.905.799		
AUMENTO DO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO			
	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FIM DO EXERCÍCIO	VARIAÇÃO POSITIVA
Ativo circulante	117.609.656	139.837.343	22.227.687
Passivo circulante	46.744.813	47.066.701	321.888
Capital circulante líquido	70.864.843	92.770.642	21.905.799

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Submetidos à nossa manifestação, em cumprimento das disposições estatutárias, o Relatório e as Contas da Diretoria, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1977, cumpre-nos informar que, baseados nas notas explicativas e exaustiva análise procedida pelo Auditor Independente, os documentos examinados refletem, não apenas as exigências de Ordem legal, como também espelham resultados reais.

Se não foi possível o dividendo obrigatório, fixado nos estatutos, a capitalização das reservas, entretanto, proporcionou uma distribuição de bonificação significativamente compensatória.

Pelo exposto, nos manifestamos pela sua aprovação.

Natal, 15 de março de 1978

TELMO BARRETO
 Presidente

SEBASTIÃO FIGUEIRÊDO DA SILVA
 Vice-Presidente

FRANCISCO LEOPOLDO DA SILVEIRA
 Conselheiro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

NOTA 01 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os principais procedimentos contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras anexas, estão a seguir sintetizados.

01.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboradas de acordo com os princípios contábeis da legislação em vigor, antecipando-se as exigências da Lei 6.404 (SOCIEDADE POR AÇÕES), em que foram feitas adaptações e outros procedimentos que facilitarão a sua apresentação no próximo exercício de acordo com a nova sistemática, reclassificando-as para fins compatíveis.

Os componentes do ativo estão avaliados e dispostos em ordem decrescente de grau de liquidez, em que os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis até 360 dias estão classificados como circulantes.

01.2 ESTOQUES

São demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, não excedendo, portanto, ao custo de reposição.

01.3 PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO

Constituída dentro do limite máximo admitido como despesa dedutível pela legislação do Imposto de Renda, cujo montante achamos suficiente para cobrir as possíveis perdas que poderão decorrer da realização de Devedores por Duplicatas.

01.4 IMOBILIZADO

Demonstrado pelo custo de aquisição, mais correção monetária, baseada em normas e coeficientes oficiais, opcionais no Decreto Lei 1.598/77, foi contabilizado aos preços vigentes em 31.12.77 Correção Monetária Especial. O produto desta (1977 - Cr\$ 568.243 1976 - Cr\$ 12.285.926) é levado as reservas de capital. A depreciação sobre o custo e correção monetária é computada pelo método linear e absorvida no custo da produção ou diretamente nos resultados.

01.5 DESPESAS DE IMPLANTAÇÃO

Deverão ser amortizadas pelo método linear com base em 5 anos e absorvidas diretamente nos resultados.

01.6 MANUTENÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

Constituída com base na legislação em vigor e o montante apropriado dos lucros.

01.7 IMPOSTO DE RENDA

Nos termos da Lei 4.239/63, a companhia goza até o exercício de 1978, inclusive da redução de 50% do Imposto de Renda sobre os resultados das vendas de produtos de fabricação própria devido, todavia, constituir reserva pelo valor equivalente ao da isenção e utiliza-la em Aumento de Capital.

NOTA 02 - RESULTADOS FUTUROS

A partir do Exercício Social de 1978, as demonstrações financeiras deverão refletir os princípios estabelecidos pela Lei 6.404 (SOCIEDADE POR AÇÕES) e Decreto-Lei 1.598 (IMPOSTO SOBRE A RENDA), os quais ocasionarão reflexos nos resultados daquele exercício e dos futuros, devido principalmente à contabilização dos efeitos da inflação sobre o Ativo Permanente e o patrimônio Líquido Contábil antes da apuração dos resultados do exercício.

NOTA 03 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 1977, está representado por 29.768.209 ações Ordinárias, 20.919.738 Ações Preferenciais Classe "A", 7.423.460 Ações Preferenciais Classe "B" e 42.763.654 Ações Preferenciais Classe "C", todas no valor nominal de Cr\$ 1.000 O Capital Autorizado é de Cr\$ 200.000.000,00

No decorrer dos exercícios de 1976 e 1977 o capital foi aumentado com os seguintes recursos:

SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	1976	1977
Recursos dos Acionistas	200.000	15.800.000
Recursos de 34 18 e FINOR	29.056.373	10.065.000
Reservas de Manutenção Capital de Giro	2.559.900	4.029.000
Reservas de Correção do ativo Imobilizado	1.144.078	2.290.405
Reserva Compulsória Lei 4.239/63	296.810	413.950
Reservas p Aumento Capital Lei 3.922/71	1.624.786	1.242.611
Outras Reservas de Lucros	38.930	1.121.336
AUMENTOS	34.920.877	34.962.302

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ilmos Srs Diretores
 T. BARRETO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

Examinando o Balanço Patrimonial de T. BARRETO INDUSTRIA E COMERCIO S/A, levantado em 31 de dezembro de 1977, as correspondentes demonstrações do Resultado, de Lucros Acumulados e de Origem e Aplicação de Recursos do exercício findo nessa mesma data, efetuei o exame consoante padrões reconhecidos de auditoria e de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de Contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julguei necessário, segundo as circunstâncias.

Em minha opinião, o que foi objeto de exame está em conformidade com os princípios de Contabilidade, sou, portanto, de parecer que as demonstrações financeiras demonstram fidedignas representações da posição financeira de T. BARRETO INDUSTRIA E COMERCIO S/A em 31 de dezembro de 1977, do resultado das Operações do Patrimônio Líquido, Origem e Aplicação de Recursos do Exercício findo, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Natal, 11 de março de 1978

Auditor Independente IVANILDO ALVES MESSIAS
 Bacharel em Ciências Contábeis
 CPF 011.438.754-00
 CRC 681-RN - RAI/PP-04/RN

MAISA — O MILAGRE DA IRRIGAÇÃO

O emprego da irrigação e de técnicas modernas na agricultura aparece como a única alternativa para viabilizar essa atividade econômica no Rio Grande do Norte. Nas terras da fazenda MAISA (Mossoró Agro-Industrial S/A), situadas numa das regiões mais secas do Estado, estão se operando verdadeiros milagres, como a produção de milhares de toneladas de frutas tropicais. José Nilson de Sá, dirigente do empreendimento, fala sobre os bons resultados de uma agricultura racional.

A agricultura do Rio Grande do Norte opera com baixíssimos níveis de produtividade, não apenas em decorrência da escassez quase constante de água e da pobreza do solo, mas pelo pouco emprego de máquinas e de tecnologia moderna nos trabalhos do campo. E, principalmente, pelo desprezo que se dá à irrigação.

As provas são irrefutáveis a respeito dos excelentes resultados obtidos na agricultura irrigada. Existem dois exemplos dignos de serem mencionados: o do agrônomo norte-americano David Knoll, que recentemente concedeu ampla entrevista a RN-ECONÔMICO (Edição nº 87), onde falava da produção de tomates, uvas moscatel e melões japoneses nas terras do vale do Açú; outra experiência vitoriosa é a da fazenda MAISA (Mossoró Agro-Industrial S/A), que pelo emprego da irrigação e da técnica, está produzindo na zona mais seca do Estado uma imensa variedade de frutas.

REVOLUÇÃO AGRÍCOLA —

Fascinado pelos sucessos alcançados com a irrigação nas terras da MAISA, o industrial José Nilson de Sá — diretor-presidente da empresa — afirma com entusiasmo:

“De uma coisa nós temos certeza, baseados na experiência da MAISA: é de que áreas esquecidas, como a chapada do Apodi, exploradas com o uso de técnicas moder-

nas, podem modificar totalmente a economia agrícola do Estado”.

A rigor, José Nilson de Sá foi um dos primeiros homens do Rio Grande do Norte que vislumbrou as potencialidades das grandes áreas de terras inaproveitadas na zona Oeste, especialmente para o cultivo do caju.

experiências com culturas de cereais e de frutas. Em 1976, a MAISA já conseguia produzir 4 mil toneladas de suco de caju. Em 1980, quando o projeto for considerado implantado, esta produção estará em 40 mil toneladas.

A partir da idéia da criação da



José Nilson de Sá:

“Com irrigação, se pode mudar totalmente a economia agrícola do Estado”.

Por volta de 1970, ele determinou a elaboração de um projeto econômico que resultou na criação da MAISA, uma fazenda com cerca de 22 mil hectares de terras, onde já estão plantados mais de um milhão e meio de cajueiros, onde se cria gado e onde ainda se desenvolvem inúmeras

MAISA, o próprio Governo do Estado resolveu investir na região, implantando o projeto das “Vilas Rurais”, que recebeu apoio e financiamentos de órgãos nacionais e até internacionais, sendo então considerado o modelo mais viável de colonização agrícola do país. Tal projeto

está hoje esvaziado e fadado ao fracasso, mas o trabalho da MAISA está surtindo os resultados mais favoráveis possíveis, a ponto da fazenda hoje possuir mil e duzentos empregados permanentes, quase todos residentes nas 600 casas ali construídas pela empresa.

POÇOS TUBULARES — Na MAISA existem 600 hectares plantados com graviola, 100 hectares com pinha e outros cem hectares com uva, melão, sapoti e goiaba. Outra grande área da fazenda está reservada para o cultivo de leguminosas.

Para chegar a realizar isso, a empresa cuidou de preparar toda uma infra-estrutura. Cinco poços tubulares, com uma profundidade média de 670 metros, foram perfurados, a fim de captar a água necessária à irrigação da terra. Esses poços fornecem 600 mil litros de água por hora, potencial que é aproveitado em larga escala na irrigação das áreas destinadas à fruticultura. Sobre isso, diz José Nilson de Sá:

"Surpreendeu-nos, em experiência recente na MAISA, que uma área de 400 hectares pode ser irrigada racionalmente utilizando-se apenas um quinto deste volume de água. Foi isto que mais reforçou a minha crença, de que naquela região as condições de clima, solo e outros fatores são imensamente favoráveis ao desenvolvimento de todo e qualquer projeto de fruticultura e horticultura, com rendimento muitas vezes superior ao da agricultura do milho, feijão, etc".

CRIAR CONDIÇÕES — Reconhece o diretor da MAISA que a preparação de uma infra-estrutura para a prática da agricultura irrigada e feita com técnica é algo que exige um investimento muito alto. Isto, sem dúvida, quase sempre representa uma dificuldade intransponível para a maioria dos proprietários rurais, pois é evidente o alto grau de descapitalização em que eles se encontram. Para se ter uma noção do custo da irrigação numa área como a chapada do Apodi, um

poço tubular profundo chega a custar, hoje, a soma de Cr\$ 2,5 milhões. E deve-se levar em conta que para se chegar à irrigação se necessita de muito mais do que um poço apenas.

José Nilson de Sá, porém, vê na irrigação e no emprego da técnica a única alternativa para se fazer uma agricultura rentável e bem sucedida no Rio Grande do Norte. E como a grande maioria dos particulares não pode arcar com os investimentos necessários, considera ele que essa tarefa poderia ser assumida pelo poder público. Assim, sugere o seguinte:

1) que o governo faça a perfuração de poços nas zonas realmente propícias à fruticultura e à horticultura, dentro da mesma sistemática usada atualmente para fazer açudes;

2) ou então que o governo, através dos bancos oficiais, financie a perfuração de poços a longo prazo, a juros baixos e com período de carência.

A não ser dessa forma, José Nilson de Sá não vê como a maioria dos proprietários rurais possa ter acesso à agricultura racional.

SEM MEDO DA SECA — Para reforçar a sua fé num projeto desse tipo, o diretor-presidente da MAISA afirma:

"Hoje, já não temos medo da seca porque possuímos água em abundância para o tipo de cultura que praticamos em nossas terras.

Daí porque acredito nos projetos de irrigação. Não tenho elementos para dizer qual a área mínima que tornaria rentável a aplicação da irrigação, mas posso declarar com segurança que, num projeto de grande porte como o nosso, a coisa é plenamente viável".

Com as 4 mil toneladas de suco de caju produzidas em 1977 a MAISA teve um faturamento de Cr\$ 16 milhões. Para este ano, a previsão é de, no mínimo, se alcançar a mesma produção de suco de caju do ano passado, havendo porém a acrescentar mais 1.000 toneladas de suco de graviola, pinha e goiaba. Para produzir tudo isto, a MAISA possui unidade industrial localizada na própria fazenda. Sua principal fonte de renda, porém, será a castanha de caju, cujas colheitas ainda são pequenas porque os cajueiros da fazenda não atingiram a idade mais produtiva.

Em função desses fatos, José Nilson de Sá acha que seria muito acertada a repetição de outras experiências do tipo da MAISA, a partir das quais *"toda a economia agrícola do Rio Grande do Norte poderia ser modificada"*.

No final de tudo, ele lança um conselho:

"Bastaria que o governo entendesse de uma vez por todas que o algodão é uma cultura deficitária e inviável no Rio Grande do Norte".

LEGISLAÇÃO NORDESTINA

LN JURISPRUDENCIA

As mais completas revistas de leis editadas no Brasil. Levamos até você matéria FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL, sempre atualizadas com a legislação em vigor. Tudo isso em excelente apresentação gráfica. Torne-se o assinante mais atualizado do Brasil.

... ○ ○ ● ○ ○ ...

Contratos, em Natal, com RN-Econômico, pelo fone 222-0806 ou escreva para Editora Legislação Nordestina Ltda., atenção do Sr. Nelson Ramos de Souza — Av. Conde da Boa Vista, 250 — Conj. 411 — Fone (081) 222.3781 — Recife-PE



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

CARTA PATENTE Nº 1-338 C.G.C. - M.F. - 08328247 AV. FLORIANO PEIXOTO Nº 550 - NATAL - RN

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de apresentar-lhes o Relatório Anual de Atividades do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BDRN, no qual estão reunidos, resumidamente, os dados mais expressivos do exercício de 1977.

O BDRN, como órgão executor da política econômica do Governo Estadual, tem norteado sua ação financiadora no sentido de promover o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Deste modo, além de conceder financiamentos, participa acionariamente de empresas e é garantidor em operações realizadas junto a outras instituições financeiras do país.

Embora não tenha realizado aumento nominal do seu capital social o BDRN, no ano de 1977, registrou substancial acréscimo de recursos próprios, através de um incremento em suas reservas no montante de Cr\$ 22.247 mil, 90% dos quais oriundos do Fundo de Desenvolvimento Comercial e Industrial — FDCI. Com isso o capital e reservas atingiram o valor de Cr\$ 95.326 mil, de acordo com o balanço geral de 30.12.77.

Para fazer face às aplicações, nos vários seguimentos da economia do Estado, o BDRN tem mobilizado recursos junto a órgãos componentes do Sistema Financeiro Nacional, vez que seus recursos próprios ainda são escassos.

Objetivando atender a demanda de financiamentos e investimentos, o BDRN mobilizou, além dos recursos próprios, outros de terceiros, representados, por repasses do BNDE, através do Pro-

grama de Operações Conjuntas — POC, nas linhas PACOTE e FINAC, Banco do Nordeste/SUDENE, através do Programa de Pequena e Média Empresa Industrial — PMI, FINPE, FINAME, através dos Programas Médio e Longo Prazos, EMBRATUR/FUNGETUR, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, através do Progiro, e do próprio Governo do Estado através dos Fundos de Desenvolvimento — FDCI e FUNDEMINAS.

Foram aprovados durante o exercício de 1977, 112 projetos, mobilizando recursos da ordem de Cr\$ 186.330 mil. As contratações envolveram 122 operações totalizando um volume de aplicações da ordem de Cr\$ 184.663 mil, sendo 54 de financiamento, 09 de investimento (participação acionária) e 59 de prestação de garantia (fiança), nos valores de Cr\$ 115.593 mil, Cr\$ 5.230 mil e Cr\$ 63.840 mil, respectivamente, havendo as liberações no período atingindo a Cr\$ 175.289 mil.

O saldo das aplicações elevou-se a Cr\$ 600.342 mil, cifra por demais expressiva, que denota um aumento de cerca de 50% em relação ao ano anterior. O ano recém-fimado registrou o maior incremento, tanto em valores absolutos, quanto relativos, do período 1974/1977. Levando em consideração que no citado ano foram adotadas medidas de restrições ao crédito, por parte do Governo Federal, em coerência com o objetivo de contenção inflacionária, a expansão das aplicações do BDRN evidencia um esforço marcante da sua atual administração, no sentido de carrear, para o Estado, recursos provenientes de outras regiões do País.

As operações originárias do Programa PROGIRO estão registradas na rubrica "Prestação de Garantias". Através deste programa foram concedidos financiamentos com recursos oriundos da Caixa Econômica Federal — CEF, a empresas carentes de capital de giro, figurando o BDRN como garantidor da operação por meio de fiança.

Nas aplicações globais do Banco é relevante a participação d. rubrica Empréstimos e Financiamentos que, somada a Créditos e Liquidação, representa cerca de 80% do total. A principal característica do comportamento operacional do BDRN nos três últimos anos tem sido o substancial apoio ao Setor Privado. Por

acreditar no livre mercado, cuja maior força é a empresa privada, a Diretoria do BDRN vem dirigindo suas operações neste sentido. Dentre as atividades privadas, as indústrias têm sido particularmente beneficiadas o que comprova a grande importância do setor secundário, no atual estágio de desenvolvimento da economia norte-rio-grandense.

Saindo de uma sistemática operacional voltada para o apoio a projetos isolados, o BDRN, no ano de 1977, agrupou suas operações em programas e subprogramas, definidos no seu Plano de Ação para o período de 1977/1981.

Como organismo dinâmico, o BDRN sentiu também necessidade de reformular sua estrutura organizacional interna. Precedido de estudo técnico, foi aprovado e encontra-se em funcionamento, uma nova estrutura organizacional, compatível com as condições atuais do Banco. O aprimoramento de pessoal tem sido uma das preocupações mais constantes dos dirigentes do BDRN, vez que, através de cursos, seminários e estágios, foram treinados 23 servidores, sendo 17 técnicos de nível superior, 04 de nível médio e 02 da área de administração. É importante salientar a continuidade em 1977, do regime de concessão de Bolsa de Trabalho a Universitários que cursam os últimos períodos letivos.

Por ser o BDRN um órgão de desenvolvimento, seu desempenho deve ser medido muito mais pela atuação em relação à economia estadual, que quanto aos próprios lucros. Apesar de seu resultado financeiro não ter sido significativo, esta não é uma razão para que se afirme um mau desempenho operacional. Se o resultado bruto de 1977, superior em 47,36% ao de 1976, mostrou-se inconsistente ao ponto de gerar, no mesmo período, uma redução de 60,93% no lucro líquido final, deve-se ao fato de que o Banco viu-se forçado a levar para a rubrica "Crédito em Liquidação", expressiva soma de 6.943 mil, bem assim a efetivar a necessária provisão esta, retirada do lucro líquido. Por outro lado, é incontestável que o capital social do BDRN encontra-se há quase 2 anos sem sofrer qualquer aumento por subscrição em dinheiro, o que vem comprometendo substancialmente as suas receitas próprias.

A análise da composição das despesas evidencia que o acréscimo nelas ocorrido foi fato normal, e que essa tendência se manterá. Por outro lado, o comportamento das receitas mostra que, em futuro próximo, elas não suportarão o inevitável crescimento inflacionário das despesas e gerarão prejuízos para o Banco, se o seu capital não for substancialmente aumentado, principalmente, considerando como um ponto pacífico, que qualquer empresa deve ser, pelo menos, auto-sustentável.

Por dever de justiça, cumpre-nos destacar o efetivo e honroso apoio conferido pelo Governo do Estado à Diretoria do BDRN.

Os resultados alcançados, decorrentes da conjugação de esforços, bem destacam a colaboração que o Banco recebeu do BNDE, órgão máximo na promoção do desenvolvimento nacional e principal fornecedor de recursos, como também do BNB/SUDENE, CEF, FINAME, FINPE, EMBRATUR, que possibilitaram a efetivação de nossos programas.

Cumpre-nos ressaltar, finalmente, a dedicação, a competência e o zelo demonstrados pelos Chefes das Diversas unidades do Banco, assim como dos demais servidores da casa, sem cujo concurso não teríamos alcançado os resultados que hoje apresentamos.

Natal (RN), 30 de dezembro de 1977

HEYDER PINHEIRO DE MOURA
Diretor-Presidente

FRANCISCO EDIVALSON BORBA
Diretor de Operações

ANTÔNIO LINS
Diretor Administrativo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO	Cr\$ mil	Cr\$ mil	PASSIVO	Cr\$ mil	Cr\$ mil
DISPONÍVEL			EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
Bens numerários e depósitos bancários à vista		24.533	Obrigações contraídas com instituições oficiais	39.661	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			Depósitos vinculados	13.418	
Empréstimos e financiamentos			Provisão para pagamento a efetuar	2.262	
Ao setor público	48.215		Provisão para imposto de renda	305	
Ao setor secundário	52.124		Outras exigibilidades	2.123	
Ao setor terciário	5.602		Passivo circulante	57.769	
Outros setores	641		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
	106.582		Obrigações contraídas com instituições oficiais	407.058	
Créditos em liquidação	6.743		Fundos financeiros e de desenvolvimento	6.914	
Provisão para créditos de difícil liquidação	(6.743)		Provisão para imposto de renda	305	414.277
	106.582		NÃO EXIGÍVEL		
Outros créditos			Capital social	49.700	
Títulos e créditos a receber	11.161		Reserva legal	747	
Outros	7.657		Reserva para manutenção do capital de giro	4.601	
	18.818		Reserva para aumento de capital — crédito do Governo do Estado	30.050	
Valores e bens		126.242	Reservas especiais para aumento de capital	10.228	
Ativo circulante		150.775	Lucros suspensos	515	95.841
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			RESULTADO PENDENTE		
Empréstimos e financiamentos			Rendas em suspenso		1.478
Ao setor público	116.610				569.365
Ao setor secundário	215.891		COMPENSAÇÃO		813.257
Ao setor terciário	26.919				
Outros setores	802				
	360.222				
Títulos e créditos a receber	11.917	372.139			
IMOBILIZADO					
Imobilizações técnicas	5.191				
Menos: Depreciações e amortizações	(781)				

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1977

	Cr\$ mil	Cr\$ mil
RECEITAS OPERACIONAIS		
Juros e comissões		15.703
Correção monetária		22.264
		37.967
OUTRAS RECEITAS		
Transações com valores mobiliários	1.218	
Rendas diversas	1.828	3.046
		41.013
DESPESAS OPERACIONAIS		
Juros e comissões	6.459	
Correção monetária	8.648	
		15.107
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Honorários da diretoria e do conselho fiscal		676
Pessoal		8.378
Encargos sociais		2.409
Despesas gerais		1.428
Outras		1.760
		14.651
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES		293
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE DIFÍCIL LIQUIDAÇÃO		
	6.943	36.994
Lucro líquido antes do imposto de renda		4.019
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		
Lucro líquido do exercício		610
		3.409
APROPRIAÇÕES E DISTRIBUIÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO		
Reserva legal		114

Menos: Depreciações e amortizações	7611	46.401
Imobilizações financeiras	41.971	569.315
RESULTADO PENDENTE		50
Despesas de exercícios futuros		569.365
COMPENSAÇÃO		813.257
		1.382.622
		1.382.622

Reserva legal	114
Reserva para manutenção do capital de giro	1.122
Reserva para aumento de capital	229
Dividendos	1.086
Porcentagem à diretoria	114
Gratificação aos empregados	229
	2.894
Lucros suspensos	515

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1977

NOTA 1 — PRÁTICAS CONTÁBEIS

As seguintes práticas contábeis foram adotadas na preparação das demonstrações financeiras.

a) A base da preparação das demonstrações financeiras segue, de um modo geral, a padronização estabelecida para estabelecimentos bancários, pelo Banco Central do Brasil, tendo sido introduzidas determinadas alterações na forma de apresentação visando facilitar a compreensão das referidas demonstrações.

b) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de 180 dias estão apresentados como longo prazo.

c) As receitas de juros e comissões e correções monetárias incidentes sobre os empréstimos e financiamentos concedidos aos mutuários do banco bem como as despesas da mesma natureza incidentes sobre as obrigações assumidas com instituições financeiras oficiais para refinanciamentos e repasses a terceiros, são reconhecidas nos resultados, em função dos respectivos períodos decorridos de tempo (períodos vencidos).

d) A provisão para créditos de difícil liquidação foi constituída dentro dos limites estabelecidos pela Circular 319 de 07 de dezembro de 1976 do Banco Central do Brasil.

e) As imobilizações técnicas estão registradas ao custo de aquisição.

f) As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo estimado de vida útil dos bens.

PARECER DOS AUDITORES

Ilmos. Srs.
Diretores do
Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S. A. — BDRN
Natal-RN

Examinamos o balanço patrimonial do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S. A. — BDRN, levantado em 30 de dezembro de 1977 e a demonstração da conta de lucros e perdas correspondente ao período de doze meses findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com os padrões de auditoria geralmente aceitos e, conseqüentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado na nota 2 o balanço patrimonial e a demonstração da conta de lucros e perdas, acima referidos, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S. A. — BDRN em 30 de dezembro de 1977 e o resultado de suas operações correspondentes ao período de doze meses findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos para instituições financeiras e com os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior.

Recife, 27 de janeiro de 1978

BOUCINHAS, CAMPOS & CLARO S/C LTDA.
CRC-SP-5528-S-PE-GEMEC-RAI-73/058-PJ

Sérgio Brilhante de Albuquerque
Contador CRC-RJ-018.064-2-S-PE A1/ PF 1.223
GEMEC-RAI — 73/058-8-FJ

g) As imobilizações financeiras estão substancialmente registradas ao custo de aquisição.

h) A provisão para imposto de renda é constituída, líquida de incentivos fiscais.

i) A reserva para manutenção do capital de giro foi constituída, de conformidade com o estabelecido pela legislação que rege a matéria.

j) As rendas em suspenso estão representadas pelos encargos financeiros (juros) calculados sobre os empréstimos e financiamentos inadimplentes (a maioria já transferidos para "créditos em liquidação"). O banco adota, como prática consistente, a medida conservadora de não registrar os referidos encargos como receitas tendo em vista as reais possibilidades de não realização dos saldos devidos por aqueles mutuários.

NOTA 2 — OPERAÇÕES DE REPASSE — EMBRATUR

A administração do banco vem desenvolvendo esforços junto a Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR no sentido de obter uma redução da correção monetária incidente sobre os recursos recebidos do FUNGETUR a serem repassados para projetos na área do turismo, após aprovados. Diante da real possibilidade de que seja obtida uma redução da referida correção monetária, entendeu a administração do banco que não devia registrar como custo do exercício, cerca de Cr\$ 2.000 mil relativos aos encargos sobre liberações recebidas. Como conseqüência, o lucro líquido do exercício e os lucros suspensos em 30 de dezembro de 1977 estão apresentados a maior pela importância referida e, o passivo exigível a curto prazo está apresentado a menor pelo mesmo valor.

NOTA 3 — IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

	Cr\$
Participação em empresa subsidiária RIONORTE — Cia. Northeriograndense de Crédito Financiamento e Investimento	5.455
Participações em outras empresas	36.516
	41.971

Dentre as participações em outras empresas, cerca de Cr\$ 25.000 mil representam aplicações financeiras na forma de participação acionária com opção de recompra, prevalecendo em qualquer caso o valor maior entre o de custo e o patrimonial das ações.

As principais empresas onde o banco mantém participações, são examinadas por auditores independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BDRN, após acurado exame em todas as contas, documentos, livros, balanço encerrado em 30 de dezembro de 1977 e demonstração da conta "Lucros e Perdas" deste Banco, pronunciamos-nos favoravelmente no tocante à sua legalidade e proclamamos que as referidas contas se encontram em condições de receber a devida aprovação dos senhores acionistas.

Natal, 27 de março de 1978

OTTO DE BRITO GUERRA
Conselheiro

OLACILDIO XIMENES JALES
Conselheiro

YVONNE FERREIRA BARBALHO
Conselheiro

NOTA 4 — OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS COM INSTITUIÇÕES OFICIAIS

	Taxa anual de encargos	Data de amortização	Data final de amortização	Cr\$ mil	
				Curto prazo	Longo prazo
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE FIPEME	2%	(1)	1979	7.841	48.609
FINAC	2%	(1)	1986	—	45.644
PEB — 36	4%	(2)	1984	2.331	13.529
Programas de operações conjuntas	0,5% a 7%	(1)	1984	9.087	57.924
Banco Nacional da Habitação	4%	(3)	1989	9.114	157.367
FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial	7% a 9%	(5)	1984	7.623	42.499
Banco Central do Brasil	13%		1986	800	12.800
Banco do Nordeste do Brasil — BNB	17%	(4)	1986	689	14.393
Caixa Econômica Federal	7%	(2)	1978	1.407	—
Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR	25%	(4)	1988	—	13.489
FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos	16%	(4)	1981	763	804
				39.661	407.058

(1) Incide correção monetária em função da variação mensal das ORTN, até o limite de 20% ao ano.

(2) Incide correção monetária plena, em função da variação das ORTN.

(3) Incide correção monetária trimestral em função da variação da UPC.

(4) Acrescido de correção monetária.

(5) A parcela em moeda estrangeira está sujeita à variação cambial; sobre as parcelas em moeda nacional, incidem correção monetária plena (programa longo prazo) e correção monetária de 10% a. a. (programa de médio prazo).

Os empréstimos e financiamentos concedidos aos mutuários do banco têm seus prazos de vencimentos em linha com os prazos de resgate das obrigações assumidas, acima especificadas. De uma forma geral, em se tratando em sua maioria de repasses, os encargos financeiros cobrados dos mutuários equiparam-se aos devidos. Os empréstimos e financiamentos concedidos estão garantidos por hipoteca de imóveis, penhor mercantil de bens e alienação fiduciária, além das demais garantias colaterais.

NOTA 5 — CAPITAL SOCIAL

Em 30 de dezembro de 1977 o capital social do banco estava representado por 49.700 mil ações ordinárias nominativas, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas, participando o Governo do Estado do Rio Grande do Norte com 99,99% do capital.

Agenda do Empresário

GOVERNO AJUDA O FINOR

O Presidente da República aprovou dispositivo no qual as empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como suas subsidiárias, deverão aplicar no FINOR e FINAM 50% das parcelas dedutíveis para incentivos fiscais do Imposto de Renda referente ao exercício de 1977.

ESCLARECIMENTOS SOBRE IPI

Em Portaria nº 131, de 28/2/78, o Ministro da Fazenda resolveu declarar, para os efeitos da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados, que "o valor tributável não poderá ser inferior ao custo do produto, acrescido das margens do lucro normal do fabricante e do revendedor e, ainda, das demais parcelas que deverão ser adicionadas ao preço da operação, no caso dos produtos saídos do estabelecimento industrial com destino a comerciantes autônomos, para venda direta ao consumidor.

MEDICAMENTO INJETÁVEL: VENDA SOB RECEITA MÉDICA

A portaria nº 31, de 28.12.77, que estabeleceu que todo e qualquer medicamento, quando apresentado em forma injetável, fica incluído na classificação de "medicamentos que só podem ser vendidos sob receita médica", teve prorrogado para o dia 2 de janeiro de 79, o início de sua vigência.

EMPRESAS ELEVAM CAPITAL SOCIAL

Nas últimas semanas, procederam aumento de capital social as seguintes empresas do RN: **TELERN** — que passou de Cr\$ 209.884.308,10 para Cr\$ 215.884.308,10; **Confecções Guararapes S/A** — que incorporou reservas e lucros do exercício anterior, passando para Cr\$ 619.650.000,00; **Alpargatas Confecções Nordeste S/A** — de Cr\$ 42.898.991,00 para Cr\$ 50 milhões; **INCARTON** — de Cr\$ 9.560.276,00 para Cr\$ 10.516.304,00; **ALCANORTE** — de Cr\$ 382 milhões para Cr\$ 1 bilhão; **Mineração Acauan Ind. e Com. S/A** — de Cr\$ 15 milhões para Cr\$ 21,5 milhões.

MINISTÉRIO DA FAZENDA CONFIRMA PRÉDIO DE NATAL

O Ministério da Fazenda dará início, ainda este ano, à construção de um moderno prédio em nossa Capital que vai centralizar as suas seis repartições atuantes em Natal: Delegacia da Fazenda, Delegacia da Receita Federal, Delegacia de Serviços do Patrimônio da União, Inspeção Seccional de Financiamento, Procuradoria da Fazenda Nacional e Núcleo da Escola Superior de Administração Fazendária. O prédio será localizado na Av. Prudente de Moraes, de frente ao SENAI.

OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS EM MAIO

Dia 10 — Último dia para recolhimento do PIS.

— Entrega da DRC solicitando os DIPIS necessários ao cadastramento dos empregados admitidos em março, ainda não cadastrados no PIS.

— Remeter ao IBGE as 2as. vias de notas fiscais, referentes às operações interestaduais do mês de março.

Dia 15 — Comunicar à Delegacia do Trabalho as dispensas ou admissões de empregados no mês de março.

Dia 20 — Entrega dos documentos referentes ao cadastramento no PIS dos empregados admitidos em março e que estejam sendo cadastrados na empresa.

Dia 28 — Recolhimento ao Banco do Brasil do ISTR sobre transportes de passageiros realizados em março, e transportes de carga, de fevereiro.

Dia 30 — Recolhimento do IR retido na fonte.

— Realizar correção monetária das empresas com balanço encerrado em 31.12.77 referente ao Ativo Imobilizado.

— Depósitos do FGTS das remunerações pagas em março.

— Recolhimento ao Banco do Brasil do IUM referente a fevereiro.

— Recolhimento ao INPS do desconto em folha dos empregados, mais a contribuição patronal sobre a remuneração paga em março.

— Apresentar à DRT, devidamente preenchido, o anexo I.

NOVOS PRÉDIOS PARA RECEITA

Mais quatro prédios estão sendo construídos pela Receita Federal. Os de Caicó e Currais Novos serão inaugurados em maio próximo enquanto Mossoró e Macau (inspetorias), estarão sendo entregues dentro de seis meses.

TERRENOS COM OU SEM CONSTRUÇÃO

Tendo como finalidade a apuração e cobrança do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, o Secretário da Fazenda do RN baixou portaria estabelecendo que os terrenos que tenham qualquer espécie de construção e os ainda suscetíveis de edificação, localizados em Natal ou adjacências, terão os seus valores determinados pela seguinte tabela:

LOCALIZAÇÃO	Cr\$ por m ²
Rocas	200,00
Ribeira	300,00
Petrópolis (trecho entre as ruas Pinto Martins e Cirolândia)	330,00
Petrópolis (trecho entre as ruas Tuiuti e Jundiá)	660,00
Cidade Alta — zona comercial — Trecho entre as ruas Gal. Osório e Ulisses Caldas, inclusive a rua João Pessoa	2.500,00
Demais trechos da zona comercial	1.000,00
Cidade Alta — Zona Residencial	500,00
Barro Vermelho	650,00
Alecrim — zona comercial a-rua Amaro Barreto	2.000,00
b-demais trechos da zona comercial	1.000,00
Alecrim — zona residencial	330,00
Tirol	660,00
Morro Branco	350,00
Lagoa Nova:	
a — Terrenos com frente para a Av. Salgado Filho	500,00
b — Demais trechos do bairro	350,00
Cidade Jardim	300,00
Candelária	220,00
Dix-Sept Rosado	130,00
Bom Pastor	60,00
Quintas	60,00
Bairro Nordeste	60,00
Lagoa Seca	200,00

A POUPANÇA RECUPERA O SEU PRESTÍGIO

As autoridades da área financeira concluíram que o Sistema Brasileiro de Captação de Poupança estava prestes a falir, caso não fossem adotadas novas medidas de incentivo ao público investidor das cadernetas de poupança. Agora, com a promessa de que os índices de correção monetária serão calculados com realismo, e reabertos os estímulos fiscais ao poupador, os agentes do Sistema Financeiro da Habitação retornam a um clima de tranquilidade, com a reconquista dos seus clientes que tinham batido em retirada.

O período janeiro-março deste ano foi crítico para as associações de Poupança e Crédito do Sistema Brasileiro de Captação de Poupança. As graduais restrições do governo aos incentivos e benefícios das Cadernetas de Poupança provocaram um esvaziamento imediato no mercado, abalando sensivelmente as agências de crédito e poupança, principalmente no Sul do País. Quase um colapso.

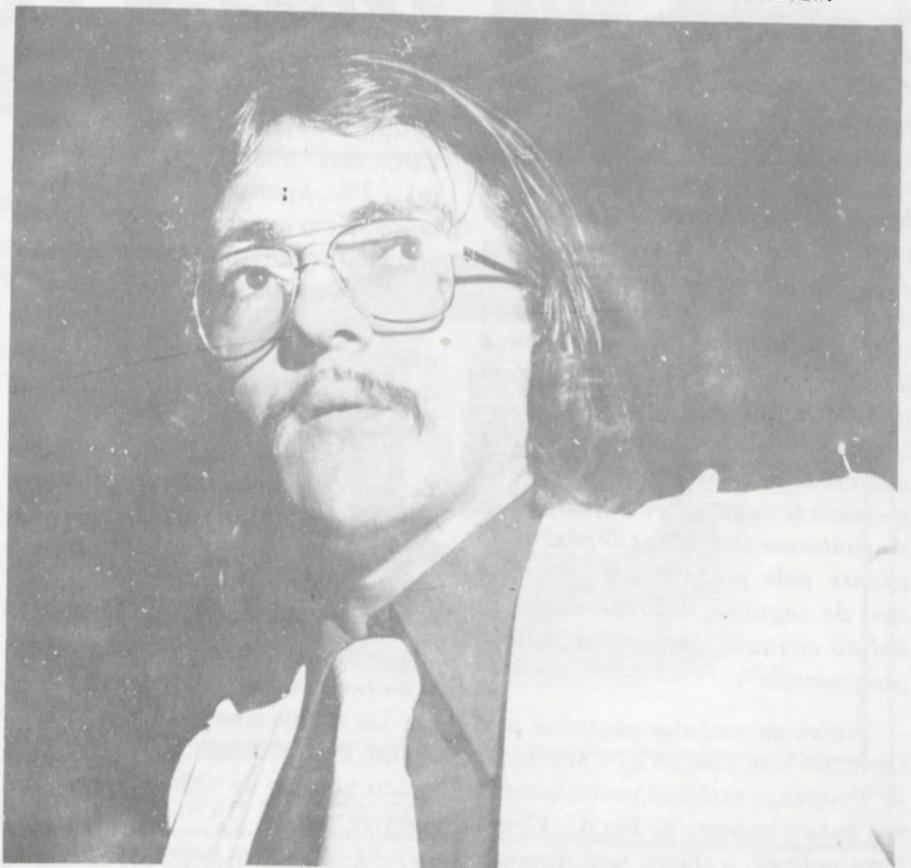
O governo, por fim, reconheceu o erro e providenciou rápidas mudanças na antiga política. Em Natal, essa queda nas movimentações financeiras do Sistema de Captação de Poupança também teve o seu reflexo crítico. Tanto que a Caixa Econômica teve uma redução de Cr\$ 5 milhões no volume de depósitos só em uma de suas agências durante o trimestre. Com as modificações (mais propriamente uma revisão de posição e política, do que modificações) as coisas começaram a mudar, adquirindo outras ressonâncias.

José Praxedes Régis Bezerril, Gerente do Setor de Poupança e Crédito da CEF, encara o problema como algo já superado. Diz ele:

"Houve realmente uma queda brusca no setor de Caderneta de Poupança. Tivemos uma queda da ordem de Cr\$ 5 milhões que representaram uma fuga dos clientes para o open-market e para os depósitos a prazo fixo, ou mesmo para outros investimentos, recessos, é claro, dos

efeitos restricionais dos benefícios anteriormente oferecidos. Com as recentes modificações houve o reverso e já conseguimos, hoje, recuperar, inclusive com superavit, essa queda. Do dia primeiro até o dia 15 de abril recebemos Cr\$ 7 milhões em depósitos de Cadernetas de Poupança. Isso nos deu uma margem ativa de Cr\$ 2 milhões, o que já é, de fato,

um superamento real da crise enfrentada no início do ano. Para ser mais preciso estamos hoje com um superavit da ordem de Cr\$.... 2.341.000,00. Isso nos deixa com um total, até hoje (dia 14), de Cr\$.... 207.000.000,00 em depósitos e que até o final do trimestre em curso chegará à casa dos Cr\$ 230 ou Cr\$ 240 milhões, com certeza.



José Praxedes Régis Bezerril, da Caixa Econômica, fala sobre as reformas introduzidas na caderneta de poupança.

As mudanças implantadas pelo governo (via o BNH) para reerguer a política de poupança incluíram a criação da Caderneta de Poupança Programada, como opção a antiga Caderneta de Poupança Livre, que por sua vez não foi extinta. A poupança programada funciona a partir de um contrato entre o depositante e a entidade de crédito, Contrato esse pelo qual o primeiro se compromete a fazer depósitos fixados previamente em datas também previamente fixadas. Os prazos podem ser de 12, 18 ou 24 meses.

O entusiasmo de José Praxedes dirige-se para o novo mecanismo de progressão dos juros da Poupança Programada. Ele explica:

"Suponhamos que o cliente faz uma Poupança Programada em 24 meses ou quatro semestres. Os juros do primeiro semestre correm na base normal de seis por cento. No segundo semestre então é que ele vê a vantagem oferecida por esse sistema: os juros serão auferidos na base de 6,2 por cento. No terceiro semestre, mais um aumento progressivo, dessa vez, na ordem de 6,8 por cento e no último semestre atingimos a casa dos 7,2 por cento. Com mais uma vantagem: terminado o prazo do contrato o cliente continuará percebendo juros na ordem de 7,2 por cento, o que lhe dá uma vantagem de 1,2 por cento sobre a Caderneta de Poupança Livre. A Caixa, por sua vez, também faz, ato imediato à assinatura do contrato da P. P. (Poupança Programada), o seguro em benefício do cliente. Isso quer dizer que em caso de morte, por exemplo, a entidade seguradora encarrega-se de continuar fazendo os depósitos do cliente pelo prazo fixado pois este tipo de seguro é sobre o valor global do contrato, por todo o período programado".

Entre as medidas adotadas pelo Governo com relação as Cadernetas de Poupança estão os novos incentivos para o Imposto de Renda. Com a nova política, o cliente tem direito a abater até 4 por cento de cada 1.000 UPC (Unidade Padrão de Capital) quando anteriormente a faixa era



Jorge Ivan Cascudo Rodrigues encara as mudanças como muito proveitosas para todos.

de 400 UPC. Com um saldo médio mínimo de 1.410 cruzeiros, o depositante já pode abater de sua declaração de renda um percentual de 4%. O que ultrapassar o teto de 1.000 UPC será abatido na ordem de mais 2%. Apenas os juros são tributados. Nem a correção nem o capital sofrerão tributação. Para o gerente de Poupança da CEF, isso "aumenta o rendimento e o cliente sentirá isso quando for elaborar sua declaração de renda e abater o investido na Caderneta de Poupança".

Já com relação à Poupança Livre, de acordo com as reformas, o depositante não sofre prejuízo a menos que faça saques. Outra modificação está no sistema de recolhimento dos juros, que agora serão calculados sobre a média aritmética simples dos 3 menores saldos do trimestre.

De acordo com a política anterior o juro era calculado apenas sobre o saldo mínimo do último mês do trimestre.

As oscilações verificadas no início do ano tiveram ponto curioso: serviram para caracterizar bem uma certa tipologia de cliente de Poupan-

ça. Praxedes os identifica como o "preocupado ou medroso, sempre inquieto quanto aos mecanismos de juros e dividendos", e o "cliente passivo, para o qual a mecânica financeira tem pouca importância; esse último dá mais valor a fatores como a segurança que a CEF pode lhe oferecer".

Em Natal, os "medrosos" são poucos. Os "passivos" são a grande maioria. Isso, de certo modo, talvez seja o fator responsável pela rápida recuperação da Caixa Econômica diante da crise que se abateu sobre a entidade responsável pela criação de toda a Política de Poupança no país.

OS CLIENTES ESTÃO VOLTANDO — Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, da Banorte Crédito Imobiliário, também encara as mudanças como altamente proveitosas tanto para o agente de poupança como para o poupador. Principalmente na Poupança Programada, ele aponta os juros progressivos trimestrais, a reversibilidade, o seguro de vida e os incentivos fiscais como o grande

tivo ao investidor. Ele declara: *"Especialmente se levar-se em consideração que o cliente poderá mais de uma conta, dentro do tema de Poupança Programada. Banorte Crédito Imobiliário e todas as associações de poupança e muito, receberam com surpresa as mudanças. E uma boa surpresa. Essas mudanças são, já agora, um estímulo às cadernetas de poupança. Só com a divulgação que está sendo feita pelos meios de comunicação, nós vemos um aumento de depósitos na ordem de 10 por cento. E isso não nos dá trabalho, da Banorte, ainda não estamos trabalhando com o Sistema de Poupança Programada. Somente a partir de maio é que entraremos em contato com o novo sistema pois está em fase de preparação pelo nosso departamento de marketing e merchandising todo o programa de esclarecimento dirigido aos novos estímulos da Poupança Programada. O novo sistema*

tem ainda uma vantagem extra: a de proporcionar ao agente de crédito fazer a sua programação de investimentos, com base nos contratos firmados. A partir daí pode-se fazer uma programação e uma projeção dos investimentos da empresa, que anteriormente ficava a mercê das oscilações de caixa, do fluxo de depósitos, que variava muito. A programação do percentual de juros, por exemplo, atrairá muitos clientes, pois oferecem a progressão sistemática por trimestre numa variação de 6 a 7,2 por cento. Isto sem falar nos incentivos fiscais, especialmente na ampliação das deduções de 4%, de 400 para as 1.000 UPC — isso significará uma diferença de mais de 100% na diferença deduzida".

Jorge Ivan considera a faixa tipológica da clientela. Ele identificaria mais um tipo de investidor: o "grande poupador" que é pequeno em

tal de investimento.

"Esses, felizmente, estão voltando. Estão se apercebendo dos benefícios e vantagens da Poupança Programada e estão retornando aos investimentos na Poupança. Em esse tipo de cliente é o mais exigente, que realmente se preocupa com o destino que o seu capital está tendo. E são os que podem dispor um volume de capital maior para investir. Repito: felizmente estão voltando".

Confirmando a perspectiva do mercado como muito boa, Jorge Cascudo Rodrigues diz que as medidas do Governo Central e do Banco "vão assegurar às Cadernetas a condição de serem realmente bom papel de investimento e aplicação de capital".

Para ele, a crise também é coisa do passado.

SÓ PARA AS PESSOAS QUE NÃO PODEM PERDER TEMPO.

A Presentes Lázaro apresenta o Sonofone-Teletoc, o telefone com memória e teclado eletrônicos.

Solicite um dos nossos vendedores para maiores esclarecimentos.



Utilize nosso crediário.

Ampla estacionamento na:

**PRESENTES
LAZARO**



COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

RELATÓRIO DA DIRETORIA Exercício de 1977

1 - INTRODUÇÃO

A Diretoria da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSERN, em cumprimento ao honroso dever que lhe prescreve a Lei e o Estatuto, submete à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Conta de Resultado, o Relatório das Atividades da Empresa, bem como os Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1977.

II - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Durante 1977, a COSERN deu continuidade às suas atividades normais, esforçando-se para atender adequadamente à crescente demanda do seu mercado consumidor. Todas as perspectivas antecipadas pela Diretoria no relatório do ano anterior, foram, praticamente, concretizadas neste exercício. A modificação da estrutura orgânica da Empresa, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 29.04.77, contribuiu sobremaneira para que fossem alcançados os resultados apresentados neste Relatório. Registramos o expressivo resultado operacional da Empresa, obtido graças ao aumento da produtividade, com racionalização de tarefas, e, o que nos parece mais relevante, sem desaceleração dos investimentos e dos serviços de manutenção preventiva do sistema. Além disso, cumpre ressaltar que, contrastando com o ano anterior, durante este exercício o fluxo dos Recursos da Reserva Global de Garantia voltaram ao nível alcançado em 1975.

III - EXPANSÃO DO SISTEMA

1. Em 1977, objetivando expandir e aumentar a confiabilidade do Sistema, a COSERN realizou investimentos da ordem de 70 milhões de cruzeiros aplicados principalmente em obras, iniciadas e concluídas no aludido período, cujas características, abaixo especificadas, possibilitam uma melhor apreciação do esforço desenvolvido.

Número de Obras	Quant. de Postes implantados	Condutores Elétricos - km.	Transformadores Instalados (kVA)
1976/1977 %	1976/1977 %	1976/1977 %	1976/1977 %
547/616 + 132	319/4.529 + 95	356,5/1.500 + 32	8122,5/12755,5 + 57

2. Eletrificação Rural

A modificação da estrutura orgânica da Companhia permitiu à Empresa reiniciar a expansão do seu sistema eletro-rural, possibilitando um atendimento mais rápido dos pedidos de novos consumidores. A atuação da Companhia nesse campo pode ser aferida pelo expressivo número de projetos de eletrificação rural elaborados durante o ano de 1977 (147), comparado com idêntico número em 1976 (46). Foram projetados 464 km de linhas de alta tensão e 478 km de linhas de baixa tensão, em que se previa a instalação de 3.169 postes e 308 transformadores com 6.619 kVA de potência.

Com recursos próprios ou através de convênios firmados com a ELETROBRÁS, foi iniciada e quase integralmente concluída a construção de 106 km de linhas que beneficiaram 94 propriedades localizadas nas seguintes regiões: Nisa Floresta - Fazenda Ilha,

2. Perdas do Sistema

No ano de 1977, conseguiu-se praticamente manter o mesmo nível de eficiência do Sistema, registrando-se uma diminuta elevação percentual nas perdas de energia. Deu-se continuidade à manutenção preventiva com a eliminação de peças/equipamentos defeituosos, bem como intensificou-se a fiscalização de consumos fraudulentos de energia.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução das compras, vendas e perdas de energia, no período 1975/1976/1977:

Discriminação	ANOS			Variação (%)	
	1975	1976	1977	76/75	77/76
Energia Comprada kWh	275.782.178	308.874.242	306.358.482	11,5	-21,3
Energia Consumida kWh	252.159.738	308.085.287	370.031.560	21,4	20,3
Perdas kWh	23.622.440	20.788.955	26.326.912	13,8	26,8
Porcentagem das Perdas	8,6	6,4	8,8		

3. Entrada em Operação de novas instalações

Registramos a conclusão e ativação de Subestações 69/13,8 kV, 1 MVA de Marcelino Vieira e a ampliação e entrada em operação de Subestação 69/13,8 kV de Almino Afonso, que teve sua potência instalada elevada de 1 MVA para 2 MVA. Nesta subestação foi instalado e ativado, no barramento de 13,8 kV, um banco de reguladores de tensão.

4. Manutenção do Sistema

Em 1977, a COSERN desembolsou recursos da ordem de MCr\$ 20.892 com materiais e serviços aplicados na manutenção do sistema de transmissão, subtransmissão e distribuição, registrando-se uma elevação percentual de 82,5% comparado com o valor das despesas dessa mesma rubrica no ano de 1976 (McR\$ 11.443). Contratou-se com firmas empreiteiras os serviços de roço de faixa da quase totalidade das linhas de transmissão e subtransmissão da Empresa, serviços esses que não vinham sendo executados há mais de 03 anos, comprometendo seriamente a eficiência do fornecimento de energia a cargo da COSERN. Foram reabertos 1.593 km de faixas de linhas, a um custo total da ordem de MCr\$ 1.800, não computados nesse valor as despesas administrativas e de fiscalização desses serviços, realizados sob administração indireta. Utilizando mão de obra da própria Empresa, foram executados 156 km de estradas de acesso de linhas de transmissão de 69 kV.

5. Sistema de Comunicação

Com vistas a uma maior eficiência na operação do seu Sistema, a Empresa deu início, com o assessoramento da ELETROBRÁS, à elaboração de Ante-Projeto Integrado de Comunicações para o seu sistema de 69 kV. O Projeto já concluído em 1977, prevê a interligação de todas as Subestações e Equipes Volantes de Manutenção com o Despacho de Carga sediado em Natal. Ainda em 1977, foi iniciado o processo licitatório para aquisição de 19 equipamentos de rádio em HF/SSB e 39 VHF, em que serão investidos recursos da ordem de MCr\$ 3.500. Além disso, foram adquiridos à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, 10 equipamentos de onda portadora, no valor de Cr\$ 150.076,00, os quais já se encontram instalados em diversas

Essa significativa expansão, se mantidos os mesmos índices, indica que a cada 04 anos e meses o consumo de energia elétrica será duplicado, o que impõe o crescente volume de investimentos em obras e equipamentos de infra-estrutura do sistema, que a Empresa implantou no ano de 1977 e implantará em 1978 e exercícios seguintes, para atender a crescente demanda, garantindo níveis satisfatórios de eficiência na operação e manutenção do sistema.

Por outro lado, é de grande significado como índice avaliativo de desenvolvimento, o fato de o consumo industrial assumir participação crescente no total da energia distribuída pela Empresa, já atingindo 41% (quarenta e um por cento) desse total no ano de 1977, conforme adiante se detalha:

Classif.	1975	%	1976	%	1977	%
Residencial	63.585.438	25%	73.481.842	24%	84.532.637	23%
Industrial	89.412.781	35%	116.785.438	38%	148.817.672	41%
Outras	98.180.521	40%	115.868.007	38%	132.542.013	36%
Total	251.178.740	100%	306.135.287	100%	365.892.322	100%

2. Número de Consumidores e Programa Residencial de Baixa Renda

No ano de 1977, a COSERN atingiu o total de 127.002 consumidores, o que representa um aumento de 11,4% em relação ao exercício de 1976, tendo sido beneficiados, com o serviço da Empresa, uma média superior a 1.000 novas ligações por mês.

Em 1978 espera-se uma sensível ampliação do número de consumidores, tendo em vista o desenvolvimento do Programa Residencial de Popularização de Energia, iniciado já em 1977. Através desse Programa de elevado alcance social, a COSERN já executou instalações internas em 2.000 residências, na Serra do Mel, Natal e municípios vizinhos, com recursos oriundos de convênios firmados entre a ELETROBRÁS e a COSERN a serem pagos pelos beneficiários do Programa em sessenta prestações mensais, da ordem de Cr\$ 9,50 (nove cruzeiros e cinquenta centavos). Pretende-se atingir, até março de 1979, 25.000 residências de consumidores de Baixa Renda em todo o Estado.

VI - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Em 1977, a COSERN conseguiu manter a mesma proporção entre o número de consumidores e o número de empregados, tendo atingido em dezembro de 1977 o total de 1.217 empregados, coincidente com o número preestabelecido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. Deu-se continuidade à política de concessão de estágios a alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e Escola Técnica Federal - ETFRN, dentro do programa de integração Escola/Empresa preconizado pela Portaria 1.002 do Ministério do Trabalho, tendo sido beneficiados 984 estudantes no ano de 1977.

1. Aperfeiçoamento

A COSERN, face à necessidade de formar boa parte de sua mão de obra recrutada e de aprimorar os conhecimentos profissionais de seus empregados, promoveu a realização de diversos cursos, em sua maioria no próprio Centro de Treinamento, que funciona em caráter permanente. Da mesma forma, enviou representantes a vários cursos e seminários promovidos em outros órgãos, contando, nesses casos, com a prestímosa colaboração da ELETROBRÁS, do SENAI/RN, dentre outros.

Em 1977, 312 (152 em 1976) empregados participaram dos 53 (17 em 1976) cursos e seminários referidos, com carga horária total de 6.668 horas, tendo a Empresa desembolsado para esse fim importância superior a Cr\$ 1 (hum) milhão de cruzeiros.

4. Transportes

Com o objetivo de manter e aprimorar o desempenho de suas atividades, a COSERN renovou parte de sua frota de veículos, adquirindo 30 unidades em 1977, nas quais se incluíram 05 motocicletas, com investimentos da ordem de MCr\$ 2.438.

VII - ASPECTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

1. Capital Social

Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 1977, o Capital Social da COSERN foi aumentado de Cr\$ 98.013.000,00 para Cr\$ 167.983.459,00, com a emissão de 69.554.461 ações ordinárias e 115.998 ações preferenciais. O aumento foi efetuado mediante a utilização dos recursos oriundos das quotas Estadual e Municipais do Imposto Único sobre Energia Elétrica, da correção monetária do Ativo Imobilizado, da reversão de dividendos do Estado e da SUDENE e quotas dos recursos recebidos de diversos consumidores como contribuição para Obras.

Era a seguinte a composição do Capital Social da COSERN ao fim do exercício de 1977:

Ações	1977				TOTAL	%
	Ord.	%	Pref.	%		
ESTADO	86.293.874	69,9	17.138.372	41,5	106.432.246	62,9
ELETROBRÁS	8.153.110	6,5	3.608	8,8	11.761.718	7,0
ELETROBRÁS	8.153.110	6,5	3.608.880	8,8	11.761.990	7,0
SUDENE	8.113.515	6,4	5.987.888	14,4	14.101.403	8,4
PREFEITURAS	20.320.798	16,1	13.530.425	32,7	33.851.223	20,2
OUTROS	1.454.855	1,1	1.073.252	2,6	2.528.107	1,5
Total	128.335.882	100,0	41.347.587	100,0	167.683.469	100,0

2. Resultados Econômico-Financeiros

a) Resultados Econômicos	1976	1977	1976/77
	MCr\$	MCr\$	
- Imobilizado líquido	247.363	217.048	+ 28
- Patrimônio líquido	180.844	287.572	+ 59
- Receita de Exploração	125.962	214.583	+ 71
- Despesa de Exploração	87.081	172.107	+ 77
- Recursos da Reserva Global de Garantia	3.729	18.292	+ 328
- Lucro do Exercício	5.118	28.873	+ 468
- Lucro do Exercício aplicado à Reserva Global de Garantia	1.388	12.281	+ 784
b) Índices Econômico-Financeiros	1976	1977	
- Índice de liquidez corrente	+ 1,08	0,97	
- Índice de liquidez geral	+ 0,52	0,60	
- Eficiência Operacional	+ 1,28	1,25	
- Índice de Endividamento	+ 0,87	0,71	
- Valor Patrimonial de Ação	+ 1,85	1,71	
- Rendimento Econômico	+ 0,02	0,08	
- Lucro Líquido por Ação	+ 0,08	0,17	

3. Outros Indicadores Significativos	1976	1977	Variação (%)
	MCr\$	MCr\$	
- Engajado a curto prazo	83.042	86.287	+ 80
- Engajado a longo prazo	103.797	119.813	+ 16
- Despesa	11.285	11.827	+ 03
- Realizável a curto prazo	46.105	70.526	+ 53
- Realizável a longo prazo	23.840	40.742	+ 73
- Energia vendida/emprego (MWh/tempo)	278	308	+ 07
- Nº de consumidores/empregados	104	104	-
- Tributos e Encargos arrecadados	MCr\$ 40.111	46.413	+ 15,7
- Salário Médio	Cr\$ 2.088	2.884	+ 41

Para 1978, estão previstos investimentos em eletrificação rural da ordem de Cr\$ 25,1 m, com a implantação de 598,2 km de linhas e a instalação de 9.580 kVA de potência, que beneficiarão 981 propriedades rurais, cujos recursos já se encontram praticamente assegurados junto à ELETROBRAS, POLONOR-DESTE/SUDENE e outros órgãos.

3. Novas Subestações

Em 1977, a Empresa tomou uma série de medidas com vistas à implementação do programa de subestações para a Grande Natal e Mossoró. Foram adquiridos os terrenos para as subestações de Natal-Centro, Natal-Neópolis e de Mossoró. A Empresa, através da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras - CAEBB, realizou licitação para compra de 07 transformadores para essas subestações, já havendo contratado a fabricação dessas unidades, as quais somam uma potência total de 75 MVA, equivalente a 70% (setenta por cento) da atual capacidade instalada no Estado do Rio Grande do Norte. Contratou-se, ainda, o projeto de uma subestação padrão 69/13,8 kV com a Empresa de Consultoria - SECOM.

Está prevista para dezembro/78 a entrada em serviço das subestações Mossoró-II, Neópolis e Centro, com um investimento total de Cr\$ 80.000.

IV - OPERAÇÃO DO SISTEMA

1. Energia Comprada, fornecida e perdas

Os requisitos de potência máxima e energia no presente exercício atingiram 87,4 MW (dezembro/77) e 396.358 MWh contra 74,3 MW (outubro/1976) e 326.874 MWh em 1976, representando, respectivamente, crescimentos de 17,6% e 21,3%.

O fator de carga médio anual do sistema da COSEERN, em 1977, foi de 58,0%, enquanto no exercício anterior atingiu 46,8%.

Do total de energia requerida pelo mercado da COSEERN, comprou-se, em 1977, 386.334 MWh à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e 10.024 MWh à S.A. Eletrificação da Paraíba - Saelpa

V - EVOLUÇÃO DO MERCADO

1. Evolução do Consumo de Energia

O consumo de energia elétrica no Rio Grande do Norte tem se expandido de forma considerável, com um acréscimo, em 1977, de vinte por cento em relação ao consumo de 1976, bem superior, portanto, ao crescimento médio da Região Nordeste (15%) e ao da área da Light (Rio de Janeiro e São Paulo) (10%).

Os quadros seguintes demonstram a evolução do nosso mercado consumidor, no período 1976/77, merecendo destaque, quanto a número de consumidores, os crescimentos das classes Residencial, Comercial e Rural. Os percentuais negativos relativos às classes Serviços Públicos e Iluminação Pública, devem-se à modificação, nos critérios de classificação dos consumidores, determinada pela Portaria nº 958 do Ministério das Minas e Energia.

Classes de Consumidores	Nº de Consumidores em dezembro		Variações (%) 1976/1977
	1976	1977	
Residencial	96.270	107.526	11,7
Comercial	12.926	14.378	11,2
Industrial	1.256	1.326	5,7
Rural	533	590	10,7
Podereis Públicas	2.700	2.898	7,4
Iluminação Pública	176	176	0,0
Emp. Serv. Públicos	173	107	-38,2
Total	114.032	127.002	11,4

Classes de Consumo	Consumo de energia elétrica (MWh)		Variações (%) 1976/1977
	1976	1977	
Residencial	73.451.942	84.532.237	15,1
Comercial	35.880.220	45.421.862	27,4
Industrial	116.785.438	149.617.473	28,1
Rural	3.553.417	4.129.780	16,1
Pod. Públicas	28.157.581	30.452.806	8,2
Emp. Públicos	27.824.570	30.806.701	10,7
Emp. Serv. Públicos	18.501.161	20.460.978	10,8
Total	304.914.239	365.419.857	19,9

A constante preocupação com recursos humanos levou a Empresa a estabelecer e aplicar critérios na promoção de pessoal com base em avaliações de desempenho funcional e dentro dos limites estabelecidos pelo DNAEE. Dentro desse mesmo espírito, foi organizado o Serviço de Higiene e Medicina do Trabalho, com a contratação do pessoal especializado e instalação de ambulatório médico convenientemente equipado.

O treinamento preventivo, aliado à ação do Serviço de Segurança do Trabalho e da CIPA, vem, ano a ano, conseguindo reduzir significativamente a frequência e a gravidade dos acidentes do trabalho.

Em convênio com a Caixa Econômica Federal e com outras instituições, foi prestada assistência financeira aos empregados, tendo sido, para esse fim, movimentados créditos no total de Cr\$ 4.892.124,00. A Empresa também concedeu aos empregados financiamentos no montante de Cr\$ 272.047,00 para aquisição de medicamentos e equipamentos de correção visual, etc.

3. Encargos Sociais e Salários Indiretos - Desembolsos

	1976	1977	Variação (%)
INPS	2.760	6.328	229
FGTS	2.051	3.548	34
Salário-Família (contribuição)	1.159	1.650	42
Seguro de Acidentes do Trabalho	752	949	26
PASEP	670	1.330	53
Participação de Lucros	1.301	1.788	37
Prêmio Aposentadoria	147	395	169
Seguro de Vida em Grupo	27	26	-1
Bolsas de Estudos	46	50	11
Complementação do auxílio doença	136	273	102
Auxílio Funeral	10	10	0
Gratificação de Férias	428	566	32

VIII - AGRADECIMENTOS

Em final, cumpre à Diretoria registrar os seus agradecimentos às autoridades federais, ao Governo Estadual, através da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, entidade a que se vincula a COSEERN, às autoridades municipais, à ELETROBRAS e suas subsidiárias e associadas, aos empregados da Empresa, bem como a todos quantos prestaram alguma parcela de colaboração para o cumprimento da honrosa tarefa administrativa com que foi distinguida.

Natal, 21 de março de 1978.

Getúlio Alves da Nóbrega
Diretor Presidente

Francisco Walter F. Nogueira
Diretor de Operações

Darlan Nóbrega de Farias
Diretor de Planejamento

Mariângela Camboim Coutinho
Diretor Financeiro

José Mário Marques
Diretor Administrativo

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ATIVO			PASSIVO		
IMOBILIZADO (Nota 1)			INEXIGÍVEL:		
Técnico			Patrimônio Líquido		
Bens e instalações em Serviço, ao custo	188.740.645		Capital (Nota 2)		
Correção monetária	213.563.837		Ordinárias	126.335.862	
	402.304.482		Preferenciais	41.347.597	
Menos: Provisão para depreciação	46.995.111			167.683.459	
	355.309.371		Reserva legal	3.307.553	
Obras em andamento	19.245.275		Reserva de correção monetária do imobilizado	44.438.511	
	374.554.646		Juros de capital próprio	538.506	
Menos - Auxílios para construção	38.262.665		Adiantamentos para futuro aumento de capital	55.168.309	
	336.291.981		Lucros e perdas	16.435.273	
Variação cambial e correção monetária de empréstimos, a compensar	30.454.459			287.571.611	
	366.746.440		Reserva para reversão	1.471.945	
Imobilizações financeiras	2.189.606	368.936.046	Provisões diversas	480.347	
DISPONÍVEL:				1.932.292	289.503.903
Caixa e bancos	10.756.005		EXIGÍVEL A CURTO PRAZO (1 ano):		
Depósitos vinculados - convênios	1.070.887	11.826.892	Contas a pagar - energia comprada	17.817.456	
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO (1 ano):			Outras contas e obrigações a pagar	20.366.255	
Contas a receber - energia	47.236.660		Dividendos	16.464.375	
Fornecimento de energia a faturar	7.405.211		Empréstimos (Notas 3 e 4)		
Contas a receber - materiais e serviços	4.107.040		Moeda Nacional	27.733.550	
Obrigações a receber e devedores diversos	13.575.416		Moeda estrangeira	2.885.653	85.267.289
	72.414.327		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Menos - Provisão para devedores duvidosos	1.888.265	70.526.062	Empréstimos (Notas 3 e 4)		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:			Moeda nacional	82.842.837	
Almoxarifado, ao custo	32.837.124		Moeda estrangeira	26.872.950	
Obrigações e empréstimos a receber e outros	3.328.137		FGTS - Não optantes	4.572.557	
FGTS - não optantes	4.577.115	40.742.376	Provisão para contingência (Nota 5)	5.525.000	119.813.344
PENDENTE:			PENDENTE		
Serviços de terceiros em andamento	3.586.796		Créditos em suspenso e outros	5.069.200	
Diversos débitos em suspenso	3.987.434		Total do passivo		Cr\$ 499.653.736
Caução de consumidores	345.230	7.622.360			
Total do ativo		Cr\$ 499.653.736			
COMPENSAÇÃO (Nota 8)					



COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO	
Receita de exploração	214.592.924
Recursos de reserva global de garantia	16.292.250
	<u>230.885.174</u>
Menos-Reserva global de reversão e de garantia	11.573.000
Despesas de exploração	172.107.094
	<u>47.205.080</u>
DEDUÇÕES À RENDA BRUTA DE EXPLORAÇÃO:	
Quota de depreciação	10.611.049
Diferença de câmbio realizada e impostos e taxas	195.069
	<u>10.806.118</u>
Renda de exploração	<u>36.398.962</u>
RECEITAS ESTRANHAS A EXPLORAÇÃO:	
Diversas receitas	5.349.514
Juros estatutários	185.952
	<u>5.535.466</u>
DESPESAS ESTRANHAS A EXPLORAÇÃO:	
Juros e outros encargos sobre empréstimos	11.295.384
Diversas despesas	790.615
Provisão para contingência	1.275.000
	<u>13.360.999</u>
Renda Líquida do Ano	Cr\$ <u>28.573.429</u>

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS NO IMOBILIZADO TÉCNICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

ORIGENS	
Operações	
Renda líquida do ano	28.573.429
Quota de depreciação	10.611.049
Provisão para contingência	1.275.000
	<u>40.459.478</u>
Menos-juros estatutários debitados às obras em andamento	185.952
	<u>40.273.526</u>
Recursos recebidos para aumento de capital	<u>50.986.213</u>
Empréstimos	
Novos ingressos	10.134.308
Amortizações	(22.261.112)
	<u>(12.126.804)</u>
Dividendos e participações nos lucros	
Outras origens (aplicações)	(16.644.412)
Aumento no saldo do almoxarifado	(15.236.243)
Outros-liquido	(624.310)
	<u>(15.860.965)</u>
	<u>Cr\$ 46.627.970</u>
APLICAÇÕES NO IMOBILIZADO TÉCNICO CUSTO HISTÓRICO:	
Adições líquidas	46.813.922
Menos-juros estatutários-debitados às obras em andamento	185.952
	<u>Cr\$ 46.627.970</u>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSERN, tendo procedido a verificação do Balanço Geral e contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1977, com assistência de Arthur Anderson & Co., que em 21/03/78, emitiu parecer sobre os respectivos documentos, opina no sentido de que sejam aprovados pelos Senhores Acionistas o referido Balanço Geral, as contas e todos os atos da Diretoria praticados durante aquele exercício, pois verificou encontrar-se tudo na melhor ordem. Quanto ao dividendo a ser distribuído aos Senhores Acionistas e a verba destacada para participação dos empregados nos lucros da COSERN, considera-os aplicáveis, recomendando suas aprovações pela Assembleia.

Natal, 20 de abril de 1978.

ANTÔNIO DE PADUA LIMA DE PINHO PESSOA

FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES

LUIZ GONÇALVES PINHEIRO

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Aos Senhores Diretores da
Companhia de Serviços Elétricos do
Rio Grande do Norte - COSERN:

Examinamos o balanço geral da COMPANHIA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, levantado em 31 de dezembro de 1977, as respectivas demonstrações do resultado das operações, das mutações no patrimônio líquido e da origem e aplicação de recursos no imobilizado técnico, referentes ao ano findo naquela data. O nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluiu as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

A Companhia possui Cr\$ 13.486 mil de contas a receber, em sua maior parte vencidas, sendo Cr\$ 8.229 mil de fornecimento de energia elétrica e Cr\$ 5.257 mil de materiais e serviços, cujo recebimento depende de gestões a serem feitas junto aos devedores.

Em nossa opinião, sujeito à realização das contas a receber, comentada no parágrafo anterior, as referidas demonstrações financeiras refletem com prioridade a posição financeira da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte - COSERN, em 31 de dezembro de 1977, os resultados das suas operações e a origem e aplicação de recursos no imobilizado técnico, referentes ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em bases uniformes em

nome de: *Zé de Mattos*
Sócio Responsável

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

	Capital	Reserva legal	Reserva de correção monetária do imobilizado	Juros de capital próprio	Adiantamentos para futuros aumentos de capital	Lucros e perdas	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1976	98.013.000	1.878.882	42.268.351	352.822	32.210.639	6.120.611 (5.987.614)	180.844.305 (5.087.614)
Participação nos lucros, paga							
Correção monetária do ativo imobilizado			43.812.976				43.812.076
Quotas do imposto único sobre energia elétrica (IUEE) do governo estadual							
Aumento de capital	89.670.469		(41.641.916)		(28.028.543)		

Aumento de capital		141.041.310)		L20.000.000)	
Renda líquida do ano				28.573.429	28.573.429
Apropriações da renda líquida do ano:					
Reserva legal	1.428.671			(1.428.671)	
Juros estatutários		185.684		(185.684)	
Dividendos				(11.556.798)	(11.556.798)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977	Cr\$ 167.683.459	3.307.553	44.438.511)	538.506	55.168.309
				16.435.273	287.571.611

Sócio Responsável

Samuel Nicolini
Contador CRC-SP-49.660-S-RN
CPF 020.260.748

Arthur Anderson & Co
CRC-RJ-1.8-S-RN
CGC 33.017.310/0005-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1977

(Valores em milhares de cruzeiros - Cr\$)

(1) ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS:

As demonstrações financeiras anexas refletem as seguintes atualizações monetárias:

(a) Correção monetária do imobilizado técnico e respectiva reserva para depreciação bem como da reserva para reversão, com base nos coeficientes oficiais firmados para o ano de 1977, que reconhecem os efeitos da inflação até 31 de dezembro de 1976.

(b) Contabilização da quota de depreciação, calculada pelo método linear à taxa global de 3% ao ano, aplicada sobre os bens depreciáveis monetariamente corrigidos, conforme estabelece a legislação vigente.

(c) Atualização dos empréstimos pelos índices de correção monetária estabelecidos nos respectivos contratos, ou pelas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 1977, cuja contrapartida é demonstrada no imobilizado técnico para compensar com a próxima correção monetária daquele ativo.

A correção monetária do imobilizado técnico procedida em 1977, obedeceu às normas vigentes que colocavam as concessionárias de serviço público de energia elétrica fora do alcance dos critérios estabelecidos pelo Decreto-lei nº 1.302, de 31 de dezembro de 1973. Entretanto, o Decreto-lei nº 1.506, de 23 de dezembro de 1976, estendeu às correções monetárias das concessionárias de serviço público de energia elétrica, a partir da próxima correção monetária, os critérios do Decreto-lei nº 1.302, segundo os quais a depreciação da correção monetária mais a correção monetária da depreciação devem manter em relação à correção monetária do custo, a mesma proporcionalidade de depreciação do custo em relação ao custo original.

Além disso, o novo regime da correção monetária instituído pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), com a correção monetária simultânea do ativo permanente e patrimônio líquido, estará em vigor no exercício a iniciar em 1º de janeiro de 1978, aplicando-se ao balanço de abertura de 1978 os coeficientes de correção divulgados pelas autoridades federais.

Tendo em vista que a definição de alguns aspectos importantes do cálculo da correção monetária pelo novo regime depende de instruções do Poder Concedente, não foi praticável apurar o valor da próxima correção monetária e, consequentemente, o seu efeito nas demonstrações financeiras anexas e na determinação do investimento remunerável.

(2) CAPITAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações das assembleias gerais dos acionistas; no entanto, de acordo com os estatutos, possuem as seguintes vantagens:

(a) prioridade de um dividendo mínimo anual de 8% ou garantia, pelo Governo Estadual, do dividendo anual de 6%;

(b) prioridade no reembolso de capital.

De conformidade com os estatutos sociais o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 1977, a participação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte correspondia a 70% das ações ordinárias da Companhia.

A distribuição de dividendos em dinheiro depende do cumprimento de certas cláusulas contidas em contratos de empréstimo. Outrossim, como no ano de 1977 a COSESN recebeu recursos da "Reserva Global de Garantia", instituída pelo Decreto-lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974, os dividendos das ações pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte e a ELETROBRAS serão reinvestidos no capital social, nos termos da Portaria nº 365/75, do Ministério das Minas e Energia.

De acordo com os estatutos sociais, a forma de participação nos lucros para os empregados é estabelecida pela Assembleia Geral dos Acionistas.

(3) EMPRÉSTIMO:

Compreende o seguinte:

Credor	Juros e outros encargos % a a	Saldo em 31 de dezembro de 1977	
		Moedas diversas	Cruzeiros
Em moeda nacional			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS	6 a 12	(1)	86.077
Ministério Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	8 a 9		5.964
Banco Nacional de Habitação - BNH	3 a 6	(2)	13.538
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	8		4.987
Total em moeda nacional			Cr\$ 110.576
Custo prazo			27.733
Longo prazo			82.843
Total em moeda nacional			Cr\$ 110.576
Em moeda estrangeira			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS			
Contratos de moeda do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,25	US\$ 1.437	23.057
203/SF-BR	5,5	CAN\$ 71	1.046
14/OC-BR	7	US\$ 20	316
122/OC-BR	8 a 8,5	US\$ 331	5.219
Contratos sa-CFLNB			29.730
Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID)	8	US\$ 2	28
Total em moeda estrangeira			2.866
Custo prazo			28.872
Longo prazo			2.984

(1) Empréstimo sujeito à correção monetária ao mesmo coeficiente aplicável ao ativo imobilizado.

(2) Empréstimo sujeito à correção monetária pela variação no valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

(3) Empréstimo sujeito à correção monetária pela variação de Unidade Padrão de Capital (UPC).

(4) ESCALONAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS:

É o seguinte, a longo prazo:

Ano de vencimento	Moedas		
	CAN\$	US\$	MCR\$
1979	3.282	161.716	20.207
1980	3.282	161.716	13.489
1981	3.282	155.173	9.188
1982	3.282	155.173	7.159
1983	3.282	155.173	7.006
1984	3.282	155.173	4.854
1985	3.282	155.173	4.854
1986	3.282	155.173	4.790
1987	3.282	155.173	4.615
1988	3.282	140.126	4.238
1989	3.282	62.458	2.801
1990	3.282	—	1.763
1991 até 1999	27.896	—	9.758
	—	—	14.994
	CAN\$ 67.280	US\$ 1.612.227	CR\$ 109.716

A importância de Cr\$ 14.994 mil refere-se à previsão da correção monetária dos empréstimos em moeda nacional.

(5) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA:

O Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) está reclamando da Companhia contribuições previdenciárias referentes aos exercícios de 1963 a 1968, cujo valor atualizado, inclusive multas, foi estimado em Cr\$ 8.840 mil. A Companhia está contestando a exatidão da notificação e estima a contingência, nesse respeito, em torno de Cr\$ 5.525. A Companhia deu seu devido respeito em garantia dessa ação.

(6) IMPOSTO DE RENDA:

De acordo com as Leis N°s 3.995/61 e 4.869/65 e conforme entendimento da Companhia da Lei N° 6.264/75, seus lucros estão isentos do imposto de renda até 31 de dezembro de 1980.

(7) REMUNERAÇÃO DO INVESTIMENTO:

A taxa de remuneração do investimento obedece às determinações do Ministério das Minas e Energia e às normas estabelecidas na Lei 5.655, de 20 de maio de 1971. A taxa computada no cálculo das tarifas no exercício de 1977 foi de 10% ao ano sobre o investimento em obras e serviços em andamento, realizado com capital próprio, foram calculados juros de 10% ao ano, debitados ao custo das obras e serviços, creditados a receitas estranhas à exploração e, posteriormente apropriados à reserva para aumento de capital.

As tarifas aplicadas durante o exercício, acarretaram a seguinte movimentação na deficiência de resultado a compensar acumulada:

Saldo da deficiência de resultado a compensar em 31 de

Saldo da deficiência de resultado a compensar em 31 de dezembro de 1976	37.638
Excesso de remuneração do investimento, no ano	285
Saldo da deficiência de resultado a compensar em 31 de dezembro de 1977	37.353

(8) COMPENSAÇÃO:

Compreende as seguintes contas:

Deficiência de resultados a compensar	37.353
Ações cíveis e fiscais	3.312
ELETROBRAS - Reserva global de reversão e garantia	29.489
Outras contas	940
	Cr\$ 71.094

A conta de ações cíveis e fiscais registra a parcela não provisionada, por conta da reclamação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que está sendo contestada pela Companhia, conforme comentado na Nota 5.

PRUDÊNCIO ABRE MAIS UMA LOJA



Em prosseguimento ao plano de expansão da sua empresa, que há vários anos lidera o comércio de baterias no Rio Grande do Norte, **José Prudêncio Sobrinho** inaugurou no dia

31 de março último mais uma filial: O **LOJÃO DAS BATERIAS**. O ato inaugural foi prestigiado por clientes, amigos, autoridades, empresários e pessoas representativas do nosso meio.

Localizado à Av. Alexandrino de Alencar, 1046, fone 231-6003, o **LOJÃO DAS BATERIAS** possui amplo estacionamento próprio para facilitar o atendimento dos clientes, além de um grande salão de exposição onde podem ser encontradas as melhores marcas de acumuladores do país, dentre os quais **Vulcânia, Saturnia e Presolite**. O **LOJÃO DAS BATERIAS** é o único revendedor do Estado que oferece 12 meses de garantia para qualquer marca de acumuladores.

A nova loja de **Prudêncio** recebeu bênção de **Dom Nivaldo Monte**. Na solenidade de inauguração falou o presidente do **Clube de Diretores Lojistas Airton Costa**, que ressaltou as qualidades humanas e o dinamismo empresarial de **José Prudêncio Sobrinho**. Este, encerrando a solenidade, agradeceu as palavras do presidente do **CDL** e afirmou o seu propósito de continuar trabalhando dentro dos mesmos padrões que toda Natal já conhece. Por último foi servido um coquetel aos presentes.

Por que as ações do BASA (Banco da Amazônia S. A.) representam um bom negócio

É simples. Veja este quadro com os resultados financeiros do Basa, no triênio 75/77:

	1975 Cr\$	1976 Cr\$	1977 Cr\$	Incremento 75/77
Aplicações globais *	5,10 bilhões	7,66 bilhões	10,76 bilhões	110,95%
Empréstimos *	4,19 bilhões	6,00 bilhões	8,82 bilhões	110,31%
Depósitos *	1,25 bilhões	1,78 bilhões	3,14 bilhões	149,82%
Recursos próprios *	476 milhões	718 milhões	1,38 bilhões	191,60%
Resultado líquido **	83,2 milhões	129,7 milhões	400,3 milhões	381,13%

* Saldo em 31 de dezembro.

** Antes de deduzido o Imposto de Renda, segundo a nova lei das S.A.

Agora veja isso:

Em 1975, foram negociadas 10,6 milhões de ações do Basa. No ano seguinte, 9,2 milhões. Em 77, 13,9

milhões. E, somente nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, foram negociadas 5,98 milhões de ações do Basa, registrando-se a cotação média de Cr\$ 0,85 em janeiro e Cr\$ 1,08 em fevereiro (no último dia desse mês, a cotação foi de Cr\$ 1,15).

O desempenho do Banco, durante estes últimos anos, é a explicação para a grande procura às ações do Basa e para o volume de papéis negociados nas bolsas do Rio e São Paulo.

No triênio 75/77, a remuneração das ações (dividendos mais bonificação) foi de 35% em 75, 51% em 76 e 61% em 77.

O pay-out, que, no primeiro semestre de 77, foi de 18,26%, passou para

23,3%, no segundo.

O lucro disponível, por ação, sobre o capital médio do período, foi de Cr\$ 0,63.

Você ainda pode subscrever ações do Basa e ganhar um abatimento de 42% no Imposto de Renda.

Informações e Vendas:



SERVECRED
corretora de títulos e valores mobiliários *Ltda*

Membro da Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte

Av. Floriano Peixoto, 559-Grupo 2 - Tels. 222-2262/222-4249

NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

A PARTIR DE 78, O FIM DOS "PROJETOS-CAVEIRAS"

Durante vários anos o norte-riograndense se acostumou com a imagem de alguns projetos industriais, incentivados pela SUDENE, que, por falta de recursos ou má administração, se transformaram nos chamados "projetos-caveiras", fazendo com que muitos não acreditassem no programa de industrialização da SUDENE, no Rio Grande do Norte.

Estes projetos começaram ser implantados há dez anos atrás, porém, até agora, não produziram nada, somente contribuindo para criar uma imagem negativa da SUDENE e para que os mais pessimistas levantassem a tese de que o Rio Grande do Norte era um Estado inviável.

TEMPO DE CONFIANÇA — Mas 1978 está sendo anunciado como o ano de mudanças e de reestruturação das empresas "esqueletos", que estão recebendo um tratamento especial da SUDENE e exigência desse mesmo órgão para que se definam ou que seu controle acionário passe para grupos interessados em continuar com o projeto.

Pelo menos é o que deixa transparecer o Chefe do Escritório da SUDENE, em Natal, Antônio de Pádua Pessoa, que cita diversas transações, que visam reativar as indústrias, entre as quais a DUBOM A FORTESA, a COIRG, a NATÉCIA e a SIDERUSA, quase todas localizadas às margens da rodovia Natal Eduardo Gomes.

SABONETES — Em 1969 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE a instalação de uma fábrica de sabonetes finos em Natal a DUBOM S/A, iniciativa do grupo capixaba Forzly, que aproveitaria o Know-how de sua fábrica em Vitória do Espírito Santo. Os incentivos dos Artigos 34/18 foram liberados, mas somente se construiu o prédio e os poucos equipamentos adquiridos nunca chegaram a funcionar.

Esta situação permaneceu até o ano de 1977, quando o controle acionário da DUBOM passou do Grupo Forzly, representado pela família Carone, para o do empresário pernambucano Jaime Peixoto, que está atuando em Natal, no comércio da cerveja. O grupo está recuperando a empresa, levantando e resolvendo problemas burocráticos e de ordem jurídica

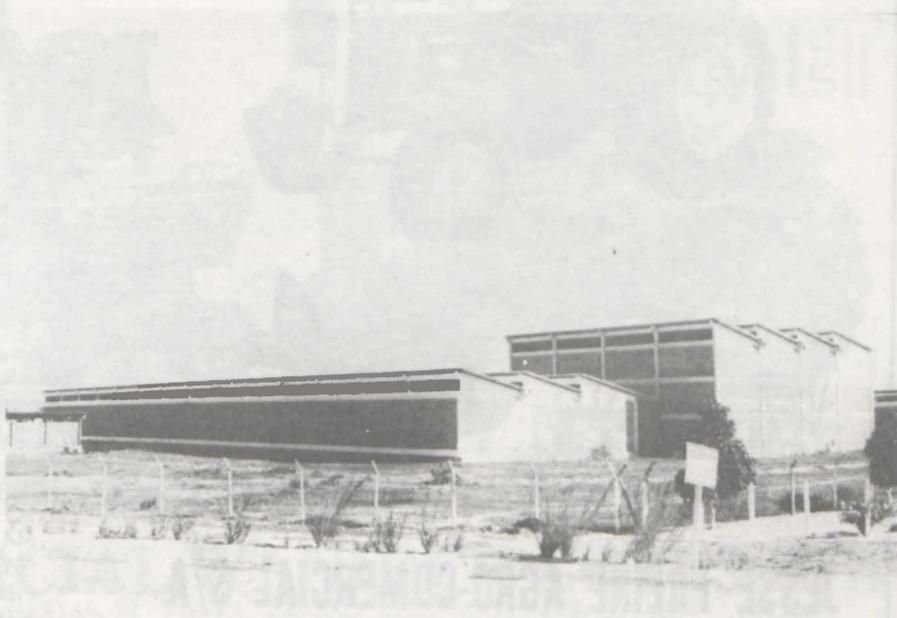
BOTÕES — A Fábrica de Botões Forte S/A — FORTESA, há algum tempo começou a produzir, porém em caráter quase artesanal e com pequena produção, o que não justificava o grande investimento. A FORTESA é uma das indústrias que surgiram em 1968, e era liderada por Fernando Cysneiros.

Recentemente a Botões Forte S/A foi adquirida pelo industrial Arnaldo Von Sydow, e, há seis meses atrás, foi iniciado um projeto de ampliação, com aumento da capacidade operacional. O investimento na área do FINOR é de Cr\$ 2.093.997,00, tendo sido liberados apenas Cr\$ 593.900,00 até o momento.

COIRG E NATÉCIA — Localizadas no município de Eduardo Gomes, as duas empresas foram criadas em 1968 e se transformaram, no decorrer destes dez anos, em "esqueletos da SUDENE". Os dois projetos pertenciam, na época a um mesmo grupo, comandado pelos empresários Newton Câmara e Expedito Amorim, sendo que para a COIRG se fez até a festa da cumeira.

A COIRG — Companhia Industrial Rio-Grandense do Norte, se destina ao aproveitamento do côco-da-baía. Suas instalações industriais já estão quase todas prontas e a SUDENE acredita que comece a funcionar nos próximos meses. O investimento, através do FINOR, é de Cr\$ 3.392.349,00, sendo que já foram liberados Cr\$ 1.982.900,00.

Já a Natécia, S/A, projeto industrial de confecções de toalhas, não teve, na ocasião, o mesmo destino da COIRG, pois o grupo não concluiu suas instalações físicas e nem adquiriu maquinaria. Agora, seu controle acionário foi adquirido pelo Grupo Arnaldo Irmãos, de Parelhas, que tem muito conceito e solidez em toda a região Seridó.



Os "projetos-caveiras" serão transformados em indústrias de verdade.

INDUSTRIALIZAÇÃO

ALGIMAR — A Indústria Química de Alginatos — ALGIMAR, situada à margem esquerda do rio Potengi, bem próximo à praia da Redinha, é o mais velho projeto da SUDENE que ainda não está em funcionamento. Iniciativa do Conde de Sternberg, a ALGIMAR era a grande esperança, nos idos de 1966, pois vinha para dar emprego às populações praieiras, durante a época de colheita das algas marinhas, a sua matéria prima.

Em todas as praias do Estado a ALGIMAR se fez presente e começou a comprar o produto básico. Mas em termos de aproveitamento das algas, com a sua industrialização, transformando-as em alginatos e farinha de algas, nenhuma providência foi tomada, e há quem denuncie que ela tem apenas exportado alga prensada, o que é terminantemente proibido pela SUDENE.

A SUDENE ainda crê no projeto da ALGIMAR, porém está exigindo que se faça uma nova composição de diretoria. Se os entendimentos se concretizarem, é bem provável que ela comece a funcionar ainda este ano.

SIDERURGIA — Animados com a futura instalação de um Polo Metal-Mecânico no Estado, e mais recentemente com as notícias da descoberta de grandes jazidas de ferro no interior do Rio Grande do Norte, o Grupo SIDERUSA pretende fazer sua indústria funcionar, ainda este ano, depois de dez anos de projeto e instalações físicas pela metade. O projeto inicial previa o aproveitamento da sucata exigente na região, para produção de trefilados, mas há quem garanta que haverá modificações.

A SIDERUSA pertencia à família Amorim, mas seu controle acionário foi adquirido por um grupo cearense, que industrializa a Coca-Cola, em Fortaleza e em Natal.

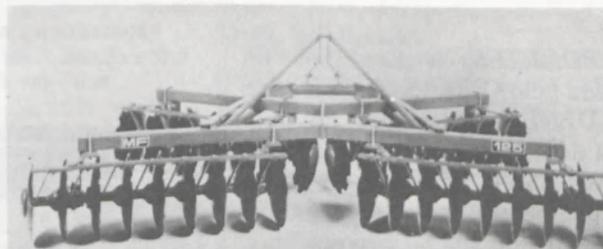
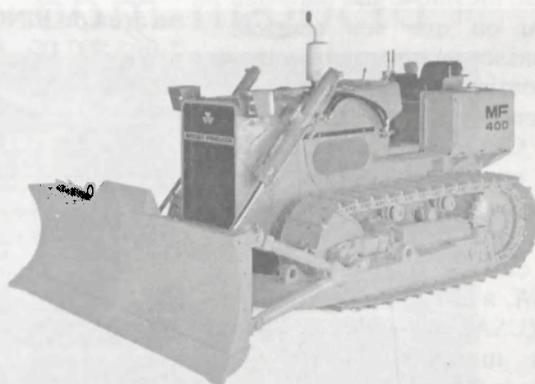
MAMONA — Superando fases de grande dificuldade, quando inclusive chegou a figurar como “projeto caveira”, a Salha S/A — Indústria e Comércio de Óleos será inaugurada este ano, mas já está em funcionamento experimental. Ela vai transformar a semente da mamona em óleo de dois tipos, torta

para adubo e ração, além de incentivar a pesquisa e fomentar a plantação de mamona, em todo o Estado. O investimento é da ordem de 64 milhões de cruzeiros, na parte industrial e 20 milhões de cruzeiros, no setor agrícola.

A Salha S/A pertence ao grupo capitaneado por Nagib Assad Salha e há um ano e meio conta com a participação do ex-reitor da UFRN, Genário Fonseca. Ela abrirá nova alternativa para a agricultura do Estado.

OUTRAS INDÚSTRIAS — Também acontecerão outras inaugurações, em 1978, porém de projetos mais recentes e no prazo previsto pela SUDENE. Como exemplos, o Chefe do Escritório da SUDENE cita a BRASINOX — Brasil Inoxidáveis S/A, fábrica de equipamentos de aço para cozinhas industriais, montando também refrigeradores; a Companhia Brasileira de Esferográficas, agora pertencente a Alonso Bezerra; e a Sperb Nordeste S/A, indústria Têxtil dirigida por um grande grupo do Rio Grande do Sul.

COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !

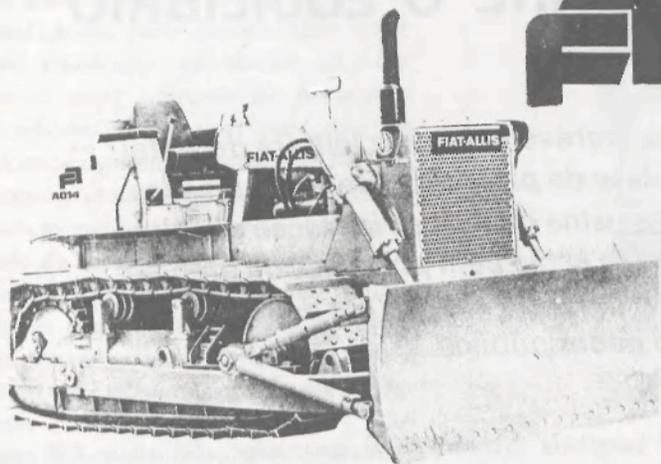


JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

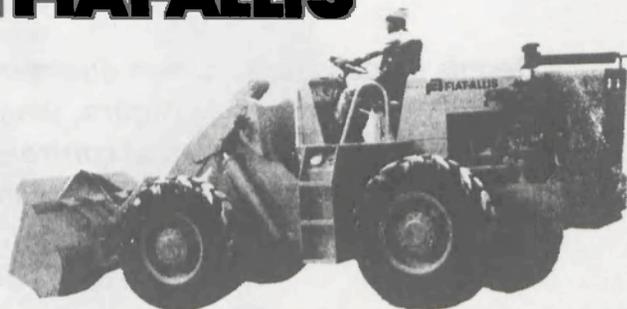
MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE
FILIAL: Rua Alfredo Fernandes, 4
MOSSORÓ — RN

A TURMA DA PESADA

FIAT-ALLIS



TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALL IS"



PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"

DRESSER

Galion



GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS

TT
TEMA-TERRA



ROLOS COMPACTADORES "TEMA-TERRA"

FIAT

CAMINHÕES MEDI-
OS E PESADOS
"FIAT-DIESEL"



HWB



MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"

VALMET



TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADEIRAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS

M

COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

AV. DUQUE DE CAXIAS, 50 FONES 222-1525 222-3778 222-4180 222-1554 NATAL
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 FONE 321-5186 MOSSORO R.N.

BACIA LEITEIRA READQUIRE O EQUILÍBRIO

Depois de passar por crises quase insuperáveis, a bacia leiteira de Natal se restabelece e atinge, agora, uma fase de prosperidade. Organizados em uma cooperativa, a qual controla a usina de industrialização do leite, os produtores da bacia leiteira natalense estão bem próximos de atender toda a demanda do mercado, esperando apenas um pouco mais de apoio do poder público.

A bacia leiteira potiguar vem crescendo acentuadamente nos últimos dois anos. Esse crescimento, porém, ainda está longe de permitir o suprimento das necessidades internas, sendo pois o Rio Grande do Norte forçado a importar diariamente o leite dos Estados vizinhos, sendo que Natal, sozinha, consome 37 mil litros/dia, dos quais 5 mil vêm de fora.

Depois de suportar sérias crises que quase geraram a completa falência do setor, crises que segundo alguns produtores de leite tiveram origem na má administração que se fazia na única indústria de pasteurização de Natal, hoje a bacia leiteira atravessa uma fase de estabilidade, estando essa indústria (a ILNASA) sob o comando da própria cooperativa dos fornecedores de leite, que a encamparam com o apoio do Governo do Estado.

HARMONIA E COMPREENSÃO — A ILNASA — Indústria de Laticínios de Natal S/A, com o controle acionário nas mãos da Cooperativa, executa hoje uma política empresarial que atende plenamente aos interesses dos produtores, pagando com pontualidade o preço justo, situação que está gerando estímulos naturais para que se façam projetos no sentido de aumentar a produção leiteira. Teodósio Lamartine Paiva, secretário geral da Cooperativa de Laticínios, afirma as coisas vão muito bem. Diz ele:

“No momento, estamos vivendo

um clima de total harmonia e compreensão entre a Cooperativa e os produtores de leite, e cada vez mais podemos sentir o espírito de união que está existindo entre nós”.

“E verdade — acrescenta o secretário — que nem sempre as coisas caminharam bem. Já tivemos, anteriormente, muita desarmonia; já vivemos períodos de desentendimento entre a ILNASA e os produtores, o que gerou várias crises. Mas, agora, tudo está contornado. E a Cooperativa, que tem por objetivo ajudar a todos os produtores, vem conseguindo colocar ordem e união onde antes ninguém se entendia. Agora, os bons resultados que estão sendo obtidos são repartidos com todos”.

A COOPERATIVA — Que significado tem esta Cooperativa de Laticínios? Por que a ILNASA não teve condições de se impor, sem necessidade de passar por uma mudança radical? Estas perguntas feitas a Teodósio Lamartine tiveram respostas seguras e imediatas.

“Primeiramente — disse — a Cooperativa de Laticínios de Natal Ltda. não visa exclusivamente o lucro; ela procura, acima de tudo, possibilitar a todos os produtores de leite o apoio necessário para que eles possam assegurar ao seu produto boa qualidade e bom preço. A prova de que o nosso trabalho está dando resultado é que todos estão confiando plenamente na Cooperativa. No momento, já contamos com

450 associados, dos quais 300 estão em plena atividade, fornecendo regularmente à ILNASA, enquanto os 150 restantes caminham para, dentro em breve, entrar no rol dos produtores”.

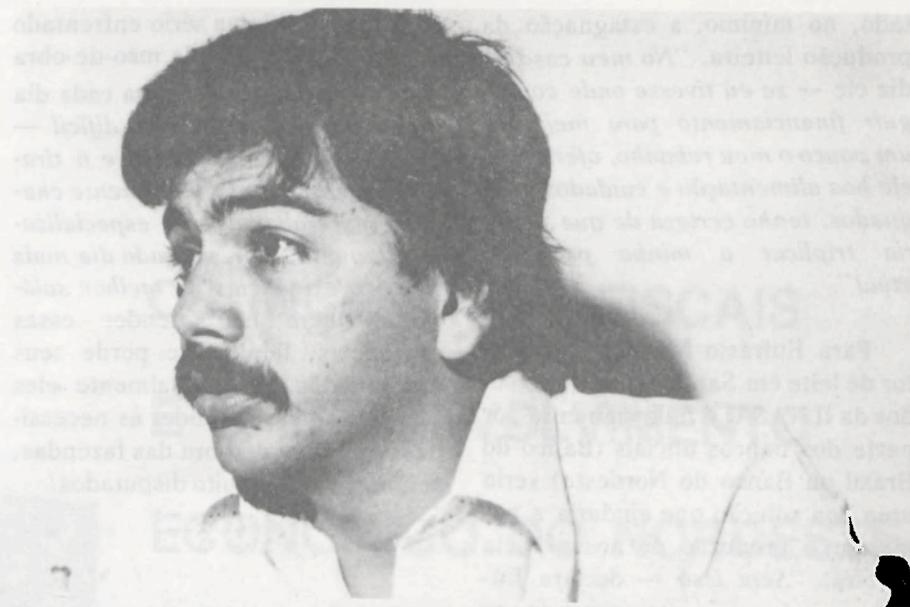
“Com relação à segunda pergunta — prossegue Teodósio — acredito que problemas de organização e administração influíram para que a ILNASA não pudesse se impor perante os produtores de leite. Agora, como simples industrializadora do produto, ela cumpre um papel importante para a solução dos problemas da classe e trabalha tranqüilamente, assegurando à população um serviço do melhor nível”.

O DEFICIT — Atualmente, a bacia leiteira da capital oferece apenas 32 mil litros do produto para o consumo diário, quantidade esta integralmente beneficiada pela ILNASA. As necessidades do mercado natalense, porém, são hoje da ordem de 37 mil litros, originando-se assim o *deficit* que tem de ser coberto pela importação de leite *in natura* do Estado de Alagoas.

O que fazer para deixar de importar o produto? Esta pergunta foi feita ao secretário geral da Cooperativa e depois a vários produtores. Teodósio Lamartine afirmou:

“Existem problemas a serem ainda sanados, a fim de que se possa atingir o objetivo principal que é deixar de se importar o leite. Isto exige um trabalho a longo prazo, com a interveniência do Governo através

da concessão de maiores incentivos à pecuária leiteira, como financiamentos para aquisição de matrizes de gado mestiço, para formação de pastagens, para inseminação artificial, ensilagem, etc. Enfim, só o Governo pode oferecer ao pecuarista condições financeiras para que ele alcance os meios de produzir bem. A propósito, anteriormente, o Governo até chegava a oferecer prêmios (a título de incentivo) aos criadores: cada hectare de capim plantado significava Cr\$ 50,00 de prêmio; a construção de silos, a fim de guardar a forragem para a época da seca também era incentivada. Tudo era feito através de programas e convênios dos quais participava a SUDENE, a EMATER e a Secretaria de Agricultura, mas não sei porque razão esses programas deixaram de existir. Sem apoio, o pecuarista, principalmente o pequeno, sente dificuldades imensas para melhorar seu rebanho e sua produção de leite".



Teodósio Lamartine Paiva:

"Só o Governo pode oferecer ao pecuarista condições financeiras para que ele alcance os meios de produzir bem".

José Silva, criador de gado e pequeno produtor de leite no município de Santana do Matos, é de opi-

nião que a falta de recursos para investir na melhoria do rebanho e na formação de pastagens tem acarre-

**TAMBÉM NO SERIDÓ
O VOLKSWAGEN DIZ
PRESENTE**



A SERTANEJA
DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA.

Revendedor Autorizado VOLKSWAGEN
VEÍCULOS — PEÇAS — OFICINAS

Caixa Postal, 22 - Enderço Telegráfico: "SERTANEJA"

R. Cap. Mor Galvão, 287 - Fone 237
Currais Novos - Rio G. do Norte



tado, no mínimo, a estagnação da produção leiteira. *“No meu caso — diz ele — se eu tivesse onde conseguir financiamento para melhorar um pouco o meu rebanho, oferecer a ele boa alimentação e cuidados adequados, tenho certeza de que poderia triplicar a minha produção atual”.*

Para Eufrásio Medeiros, produtor de leite em Santa Cruz e fornecedor da ILNASA, o financiamento por parte dos bancos oficiais (Banco do Brasil ou Banco do Nordeste) seria uma boa solução que ajudaria a aumentar a produção da nossa bacia leiteira. *“Sem isso — declara Eufrásio — só resta a alternativa de um bom inverno, quando temos oportunidade de produzir mais leite e ganhar um pouco mais, uma vez que neste período temos pasto abundante e não precisamos comprar insumos. No inverno, tudo é a nosso favor. O gado engorda solto, com boa pastagem; produz maior quantidade de leite e oferece, logicamente, oportunidade de aumentarmos um pouco o nosso potencial de lucro, que fora do inverno é bem pequeno. Na seca, temos de comprar ração balanceada e sais minerais, o que acarreta uma despesa muito grande, sob pena de assistirmos uma queda brusca da produção do rebanho”.*

DIFICULDADES — Entre os pecuaristas, existe uma classe privilegiada, com melhores meios para superar problemas que aos demais causam muitos vexames: é a classe dos que tiveram projetos aprovados pela SUDENE e que, às custas do 34/18, conseguiram fundar em suas propriedades uma boa infraestrutura para a criação de gado, construindo bons açudes, silos-trincheira, formando pastagens, comprando matrizes e reprodutores de boa origem, etc. Porém, essa classe privilegiada é muito pequena, e a grande maioria dos pecuaristas fica mesmo à mercê dos bancos oficiais, buscando um crédito que cada dia fica mais difícil.

Outro problema sério enfrentado atualmente é a falta de mão-de-obra especializada, que se torna cada dia mais cara. *“O trabalho é difícil — diz Teodósio Lamartine — e o tirador-de-leite, como vulgarmente chamam os trabalhadores especializados daquele setor, vai cada dia mais fazendo exigências de melhor salário”.* Quem não atender essas exigências, fatalmente perde seus empregados, pois atualmente eles são poucos para atender às necessidades de mão-de-obra das fazendas, sendo portanto muito disputados.

OS LUCROS — Os lucros auferidos pela produção do leite *in natura* são apenas razoáveis, vivendo os produtores na permanente expectativa dos reajustes do preço, feitos regularmente pelo Governo Federal. Informa o secretário geral da Cooperativa:

“Atualmente (antes do recente aumento de 15%) o preço do leite para o produtor é de Cr\$ 3,70 por litro. Entretanto, deste total, o produtor ainda está sujeito ao desconto obrigatório para o FUNRURAL, na base de 2,5 por cento. Cobrando Cr\$ 0,85 pelos serviços de resfriamento, industrialização e empacotamento de cada litro, a ILNASA entrega o produto aos revendedores ao preço de Cr\$ 4,55, chegando este ao consumidor por Cr\$ 4,70, com uma margem de lucro para o intermediário de apenas Cr\$ 0,15 por litro.

INVERDADE — Com referência aos rumores existentes em Natal de que a ILNASA estaria comprando leite em pó em Alagoas, que aqui seria reidratado, complementando assim as necessidades do mercado consumidor, Teodósio Lamartine Paiva foi taxativo ao se referir ao assunto:

“Isto é uma inverdade. Não está acontecendo este problema conosco.

É um boato que peca pela base, uma vez que — mesmo que quiséssemos assim proceder — não possuímos na ILNASA máquinas próprias para esse tipo de serviço. Todo o leite que recebemos de fora vem da CILA (Companhia Industrializadora de Leite de Alagoas), in natura, apenas resfriado, chegando até Natal em excelentes condições, o que pode ser comprovado uma vez que a GEIPOA mantém dois funcionários permanentemente dentro da ILNASA, no serviço de fiscalização da qualidade do produto, desde a sua entrada na empresa até a sua saída para o consumidor. Esta fiscalização federal é uma prova de que todo produto que beneficiamos é da melhor qualidade. Recebemos todos os dias dos nossos fornecedores de São Paulo do Potengi, Bom Jesus, Monte Alegre, São José de Campestre, Santa Cruz, Tangará, Macatuba, São Pedro do Potengi, Riachuelo, Santana do Matos (o mais longínquo município fornecedor) uma média de 32 mil litros de leite, o que demonstra uma evolução muito rápida da produção da nossa bacia leiteira, que há dois anos produzia apenas 14 mil litros. Estamos fazendo um esforço muito grande para alcançar, ainda este ano, uma produção local de 42 mil litros, o que significará a multiplicação por três da nossa bacia, em apenas dois anos. Se atingirmos essa meta, acabaremos com a importação totalmente”.

O AUMENTO — Quando o RN-ECONÔMICO concluía a sua entrevista com o secretário geral da Cooperativa de Laticínios de Natal Ltda. chegava a notícia de que, conforme entendimentos previamente mantidos com a classe, o Governo fixava em 30% o índice do novo aumento do preço do litro de leite, percentual este a vigorar em duas etapas. Para Teodósio Lamartine, esta alta é uma grande notícia que tranquiliza e estimula a quantos hoje se dedicam à produção leiteira, pois o preço antigo já vinha representando um pesado sacrifício para a maioria.



OS INCENTIVOS FISCAIS E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE

João Frederico Abbott Galvão Jr.

Formado em Direito pela UFRN, o autor deste artigo estudou economia na Universidade de Brasília e pertence ao Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores desde o ano de 1970. Convidado pelo atual governo do Rio Grande do Norte, ele ocupou durante três anos a Chefia da Assessoria Especial do gabinete do governador, de onde saiu no início deste ano para prestar serviços na Assessoria Internacional do Ministério da Educação. Interessado pelos temas econômicos do Nordeste, João Frederico Abbott Galvão Jr. tem vários trabalhos escritos sobre a região. Neste artigo, ele relata como funciona o mecanismo de incentivos fiscais, a sua evolução e os benefícios que eles carregaram para cá, nas últimas décadas.

Incentivo é estímulo. E incentivo fiscal é o estímulo oferecido pelo Governo a determinada atividade econômica ou região geográfica, sob a forma de recursos que normalmente arrecadaria e de que abre mão em seu favor. Constitui um tipo de isenção tributária parcial ou total, temporária ou permanente, utilizada como meio de combater distorções econômicas setoriais ou desequilíbrios regionais na distribuição da riqueza. Seu aparecimento no Brasil data de 1961, quando a Lei nº 3.995, de 14.12.61, autorizou as empresas nacionais a deduzir 50% do imposto de renda devido

à União, para aplicá-los em projetos aprovados pela SUDENE.

Em seu sentido etimológico, desenvolver significa "tirar do invólucro". Literalmente, portanto, desenvolvimento é o fenômeno que retira de uma economia qualquer a embalagem de atraso, dependência e pobreza que a envolve. Esse é o sentido amplo do termo. No sentido estrito que nos interessa, contudo, desenvolvimento é a modificação estrutural do sistema econômico, decorrente do aumento ou da melhor utilização dos fatores de produção e indutora da elevação da renda real da população. É conceito novo, uma

vez que a teoria do crescimento econômico não começou a ser elaborada senão na década de 1930.

Tornou-se necessário estimular com incentivos fiscais o desenvolvimento do Nordeste porque a região se apresentava, em 1960, como um dos dois casos mais importantes de subdesenvolvimento regional do Mundo Ocidental, ao lado do **Mezzogiorno** italiano. Ocupado por uma população de 22.428.873 habitantes segundo o Censo daquele ano, possuía, entretanto, uma renda **per capita** equivalente a apenas um terço da do Sul do país.

Tal situação não decorria de

nenhum grave problema recente, mas de um lento processo de perda de posição relativa na economia nacional. A gênese daquela perda de posição pode ser encontrada na concentração regional de renda, fenômeno encontrável em não poucos países de extensão geográfica mediana ou grande. Em sua "Formação Econômica do Brasil", Celso Furtado brinda ao leitor com uma lúcida e sintética descrição do fenômeno, que tentaremos interpretar nos dois parágrafos seguintes.

O elemento desencadeador do processo de concentração regional da renda é a pobreza relativa de recursos naturais de uma região. Coexistindo na mesma economia com uma região mais rica, sob um único sistema monetário, a mais desprovida de recursos naturais apresentará menor produtividade por unidade de capital investida. Dessa maneira, os capitais formados na região privilegiada serão normalmente reinvestidos nela própria. Por outro lado, até mesmo os capitais que se formam na região mais pobre tendem a emigrar para a mais rica, onde terão maior remuneração. Tais fatos, somados, geram nesta última região uma concentração de inversões que aumenta ainda mais a rentabilidade dos capitais investidos em suas atividades.

Do ponto de vista da região mais pobre, o aspecto fundamental é o maior preço dos gêneros de primeira necessidade, reflexo da pobreza ou inadequada utilização das terras. Sendo relativamente elevado o custo de subsistência da força de trabalho, os salários monetários tendem a ser altos em relação à produtividade, se comparados aos da região mais rica em recursos naturais. Caracteriza-se um permanente desestímulo à expansão

O fosso que se abre entre uma e outra região tende a alargar-se continuamente.

econômica. Além disso, o próprio desemprego que a estagnação acarreta, cujo resultado normal seria a redução do salário médio, deixa de influir sobre a economia subdesenvolvida quando, em resposta a ele, a mão-de-obra excedente se desloca para a região mais rica, indo beneficiá-la ainda mais ao pressionar o mercado de trabalho.

Uma vez iniciado esse processo, sua reversão espontânea é praticamente impossível. Até o contrário: o fosso que se abre entre uma e outra região tende a alargar-se continuamente. Pois as condições mencionadas acima criam um mecanismo inexorável, que coloca a região privilegiada numa espiral ascendente de desenvolvimento, enquanto deixa a subdesenvolvida presa a um círculo vicioso de estagnação. Somente a intervenção decidida do Governo pode oferecer à região a força centrípeta necessária à superação das enormes dificuldades que se lhe apresentam.

As preocupações do Governo Federal com as desigualdades regionais não se manifestaram originalmente em 1961, com a criação dos incentivos fiscais. Quinze anos antes, o Art. 198 da Constituição de 1946 já destinava 3% da renda tributária da União a um plano de defesa contra os efeitos das secas no Nordeste. A Inspeção de Obras Contra as Secas, mais tarde transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), en-

carregar-se-ia da administração daqueles recursos. Além disso fora criado em 19 de julho de 1952 o Banco do Nordeste do Brasil S. A., destinado a estimular a economia nordestina. E em 15 de dezembro de 1959 havia sido constituída a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a primeira agência regional de desenvolvimento da América Latina.

A SUDENE e o Banco do Nordeste viriam a ser os gestores de toda a política de incentivos fiscais concebida pelo Governo para desenvolver a região. Essa política, implantada a partir de 1961 pela Lei nº 4.239, como dissemos no início do trabalho, baseava-se na relação entre três agentes: a empresa optante, a empresa beneficiária e os órgãos oficiais de gestão. Optante era a empresa, sediada em qualquer área do país, que decidia deduzir do imposto de renda devido uma porcentagem a ser investida em firma que desenvolvesse no Nordeste projetos aprovados pela SUDENE. À empresa beneficiária era facultado captar os incentivos fiscais de tantas empresas optantes quanto conseguisse.

No que se refere aos órgãos de gestão, a SUDENE, por um lado, examinava os projetos e acompanhava a aplicação dos recursos, para que atendessem às exigências oficiais. O Banco do Nordeste, por outro, era o depositário de todos os incentivos fiscais e tinha o encargo de cuidar que fossem aplicados em algum projeto aprovado para empresa beneficiária, no prazo de três anos, a partir do depósito, sob pena de se transformarem em obrigações de renda fixa. O depósito do valor deduzido por cada firma optante devia ser feito na data em que fosse devido o imposto de renda.

Esse era o mecanismo que se

tornou conhecido como Sistema 34/18. Os números correspondem aos Artigos 34, da Lei nº 3.995/61 e 18, da Lei 4.239/63.

O primeiro deles autorizava as empresas de capital 100% nacional (o grifo é nosso) a deduzir metade do imposto devido em suas declarações de renda, para aplicação em indústria considerada pela SUDENE de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. Determinava que a importância deduzida fosse depositada em conta especial do Banco do Nordeste — com o visto da Divisão de Imposto de Renda — para ser depois liberada parceladamente, segundo o plano de aplicação aprovado pela SUDENE e na proporção das necessidades do projeto.

O Artigo 18 da Lei nº 4.239/63, por sua vez, permitia descontar do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis devidos: até 75% do valor das obrigações adquiridas à SUDENE, para o fim específico de ampliar os recursos do FIDENE; e até 50% das inversões feitas em projetos agrícolas ou industriais aprovados por aquela agência de desenvolvimento. Cabe uma explicação: as obrigações do FIDENE eram papéis de renda fixa emitidos pelo prazo de 10 anos, com juros de 5% ao ano sobre o valor nominal; só podiam ser emitidas, a cada exercício, até o valor de Cr\$ 3.000.000,00. Uma observação interessante que se pode fazer é a de que o capital exclusivamente nacional deixou, em 1963, de ser condição sine qua non para o uso dos incentivos pelas empresas optantes.

O Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste já previra, ademais, os seguintes incentivos: a) isenção do Imposto de Renda pelo prazo de dez anos, prorrogáveis por mais cinco, para as

Para superar o impasse, os empresários recorriam a intermediários que lhes cobravam vultosas comissões.

indústrias que se instalassem na região (era total para os empreendimentos sem similar local); b) isenção de impostos e taxas incidentes sobre a importação de equipamentos novos e sem similar no país; c) tratamento favorecido para financiamento ou aval pelo BNDE ou pelo Banco do Nordeste; d) oferecimento de câmbio favorecido para as transações com o exterior.

Importantes modificações começaram a ser introduzidas no Sistema a partir de 1964. Até aquele ano, as aplicações de incentivos fiscais somente podiam ser feitas sob a forma de participação no capital da empresa beneficiária. Porém o Decreto nº 55.334 permitiu que as aplicações se fizessem sob a forma de empréstimos, resgatáveis a partir do 5º ano de funcionamento da firma beneficiária, com a amortização posterior de pelo menos 20% a cada ano. A Lei nº 4.869/65, por outro lado, estendeu os incentivos fiscais ao setor de telecomunicações; passou a permitir, em casos especiais, a execução de projetos com até 75% de capital proveniente do Sistema 34/18; e estabeleceu critérios mais pormenorizados para o exame da prioridade dos projetos pela SUDENE. Mais tarde, em 1968, a Lei nº 5.508, entre outras disposições, prorrogou até 1978 as isenções parciais de imposto de renda já concedidas.

Não obstante os sucessivos aperfeiçoamentos, o Sistema 34/18 apresentava, ainda em 1974 uma séria distorção que lhe reduzia a eficácia: não conseguia equilibrar a oferta e a procura de incentivos fiscais, permitindo que esta se mantivesse muito acima daquela. Em consequência, a aprovação dos órgãos oficiais era dada a projetos que logo sofriam sucessivos atrasos em seus cronogramas de aplicação, precisamente porque aqueles mesmos órgãos não dispunham de recursos a liberar. Para superar o impasse, os empresários recorriam a intermediários que lhes cobravam vultosas comissões de captação e corretagem. Formava-se assim um mercado paralelo de incentivos, que tanto desvirtuava o Sistema 34/18 quanto ameaçava o próprio desenvolvimento regional.

Para fazer face ao problema foi baixado, em 12 de dezembro de 1974, o Decreto-lei nº 1.376, que, disciplinando toda a política de incentivos fiscais do Governo, criava o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET — para a pesca, o turismo e o reflorestamento) e o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), que nos interessa diretamente. Conforme a nova sistemática, o processo de desembolso dos recursos, deverá ser o mais rápido e simples possível, dado que, conforme as diretrizes estabelecidas pelo BNB/SUDENE, foi definido um esquema de ação segundo o qual o Banco do Nordeste procede às liberações do Fundo até, no máximo, 24 horas após o atendimento da última exigência que venha a ser feita no documento de aprovação da SUDENE.

O FINOR é um fundo regional de investimentos operado pelo Banco do Nordeste, sob a administração e Supervisão da

SUDENE. As pessoas jurídicas, mediante indicação em sua declaração de rendimentos, podem aplicar nesse novo fundo até 50% do imposto devido em cada exercício, respeitadas as deduções para o Programa de Integração Nacional e o PROTERRA. Recolhidas a qualquer banco autorizado através de documento de arrecadação, as parcelas são depois repassadas ao Banco do Brasil, que não poderá retê-las por mais de 15 dias, devendo por seu turno repassá-las ao Banco do Nordeste, de acordo com a previsão percentual fixada anualmente pelo Ministério da Fazenda.

Note-se que os incentivos não mais devem ser depositados pela própria empresa optante, em conta especial do Banco do Nordeste: simplificou-se o mecanismo para o investidor. Conservou-se, todavia, a necessidade de liberação das parcelas pela SUDENE. Mas esta passou a estar obrigada a indicar, no próprio documento de aprovação dos projetos, os montantes aprovados em favor da empresa beneficiária, mediante subscrição prévia de títulos de seu capital ou de debêntures, no valor nominal de cada liberação.

Ora, sendo indicados no próprio documento de aprovação dos projetos os recursos a serem canalizados para cada empresa, evita-se na origem o crônico desequilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos: a partir da instituição da nova sistemática, nenhum projeto será aprovado senão com todos os recursos necessários à sua execução. Evitam-se prejuízos às empresas, elimina-se a demora na liberação de recursos e se coíbe a onerosa intermediação. Outra disposição favorável ao equilíbrio entre a demanda e a oferta de incentivos é a possibilidade, antes inexistente, de o Governo Federal injetar recursos

adicionais no Sistema, sempre que necessário, através da subscrição de quotas inconversíveis em ações.

Exposto o mecanismo dos incentivos fiscais, desde sua constituição até os últimos aperfeiçoamentos, procuraremos agora descrever as modificações efetuadas na fisionomia econômica do Nordeste através de sua atuação.

Até março de 1970 já haviam sido aprovados 651 projetos industriais para a região, representando a soma de Cr\$ 2,1 bilhões, somente em incentivos fiscais, como parte em investimentos totais superiores a Cr\$ 4 bilhões. Há estimativas de que tais projetos, até sua conclusão, deverão criar cerca de 100.000 empregos diretos e 300.000 indiretos. À guisa de ilustração, reproduzimos abaixo uma tabela em que é mostrado o ritmo de expansão da indústria nordestina, a partir do ano da criação dos incentivos fiscais e até o ano da criação do FINOR.

Crescimento da Indústria no NE, sob o Sistema 34/18

Ano	Produto Industrial (variação anual em %)
1961.....	7,1
1962.....	6,6
1963.....	1,7
1964.....	5,2
1965.....	6,5
1966.....	11,5
1967.....	5,3
1968.....	16,3
1969.....	8,4
1970.....	10,8
1971.....	4,7
1972.....	11,8
1973.....	14,0
1974.....	12,4

Parece oportuno observar que o crescimento do produto industrial nordestino, desde a adoção do Sistema 34/18, esteve sempre acima do crescimento do Produto Interno Bruto do país, à exceção dos anos de 1969 (diferença de 0,6%) e 1971 (diferença de 6,6%).

O comportamento do setor primário não correspondeu ao do industrial, em parte porque aquele setor normalmente não pode conservar taxas elevadas de crescimento durante períodos longos. Além disso, é preciso levar em conta dois fatores específicos da região, que tendem a agravar tal tendência: o clima e as terras. As secas haviam chamado a atenção do Governo Federal para o Nordeste desde o período presidencial de Epitácio Pessoa, na década de 1920. E as terras da região, excetuada a faixa do litoral e as terras úmidas dos vales, são conhecidas como grandes extensões áridas ou semi-áridas onde só as plantas xerófilas vicejam facilmente. Mesmo assim, o crescimento médio anual do setor primário entre 1960 e 1968 atingiu o nível excepcional de 5,6%. Nos anos mais recentes, porém, não ultrapassou a média de 1,5% ao ano, sobretudo devido à seca de 1970 e às más condições climáticas prevalecentes em 1972.

No que se refere ao produto real (produto interno bruto menos crescimento demográfico), a região, que apresentara a taxa de incremento médio anual de menos de 4% entre 1947 e 1960, passou a crescer cerca de 5,1% ao ano na primeira metade da década de '60, saltando para 8,1 entre 1965 e 1969, enquanto a taxa nacional média para o período era de 6%. Entre 1969 e 1973, a taxa média estimada pela SUDENE foi de 7,8% a. a., ao passo que a nacional se situava no confortável patamar dos 10%. Faziam-se sentir os inconvenientes que resultariam na substituição do Sistema 34/18 em 1974.

Os efeitos da política governamental sobre a composição da população foram consideráveis: a população urbana, que correspondia a 34% do total em 1960, elevou sua participação para 42% já em 1970 e se prevê hoje que deverá superar a população rural até o fim da presente década, pois tem crescido à taxa de 4,6% ao ano, por oposição à rural, que vem crescendo 1,2% anualmente. As mudanças na distribuição da população economicamente ativa podem ser avaliadas pela tabela seguinte.

Distribuição da População Economicamente Ativa: 1950 a 1970

(em porcentagem)

Anos	Setores Produtivos			TOTAL
	Primário	Secundário	Terciário	
1950	73,8	8,3	17,9	100,0
1960	68,2	9,0	22,8	100,0
1970	62,6	10,6	26,8	100,0

Observe-se nas estatísticas acima o fato de que, a um crescimento de 2,3% na força de trabalho do setor secundário, diretamente beneficiado pelos incentivos fiscais em sua maioria, correspondeu o aumento de 8,9% na do setor terciário, o que reflete o caráter multiplicativo dos investimentos feitos na região. Apesar de todos os progressos, entretanto, estimativas da SUDENE dão conta de que na década de 1970/80 a oferta regional de empregos precisará expandir-se ainda mais rapidamente, a fim de atender a uma demanda agregada que possivelmente ultrapassará a casa dos 8.000.000 de empregos.

Examinemos agora, mesmo cada senão em junho de 1975, mas que carrou porcentagem considerável de todas as transferências federais para a região.

Incentivos Fiscais Destinados ao Nordeste, Via Sistema 34/18 e FINOR, em Cr\$ 1.000.000,00 de 1976

Fonte	Sistema 34/18	Sistema FINOR			TOTAL
		1975	1976	1977	
Incent Fiscais	24.417.834	3.683.942	2.556.000	4.250.000	10.489.000
Recursos da União	—	148.232	280.000	400.000	828.232
TOTAL	24.417.834	3.832.174	2.836.000	4.650.000	11.318.174

Café

São Luiz

100% PURO

LUIZ VEIGA & CIA. LTDA.
 TORREFAÇÃO E MOAGEM "SÃO LUIZ"
 40 anos de tradição e bem servir — NATAL-RN

Comentando os dados acima, disse o Ministro Maurício Rangel Reis, do Interior: "Examinando-se os recursos liberados de acordo com os dois sistemas, verifica-se que o processo atual é muito mais ágil do que o anterior. Enquanto a média anual de liberações pelo Sistema 34/18 era da ordem de Cr\$ 1,9 bilhão, a do FINOR vem superando praticamente os orçamentos", tendo sido sempre superior a Cr\$ 3 bilhões e devendo aproximar-se de Cr\$ 5 bilhões em 1977. Um fato a observar na tabela acima é o de que, em apenas três anos, serão injetados Cr\$ 828.232.000,00 diretamente pela União, sob as normas do FINOR, enquanto que durante a execução do Sistema 34/18 tal possibilidade não existia.

O volume de investimentos estimado para a industrialização do Nordeste no quinquênio 1975/79 deverá corresponder a 15% do total previsto no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento para inversões na indústria de transformação de todo o país no mesmo período: serão Cr\$ 45 bilhões, dos quais Cr\$ 16 oriundos de incentivos fiscais. A aplicação de tamanha soma de recursos possivelmente proporcionará, senão a solução de todos os problemas, pelo menos a consolidação definitiva do setor secundário da região.

Ao analisar em 1974 o II PND, o Senador Jessé Pinto Freire (ARENA-RN), também Presidente da Confederação Nacional do Comércio, teceu considerações em torno de duas hipóteses para o Nordeste até o final da década: "Na primeira, crescendo o Brasil 9% e o Nordeste a 7%, teríamos em 1980 o Nordeste com um nível de renda igual a 37% da média nacional. Na segunda, mais otimista, de o Brasil crescer a 9% e o Nordeste a 10%..., teríamos no fim da década o Nordeste atingindo o nível de 49% da renda *per capita* média do país".

Se você precisa de caminhões médios-pesados mais potentes, a Divemo S.A. apresenta a solução: Mercedes-Benz das séries 1316, 1516 e 2216.



Se este é o seu caso, vamos ser mais exatos: nós temos não apenas uma, mas três soluções, englobando diversas alternativas diferentes, para problemas de transporte com caminhões médios-pesados com maior potência. São os Mercedes-Benz das séries 1316, 1516 e 2216, com suas respectivas versões.

Entre elas, você sempre encontra o caminhão mais adequado ao seu tipo de negócio, seja para transportar 13, 15 e 22 toneladas de peso bruto total, seja para 22,5 e 25 toneladas de capacidade máxima de tração.



O motor OM-352/A, com seis cilindros em linha, injeção direta e avanço automático de injeção, conjuga as vantagens do rendimento termodinâmico com as do sistema de turboalimentação.

Venha nos fazer uma visita. Nós vamos lhe mostrar todos os detalhes técnicos, as características de cada série, as aplicações mais usuais de cada modelo, seus equipamentos especiais, em resumo: tudo o que você precisa saber para tomar uma decisão acertada.

Nossos especialistas em transporte diesel vão lhe explicar as vantagens do motor OM-352-A, turboalimentado e com injeção direta, que proporciona ao caminhão, além da tradicional economia Mercedes-Benz, uma potência de 156 cv DIN (ou 172 cv SAE).

Vantagens específicas das séries Mercedes-Benz 1316, 1516 e 2216.

Como consequência desta maior potência do motor, os veículos das séries 1316, 1516 e

2216 possuem maior elasticidade no uso das marchas, maior força de tração, potência extra para ultrapassagens mais seguras, maior aceleração, enfim, todos eles desenvolvem velocidades médias mais elevadas. Como os demais Mercedes-Benz, os caminhões das



Os caminhões médios-pesados das séries 1316, 1516 e 2216 são apresentados em diversas versões, uma para cada necessidade específica do mercado.

séries 1316, 1516 e 2216 oferecem extraordinária rentabilidade operacional. São econômicos, seguros e confortáveis.

Todas essas qualidades estão reunidas no caminhão que você escolher e poderão se refletir diretamente na eficiência do transporte com veículos médios-pesados.

Se este é o seu caso, lembre-se das séries 1316, 1516 e 2216 Mercedes-Benz.

Além da maior potência, você estará adicionando ao seu negócio uma nova fonte de lucros. Muitos lucros.

Divemo S.A. Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101, Km. 5 — Parque Vale do Pilimbu — Fone: 231-1355, 231-1356, 231-1358 e 231-1360 — Natal-RN.
Filial: Av. Alexandrina de Alencar, 561 — Alacrim — Fone: 222-2822 — Natal-RN — Rue Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN.



Mercedes-Benz

Na primeira hipótese, a região se situaria no nível baixo de 1955; na segunda, estaria de volta ao nível de 1939, quarenta anos depois.

As perspectivas atuais parecem melhores do que a hipótese mais otimista do Senador Jessé Freire, posto que a região tem apresentado acentuada tendência a desenvolver-se em ritmo mais acelerado do que a média nacional, superando invariavelmente aquele 1% da segunda hipótese. Infelizmente não obtivemos dados a respeito desse crescimento, ano a ano. Mas poderemos raciocinar com as taxas de crescimento do setor industrial, que foram de

7,8% em 1975 e 13,1% em 1976, segundo o Sr. José Lins de Albuquerque, Superintendente da SUDENE, em recente entrevista ao Jornal do Brasil, em que comenta: "Estas são taxas extremamente altas e justificam plenamente a confiança que temos na programação para a industrialização do Nordeste".

Em sua já citada obra sobre incentivos fiscais e desenvolvimento regional o Sr. Nilson Holanda faz observação admiravelmente pertinente aos comentários de seu colega da SUDENE: "Deve ser ressaltado que todos esses benefícios foram obtidos a

custos relativamente baixos, em termos dos sacrifícios de receitas públicas decorrentes da operação do sistema (de incentivos). O valor das deduções do imposto de renda para aplicação no Nordeste corresponderam, em 1969, a apenas 4,8% da receita tributária federal”.

O Ministro João Paulo dos Reis Velloso divulgou em janeiro último, quando já estava concluindo o presente trabalho, o fato de que o Produto Interno Bruto nordestino cresceu em 1977 à taxa de 8,1%, taxa essa superior em

3,07% à do crescimento do PIB nacional, que foi de 5,03% no mesmo período. E previu resultados semelhantes para o corrente ano.

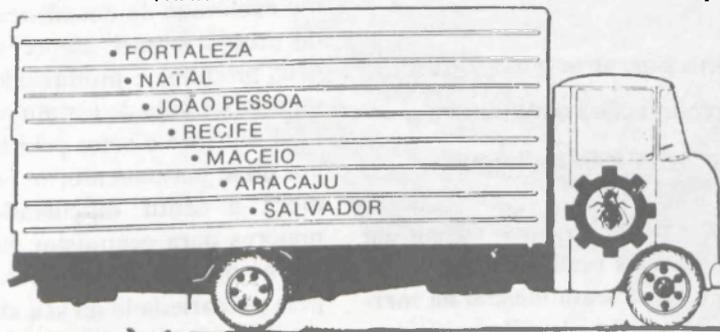
Um longo caminho foi já percorrido desde o começo das preocupações do Governo Federal com o subdesenvolvimento do Nordeste, e os frutos dos sistemas 34/18 e FINOR transformaram a fisionomia econômica da região. Parafraseando Heródoto, poderíamos dizer: o Nordeste moderno é uma dádiva do sistema de incentivos fiscais .



**ESTA MARCA
REPRESENTA
A SOLUÇÃO
PARA O SEU
PROBLEMA.
NÃO IMPORTA
QUAL SEJA ELE.**

SOMOS UMA EMPRESA DE SERVIÇOS A SERVIÇO DAS GRANDES EMPRESAS, ATUANDO EM 11 ESTADOS COM:

- SERVIÇOS MÉDICOS E PARAMÉDICOS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS
- ENGENHARIA AGRO-PECUÁRIA
- ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
- SEGURANÇA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
- IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS
- LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA E ESPECIALIZADA
- MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA
- LIMPEZA INDUSTRIAL
- TRANSPORTE DE ENCOMENDAS; VALORES E MUDANÇAS



embraSel

EMPRESA BRASILEIRA DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
RUA FLORIANO PEIXOTO, 422 — FONES: 222-4604 — 222-4287
— NATAL-RN

Philco Split System.

O ar condicionado que você não vê, não ouve, mas sente.

As vantagens do ar condicionado central são conhecidas.

Sabemos também que os sistemas convencionais são caros e de difícil instalação.

Por isso a Philco lançou o **SPLIT SYTEM**. Um ar condicionado projetado para escritórios, lojas, restaurantes e residências.

Sua instalação é simples e fica fora do ambiente, invisível. Seu preço é 40% menor do que os demais sistemas.

Chame a **SUMMA ENGENHARIA**. Nós daremos assessoria técnica que você desejar.

Projeto
Venda
Instalação e
Manutenção com
garantia da fábrica



Rua Fabricio Pedroza, 46 - Fone: (084) 2225857
.. Cx. Postal, 15 - Natal-RN
Rua Salvador de Sá, 398 - Fone. (0812) 222267 - Recife-PE

Revendedor Autorizado

PHILCO

AS EXPORTAÇÕES CONTINUAM SENDO APENAS UMA ESPERANÇA

O Estado continua muito mal, em termos de exportações. Em todo o ano de 1977 as vendas de produtos primários ou industrializados ao mercado externo mal alcançaram a soma de 23 milhões de dólares, embora se tivesse previsto para o período a marca dos 100 milhões.

Apesar de tudo, continuam existindo esperanças de que, no futuro, o RN pese na balança comercial do Brasil.

Para se ter uma idéia precisa da pouca produtividade industrial e agrícola do Rio Grande do Norte, basta atentar para as estatísticas das exportações do Estado no último ano. Levando-se em conta que estas exportações cresceram em cerca de 30%, comparadas com as de 1976, ainda assim se verifica que todas as empresas locais, juntas, venderam ao mercado exterior mercadorias que alcançaram o valor de 23 milhões de dólares, ou seja, algo assim como 0,2% das exportações brasileiras no mesmo período.

A meta, anunciada no início de 1977 pelo PROMOEXPORT (órgão da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Estado, que cuida da promoção das exportações), era alcançar a casa dos 100 milhões de dólares, através da criação de facilidades e de estímulo para que as empresas potiguares se preocupassem um pouco mais com as possibilidades de vender seus produtos no mercado externo. Mas, já em junho daquele ano, o coordenador do PROMOEXPORT, Breno Fernandes Barros, admitia que a meta não seria atingida: as exportações iriam ficar aí por volta dos US\$ 50 milhões, o que, ainda assim, significava uma marca extraordinária, pois em 1976 as exportações representaram um faturamento de apenas US\$ 18 milhões para as empresas do Estado. No começo de 1978, porém, feitas as



Breno Barros esperava que as exportações chegassem a US\$ 100 milhões

contas na ponta do lápis, surgiu um resultado mais realista: as exportações do RN ficaram mesmo na marca dos 23 milhões de dólares, marca irrisória que pode ser batida até mesmo por uma média indústria da Bahia, de Pernambuco ou do Ceará, isto sem falar nas empresas de qualquer Estado do Sul.

PROGRESSO — Breno Fernandes Barros, apesar de tudo, ainda tem alguma coisa de positivo a apontar a respeito. Por exemplo: em termos de produtos industrializados, as exportações do Rio Grande do Norte cresceram em 386,96%, com relação a 1976, enquanto que as vendas de produtos agrícolas e matérias-primas sem beneficiamento caíram em 23,03%. No seu entender, isto demonstra que estamos atingindo um certo grau de desenvolvimento econômico, pois estamos vendendo mais mercadorias industrializadas do que produtos básicos.

Em contrapartida, esse dado pode indicar, ou confirmar, que — numa interpretação mais realística — o setor primário da nossa economia (a agricultura, a pecuária, a atividade extrativa) está atravessando um ritmo acelerado de decadência, obtendo preços sempre menores para os seus produtos e produzindo sempre menos por falta de estímulos.

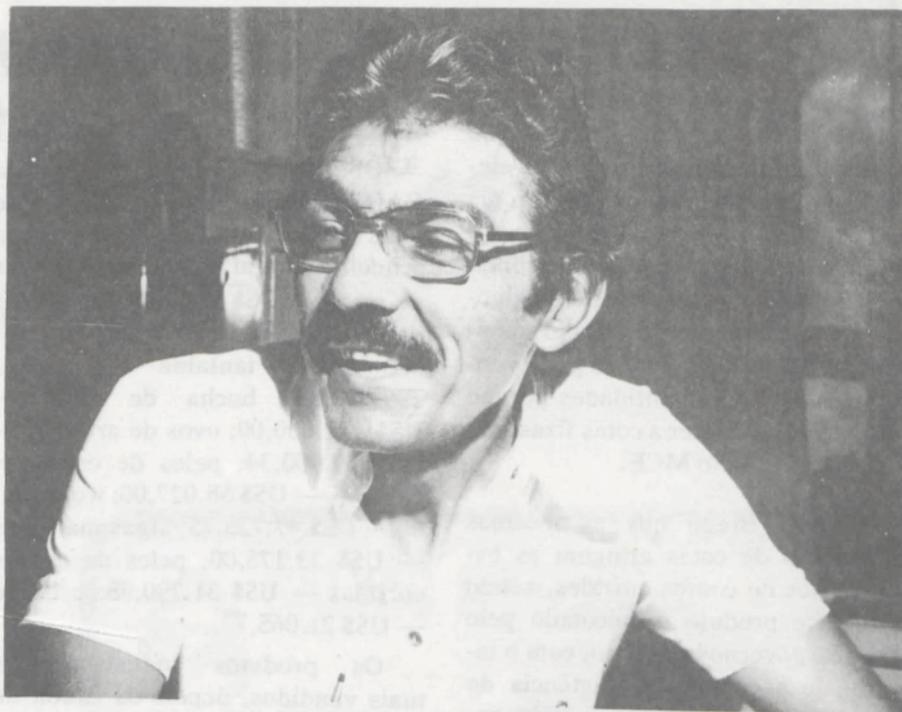
Enquanto o setor primário entra em crise permanente, o Estado começa a sentir dificuldades ainda maiores para conquistar novas praças no mercado exterior. A começar pela precariedade do seu sistema de transportes, representado especialmente pelo seu porto superado. Como não existe volume de cargas pelo menos razoável para embarcar por Natal, todas as campanhas pela melhoria do porto morrem no nasce-

douro, por falta de argumentos sérios e lógicos.

A esse respeito, comenta o chefe da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), Pedro Adelino Dantas Filho:

"Natal é uma praça ainda pequena em termos de exportações. Por isso, não compensa um navio entrar no porto para pegar um pequeno volume de cargas".

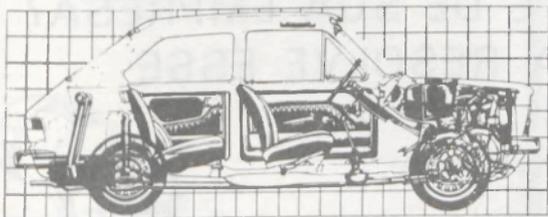
Diz ainda o chefe da CACEX que os produtos do RN para o exterior são escoados pelos portos de Recife e Fortaleza, o que determina cada vez mais a redução dos lucros das empresas exportadoras pois elas são oneradas pelos custos dos transportes rodoviários dos seus produtos até estes portos. Por Recife, o RN exporta praticamente toda a sua produção de lagosta e scheelita, os dois itens mais importantes da sua pauta, enquanto que por Fortaleza saem a castanha de caju, a cera de carnáuba e o couro curtido.



Pedro Adelino:

"Os produtos do RN para o exterior são escoados pelos portos de Recife e Fortaleza".

Já temos o FIAT 147 que você tanto deseja, pelo preço que sua mulher estava querendo.



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

RESTRIÇÕES DO MCE — Mais otimista do que o chefe da CACEX, o coordenador do PROMOEXPORT, Breno Fernandes Barros, afirma que o RN tem amplas condições de elevar suas exportações. "Se não o faz — diz ele — é porque sofre restrições do Mercado Comum Europeu (MCE)". E cita o caso do fio de algodão, como também o do tecido e confecções, que o Estado não pode vender em maiores quantidades porque tem de se submeter a cotas fixas, estabelecidas pelo MCE.

Revela Breno que as mesmas restrições de cotas atingem as exportações de couros curtidos, sendo que este produto é boicotado pelo próprio governo brasileiro, com o intuito de assegurar a existência de matéria-prima para a indústria nacional de calçados e artefatos de couros.

Declara ainda o coordenador do PROMOEXPORT que as exportações vão continuar crescendo, até porque estão surgindo novas empresas atuando no setor, como, por exemplo, as Confecções Guararapes S/A, que transferiram de São Paulo para Natal o seu departamento de vendas ao exterior. "Ademais — prossegue Breno — dentro de no máximo três anos teremos mais algumas grandes empresas produzindo para exportação, como a Salha S/A (óleo de mamona), a Alcanorte (barrilha), além de outras que se dedicam à exploração de minérios".

LAGOSTA, A CAMPEÃ — De acordo com os dados levantados pela CACEX e pelo PROMOEXPORT, a cauda de lagosta aparece como o principal produto de exportação do Rio Grande do Norte, secundado pela scheelita. Enquanto as vendas de lagosta representaram US\$... 8.340.561,85, as de scheelita somaram US\$ 8.239.517,46. Por conseguinte, as empresas que mais faturaram foram as vinculadas a estes dois ramos: Mineração Tomaz Salustino S/A, Mineração Acauan S/A, Tungstênio do Brasil S/A, EMPESCA S/A, Norte Pesca S/A, Pesca Al-

to Mar S/A, e, logo em seguida, a J. Motta Indústria e Comércio S/A, esta atuando no ramo de curtume.

Obedecendo à classificação da CACEX, os produtos básicos que mais venderam em 1977, depois da scheelita, foram os seguintes: fibras de sisal — US\$ 666.500,00; pedras preciosas e semi-preciosas — US\$... 445.322,26; tantalita — US\$... 299.497,81; bucha de sisal — US\$ 142.000,00; ovos de artemia — US\$ 89.900,34; peles de carneiros curtidas — US\$ 58.027,00; wolframita — US\$ 47.725,75; algas marinhas — US\$ 33.175,00; peles de cabras curtidas — US\$ 31.790,98; e berilo — US\$ 21.065,77.

Os produtos industrializados mais vendidos, depois da cauda de lagosta, foram: couros bovinos camurçados — US\$ 852.968,35; castanha de caju — US\$ 693.918,22; fios de algodão — US\$ 482.720,03; couros bovinos envernizados — US\$ 479.306,11; peixes congelados — US\$ 418.200,41; cera de carnaúba

— US\$ 349.380,97; cera de abelha — US\$ 39.241,24; couro bovino (cromo) — US\$ 35.672,72; couro bovino (wet-blue) — US\$ 34.794,90; jaqueta de couro — US\$ 28.269,36.

Somente três produtos manufaturados conseguiram entrar no mercado externo: o *baler-twine* (cordoalhas de sisal) — que vendeu US\$... 1.151.309,76; confecções masculinas — que representaram um faturamento de US\$ 46.822,32; e tecidos de algodão — com vendas de apenas US\$ 8.230,02.

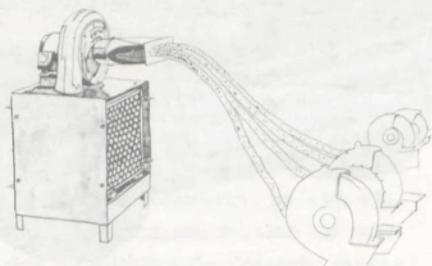
Compraram produtos do Rio Grande do Norte em 1977 os seguintes países: Argentina, Paraguai, Venezuela, Chile, Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Dinamarca, Irlanda, Portugal, Suíça, Suécia, Noruega, Áustria, Espanha, Finlândia, Grécia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, República Sul Africana, Tunísia, Hong Kong, Japão, Índia, Tailândia e Iran.

VOCÊ JÁ PENSOU EM MELHORAR O AMBIENTE DE SUA EMPRESA? CÉSAR S/A RESOLVE ESSE PROBLEMA!

VENTILADOR-EXAUSTOR TUBO AXIAL

Modelo GEMA RAG — especialmente construído para renovação de ar, ventilação, exaustão de gases, fumaças, vapores etc.

Instalação fácil e rápida. Pronta entrega.



CONJUNTO CX
Coletor e Separador de Pó
Especialmente para captação de pó em máquinas do tipo retifica, esmeris etc.

CESAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

Participe conosco do desenvolvimento do nosso estado. Estamos empenhados neste trabalho há 46 anos.

MAIS DE 15 MIL ARTIGOS EM ESTOQUE.

— Consulte-nos pelo telefone.

— Solicite a presença do nosso vendedor.

— Use a contracapa do catálogo telefônico.

GALVÃO MESQUITA
FERRAGENS S.A.

FERRAGENS EM GERAL
MATERIAL P/CONSTRUÇÃO
FERRO

BRONZE · CABOS DE AÇO e
Acessórios · Chapas · Tubos
Artigos para indústrias
BOMBAS HIDRÁULICAS e
MOTORES ELÉTRICOS
Tudo para Piscinas.

NOVA FILIAL
SUPERMERCADO
DE FERRAGENS
E MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO
FONE

Rua Siqueira Wanderley, 551 - Natal - RN

MATRIZ: Rua Dr. Barreto, 217-219 - FONES: 222-2948 — 222-2949 — 222-4143 — 222-4142 — 222-2519
FILIAL: Rua Dr. Maria Fergana, 1451 - FONE: 222-2149

FINANCIAMOS SUA COMPRA

SUAS AMIGAS DESDE 1932
"TRADIÇÃO QUE SE MODERNIZA"
COMPRANDO BEM PARA VENDER MELHOR

FINANCIAMOS SUA COMPRA

MATERIAIS ELÉTRICOS EM GERAL
TINTAS YPIRANGA E CORAL
LUSTRES · PLAFONS PENDENTES
ARANDELAS · LUMINÁRIAS
FLUORESCENTES E
ARTIGOS P/PRESENTES

MATRIZ: Rua Dr. Barreto, 194/200 - FONES: 1222-0048
1222-3008
FILIAL: Av. Rio Branco, 643 - FONES: 1222-2841
1222-3034

Natal - RN

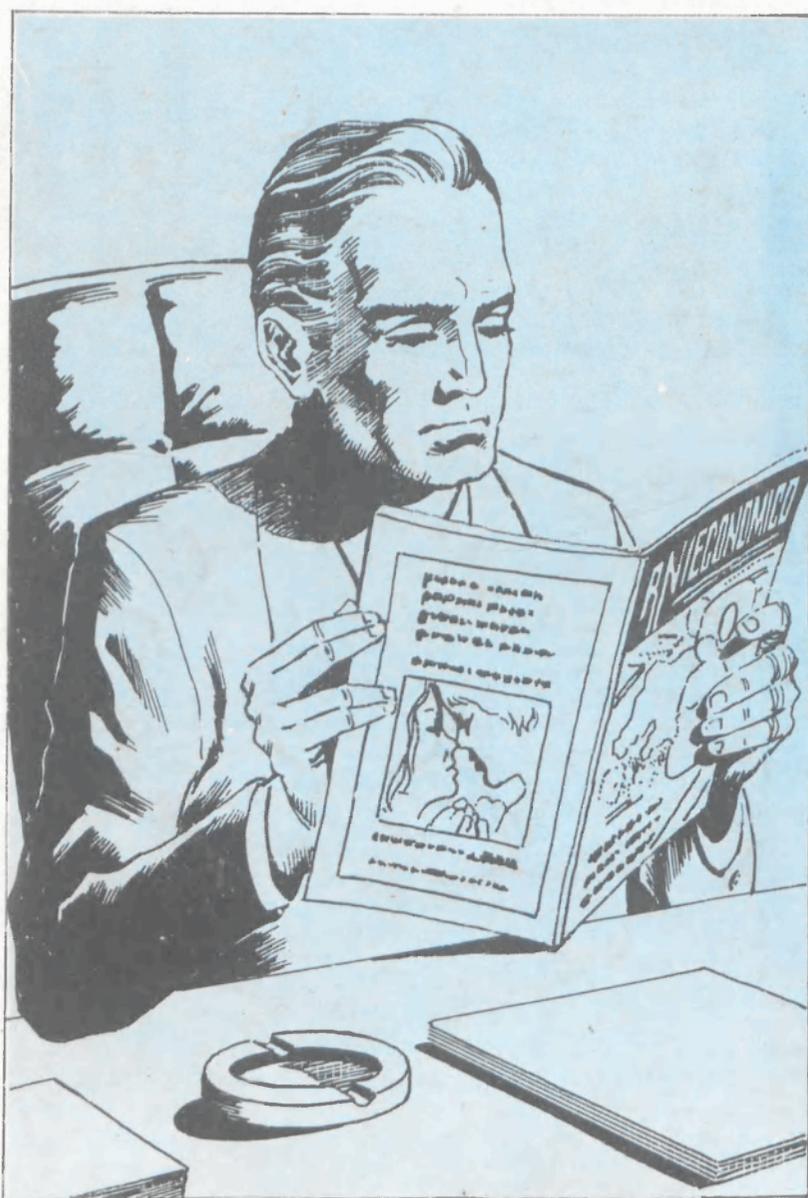
Galvão Mesquita Ferragens S/A
Supermercado da construção.

Casa Lux S/A
Material elétrico,
tintas e presentes.

6 LOJAS

Ribeira, Cidade, Barro Vermelho e Alecrim.

Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.